

COMO FÉNIX RENASCIDA
MATAS, BOSQUES E ARVOREDOS
(SÉCULOS XVI-XX)

Representações, Gestão, Fruição

Cristina Joanaz de Melo, Catarina Madureira Villamariz
Tânia Manuel Casimiro, Pedro Urbano

COMO FÉNIX RENASCIDA
MATAS, BOSQUES E ARVOREDOS
(SÉCULOS XVI-XX)

Representações, Gestão, Fruição

Coordenação
Cristina Joanaz de Melo

Biblioteca Nacional de Portugal
– Catalogação na Publicação

COMO A FÉNIX RENASCIDA

Como a Fénix renascida : matas, bosques e arvoredos
(séculos XVI-XX) : representações, gestão, fruição / coord.
Cristina Joanaz de Melo. – 1ª ed. - (Extra-colecção)

ISBN 978-989-689-946-2

I - MELO, Maria Cristina Dias Joanaz, 1970-

CDU 94(469)''15/19''(042)

“O IHC é financiado por fundos nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.,
no âmbito do projecto UID/04209/2019”

Título: Como a Fénix Renascida – Matas, Bosques e Arvoredos
(Séculos XVI-XX). Representações, Gestão, Fruição

Autores: Cristina Joanaz de Melo, Catarina Madureira Villamariz,
Tânia Manuel Casimiro, Pedro Urbano

Edição:

Coordenação: Cristina Joanaz de Melo

Capa: Raquel Ferreira

Ilustração da capa: Viveiro de plantas florestais de Leiria (1861),
Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas (BAHOP), cota D34-1

Depósito legal n.º 465 468/19

Lisboa, Dezembro de 2020

ÍNDICE

Capítulo 1

Florestas de encanto 7

Cristina Joanaz de Melo (IHC – NOVA FCSH), Catarina Madureira Villamariz
(VICARTE, DCR – NOVA FCT), Tânia Manuel Casimiro (IAP/IHC – NOVA FCSH),
Pedro Urbano (IHC-NOVA FCSH; CEC-FLUL)

Capítulo 2

Entre Luz e Sombras: A Floresta no Vitral em Portugal 19

Catarina Madureira Villamariz
(VICARTE, DCR – NOVA FCT)

Capítulo 3

À mesa com a floresta. Representações botânicas na louça portuguesa
(1570-1770) 59

Tânia Manuel Casimiro (IAP/IHC – NOVA FCSH)

Capítulo 4

Floresta em movimento: usar, regenerar, cuidar (Séculos XIV-XIX) 79

Cristina Joanaz de Melo (IHC – NOVA FCSH)

Capítulo 5

Tapadas e Caçadas Reais nos finais da monarquia constitucional
portuguesa 131

Pedro Urbano (IHC-NOVA FCSH; CEC-FLUL)

Bibliografia Geral 163

CAPÍTULO 1

FLORESTAS DE ENCANTO*

Cristina Joanaz de Melo

Investigadora integrada
(IHC – NOVA FCSH)

Catarina Madureira Villamariz

Investigadora integrada (VICARTE)
Docente (DCR – NOVA FCT)

Tânia Manuel Casimiro

Investigadora integrada
(IAP/IHC – NOVA FCSH)

Pedro Urbano

Investigador integrado
(IHC-NOVA FCSH)
Investigador convidado (CEC-FLUL)

Cenário de bailados, óperas e inspiradora de poesias, a floresta é profundamente sensorial. No jogo do visual entre a luz e as trevas, do aromático atordoante ou balsâmico ou ainda do auditivo ao musical encantador, a floresta provoca um leque variado de sensações físicas e psíquicas: medo, beleza, pureza, purificação, liberdade, esconderijo, proteção, expiação, fonte de alimento, de frescura, de calor, exaustão, recuperação de forças espirituais. Palco de inúmeras percepções, é então um lugar passível de ser representado, explorado *ad* limite mas também recuperado e fruído.

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. , no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art. 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

Na relação do homem com as matas, bosques e arvoredos, a floresta parece dançar com o território, tal como o elemento antrópico se desloca sobre a mesma: avança, recua, estaca, desaparece e ressurge. Nesta coreografia de longa duração em que os elementos que se identificam ou desaparecem são as árvores, seres vivos inamovíveis por excelência, isso implica que a paisagem florestal se foi modificando ao longo da história, criando recursos e gerando ocupação de elementos variados no território, gerando várias descrições e narrativas que correspondem também a diferentes percepções sobre a sua função, desde o final da Idade Media ao período contemporâneo.

Atualmente, num paradigma de reflexão ecológico-ambiental, considera-se que o património florestal mundial se encontra em risco e, em consequência dessa realidade insofismável, em risco também a vida do planeta, tal como a conhecemos.

Se já foi comprovado que a nível mundial a floresta sofreu degradação, também já se verificou que em determinadas épocas e graças também à intervenção antrópica, aquele tipo de recurso natural regenerou em várias épocas e lugares.

Então no decurso da história, a floresta terá gerado conceções e representações espirituais e artísticas, viabilizando utilizações económicas e sociais na recolha e domínio sobre a transformação dos seus recursos. Adquiriu funções utilitárias em que o universo da sua fruição dependeria, fundamentalmente, de dois fatores: os recursos produzidos e mantidos por dinâmicas naturais e/ou a intervenção humana; dinâmicas estas geradoras de ambientes relacionais de desfrute e de lazer.

Num arco cronológico que transcorre períodos, contextos e culturas distintas, o presente livro pretende refletir a forma como, ao longo da história, a mesma designação de floresta no espaço e no tempo manteve significados, alterou alguns e acrescentou outros sobre si própria.

Inovando nos três temas sobre representação, gestão e fruição de florestas, bosques, matas e arvoredos, esta obra inova também na abordagem; convoca o porquê da representação da floresta e seus significados na arte vítrea enquanto elemento presente no quotidiano da sociedade, no imaginário do religioso e do civil evoluindo de percepções diversas para um elemento decorativo. No caso da faian-

ça, essa expressão por quase ingénua ou insignificante revela que os elementos da flora estariam por tal modo interiorizados que não se destacando como novidade imagética, constituem elementos de fácil representação e até de distorção pelo hábito do seu conhecimento. Como variações livres sobre as obras de Bach, a representação do vegetativo, da flora conhecida na visualização diária, permite obliterar a reprodução mimética detalhada e decorar livremente um elemento interiorizado num artefacto útil para ser manuseado, ao qual se confere algo de beleza. Assim, esta dimensão aborda aspetos de gestão em que o universo do pragmático, da proteção e manutenção de matas, bosques e arvoredos sai do universo da sensorialidade para a componente funcional de satisfação de necessidades humanas de produtos do bosque, em resposta a uma organização social e económica.

Neste âmbito propõe-se discorrer acerca de uma vigilância racional da manutenção daqueles ecossistemas, dinâmica que permite sustentar um palco de lazer físico, artístico ou espiritual, que mesmo num contexto de privilégios de diferenciação económica e cultural, serve e abrange toda a escala social, acompanhando e refletindo os processos de transformação verificados ao nível do espectro político, da imagem pública, das sociabilidades e do poder simbólico.

Optamos por propor uma estrutura diacrónica no estudo da significância do suporte narrativo seja ele material, territorial ou estético. A metodologia de análise, transversal aos vários capítulos e que os unifica, é a de uma semiologia dos suportes narrativos, que de registo de uma realidade credível mudam de lugar, de significância, conferindo eles próprios, credibilidade à mensagem do elemento narrado, seja ele o vitral, a faiança, o território transformado ou a paisagem fruída.

A função da percepção do elemento florestal no quotidiano como o suporte que o integra, narrativo imagético, demiúrgico-económico ou estético-platónico, assume relevância significativa na interpretação em áreas como a religião e sociedade, moldagem económica dos recursos e na dimensão cultural-social num espaço de privilégio.

Entramos noutra universo das humanidades ambientais: a dimensão sensorial evocada e invocada a partir de imagens fortes quase

como de explosões cósmicas que condicionam e obrigam a ação humana¹.

Nesta proposta, insistimos, a análise no âmbito da história do ambiente, da história de arte, da história económica e social, acaba também por fechar portas, verificando-se por demais incompleta. É incómodo assumi-lo mas talvez profícuo para avançar. Pelo que, a síntese do conjunto de análises elaboradas a partir de diferentes disciplinas pode beneficiar da prestação das humanidades ambientais pois facilita o relacionar dos elementos entre si, mais até do que unir os seus componentes.

Nesse sentido, e apenas na introdução da obra, exploramos a dimensão psíquica e física do sensorial no envolvimento das narrativas científicas; da impressão cultural de longa duração através da visão; da explosão dos desastres naturais e sua influência no agir para mudar cambiantes de sentir, cheirar, alimentar; e da pacificação aromática e visual da natureza em bonança. Propomos que, no final da leitura global, em acréscimo à dimensão quase funcional dos capítulos se regresse à dimensão que o conjunto das abordagens nos oferece. Se os casos de estudo – capítulos – oferecem múltiplas visões sobre o objeto “florestas”, esta abordagem, intencionalmente poliédrica que, aquele manancial sugere e provoca, poderá lançar-nos numa miríade de outras interpretações. Tal universo adquire, portanto, enorme potencial de análise de propostas interpretativas inclusive contraditórias, opostas. Por sua vez, a contradição ou conclusão oposta, em vez de significar *erro*, poderá exigir mais e melhor esclarecimento sobre as dúvidas levantadas e

¹ M. Martin, ‘Peopling Landscapes Through Art’, in *Environmental History In The Making: Explaining*, Vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 17-30; N. Pfeifer, ‘Cognition and Natural disasters: Stimulating an Environmental Historical debate’, in *Environmental History in the Making: Explaining*, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 3-15; S. Niemi, ‘Exploring Environmental Literacy from a Historical Perspective: how Observations of the Arctic Natural Environment by a nineteenth-Century Scholar Resulted in a Proposal for Establishing National Parks, in the Nordic Countries’ in *Environmental History in the Making: Explaining*, vol. 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 49-69.

encontrar novos rumos exploratórios sobre o tema. Como a natureza, a dialética é dinâmica, não se esgota no que foi ou devia ser.

Neste caso, a descoberta provoca constantemente novas perguntas sobre percepções, representações, utilizações e aquisições acerca do elemento natural, desde logo na evolução do próprio conceito sobre espaços arborizados nas suas dimensões espirituais e materiais que importa considerar em paralelo e não em hierarquia de valor.

Relativamente ao foco, propomos elaborar uma síntese de representação da floresta no universo da imagem em que o objeto suporte da ideia, translúcida, impacta visualmente e transfere uma mensagem que se cristaliza. O vitral, inaugurado no espaço sagrado, comporta o selo da perenidade, uma pedagogia eficaz do simbólico na percepção cultural e social, nos códigos de conduta, transversal no tempo e no espaço no território europeu.

Uma tal eficácia da impressão inconsciente do pictograma terá evoluído como instrumento de pedagogias morais e religiosas para sociais e mundanas, na sua chancela de credibilidade na longa duração no Ocidente Europeu. O suporte, pela beleza hipnotizante da luz que lhe confere significância do templo ao sagrado, também irá captar e credibilizar o mundano, da floresta maligna e perigosa medieval à poção retemperadora na taberna oitocentista bávara, a cerveja que conforta e deleita. Da mesma forma, se o suporte for territorial, geomorfológico, hidrológico, efervescente, biológico, originando apreensão sensitiva – visual, sonora, odorante, gustativa, tátil – por parte das testemunhas coevas, a sua percepção diferenciada ou comum sobre os mesmos fenómenos confere validação à multiplicidade de representações e narrativas.

Portanto, a questão da percepção como eixo da representação da realidade envolvente e significados epocais assume relevância na forma como a informação coeva é produzida. Este ponto é fundamental reter, pois constituirá um elemento cerne na reflexão por onde deambulamos, a de analisar o território invisível, transitado, metamorfoseado pela ação antrópica e da mãe Natureza convertendo tantas paisagens nos mesmos lugares².

² A. Huzui-Stoiculescu, R. Stoiculescu, H. Patru-stupariu e A. Nicole, 'A Double Landscape Shaped by a Century of Logging industry and Resort Development

Esta perceção, decorrente de elementos materiais desaparecidos mas registados em informação escrita, salienta resultados que poderão escapar a análises polinológicas, botânicas, químicas ou outras neste espectro de atuação. Não obstante os seus contributos valiosos, os respetivos resultados poderão ser melhor interpretados se cruzados com os dados de que falámos³. Neste universo acresce o registo sobre modos de funcionamento do elemento humano relativamente à regeneração de árvores e seus subprodutos, práticas que revelam capacidade de manter tributação em géneros na longa duração, de árvores alegadamente desaparecidas⁴. Salientam-se informações acerca de recursos naturais vegetativos regenerados, consumidos-desaparecidos em ciclos de eterno retorno, que não conseguimos contabilizar nem medir exatamente com os instrumentos analíticos de laboratório.

Face ao que foi exposto, podemos considerar uma evolução da narrativa imagética que vincula e eterniza modos e perceções psicológicas para o futuro, para uma quase banalização de elementos gráficos transpostos só para gáudio visual nos objetos de quotidiano, paralela, no manuseamento dos recursos, à sua congénere física, desenrolada num suporte narrativo instável, o território turbulento, mutável e dinâmico da Natureza.

on Prahova Valley and the surrounding Mountains’, in *Environmental History in the Making: Acting*, vol 2, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 113-143.

³ K. Woitschová, ‘Hidden Treasures: Challenging Traps of Historical Sources for Environmental History’, in *Environmental History in the Making: Explaining*, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 109-142; L. Pinto, P. Ramisio, C. Melo e E. Vaz, ‘A sustainable and symbiotic relationship between human occupation and a natural waterscape. The Afife case study, from the XIIth to the XXth century, *Working Papers*, 66, Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA), Universidade do Minho, Braga, 2016.

⁴ R. Keyser, ‘Wood for Burning: The continuity of Woodland Management in Medieval and early Modern France’, in *Environmental History in the Making: Explaining*, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 307-340.

O suporte onde se originam *muitas paisagens num mesmo lugar*, identifica uma cronologia da transformação da mesma geografia pois integra elementos anteriores compondo novos mosaicos com elementos naturais pertença de diferentes intervalos, visíveis até a olho nu, transformando a paisagem numa fonte histórica de *per se*. A paisagem num dado momento, também ela, é uma súpula de elementos históricos que evidencia um quadro evolutivo. É neste sentido que o olhar sobre *Landscape Reading Methodologies*⁵ pode conferir significado relevante à congregação de abordagens aqui desenvolvidas, pois integra elementos de tempos e qualidades distintas, todos eles parte de um mesmo processo⁶.

Avançando com hipóteses de análise muito balizadas por ganhos económicos em tensão com o paradigma ecológico e ambientalista, propomos também uma reflexão sobre o inesperado suporte do território que permite ao fator antrópico agir nele, com ele e apesar dele. Entre a fruição em medo e a tentativa de sobrevivência pela manutenção e exploração da floresta, ainda em plena desvantagem com os titãs animistas, o agente humano procura encontrar soluções de viabilidade humana e natural em plena guerra entre os elementos.

Nesse campo de batalha feroz experimenta a força crua da natureza, sendo o fator antrópico obrigado a transpor medo e inseguranças múltiplas: tremores de terra, marmotos – tsunamis –, fogo, inundações torrenciais, tempestades marítimas, relâmpagos, devastação, trovões, choro e ranger de dentes. Portugal assim vive no século XVIII, com os sentidos todos em alerta para a sobrevivência: sons brutais, fustigação

⁵ C. Melo, L. Pinto, P. Ramísio e E. Vaz, ‘A sustainable and symbiotic relationship between human occupation and a natural waterscape. The Afife case study, from the XIIth to the XXth century, *Working Papers*, 66, Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA), Universidade do Minho, Braga, 2016.

⁶ S. Schama, *Landscape and Memory*, New York Vintage Books, 1996; C. Joanaz, L. Pinto, P. Ramísio, E. Vaz ‘A sustainable and symbiotic relationship between human occupation and a natural waterscape. The Afife case study, from the XIIth to the XXth century, *Working Papers*, 66, Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA), Universidade do Minho, Braga, 2016.

sobre o corpo, a natureza em erupção, olhar, provar, cheirar o horror, devastação, morte e dor. E só depois, a recuperação.

Neste quadro brotarão soluções ambientais para a sã convivência com a fruição do mundo natural em processo de humanização, manutenção de ecossistemas e regeneração. Quase que ouvimos e presenciamos a suite de “Os Planetas” de Holst e a explosão e guerra dos mesmos com Marte e Júpiter a pontuar ataques, em que da destruição brota ou se recompõe a vida – primeiro em erupção –, e, só depois, o universo se organiza em espaço-matéria pacificada; como se a ação humana e o resgate da floresta dependessem dos seus compassos e andamentos.

De alguma forma, a gestão florestal depende dos intervalos de guerra e de paz em que no tempo de bonança é necessário criar mecanismos para garantir a fruição económica e estética. É esta cadência que irá conferir significado espiritual e de utilidade da floresta no consciente e subconsciente cultural, das necessidades de subsistência e da fruição lúdica, do exato mesmo território, as caçadas reais como universo alargado de exaltação e expressão livre da alma.

Neste horizonte, se saímos da floresta da imagem significativa e codificadora de comportamentos, laboratório vital dos meios de sobrevivência, entramos também no campo social muito marcado e claro quanto a um código de direitos e de deveres, diferenciados e diferenciadores que uma leitura mera do social pode ofuscar. O privilégio e as caçadas reais são tudo isso sem dúvida. Mas o prazer sensorial da frescura, do descanso universal, do alimento recolhido sem esforço e da beleza universal, catapulta a mente para o nível do *pneuma*, do êxtase espiritual.

O deleite e o sensorial positivo na tempestade que se sucede à bonança, isto é na cronologia do último quartel de Oitocentos que apesar de tudo não destrói por forças telúricas e massas hídricas torrenciais, a paisagem pacificada confere pertinência e sabor à dimensão apreciativa do belo forte, aromas de plantas coradas de luxuriante cromático, fresco cantar da água, elementos de agradabilidade, deleite inspiradores de brandura e suavidade e libertação pneumática da mente, da representação do luxo exclusivo do descanso e do lazer.

Em síntese, o sensorial pode articular múltiplos domínios de percepções sobre a floresta que se não forem confrontados com a experiência

imane também podem induzir em ficção. Sem querer estragar a viagem pelo sonho, as mesmas representações da floresta podem traduzir a escolha aleatória dos elementos decorativos sem significados profundos e a exploração fundiária e os desastres naturais exprimir uma dura realidade. Impôs a necessidade de inventar formas de exploração económica até do universo silvestre como garante de viabilidade da vida com a qual se articulam quadros de bonomia natural e tempos de recuperação anímica através inclusive da beleza.

Se o sensorial pode constituir chave denominador comum a toda a obra, carece aprofundar cada um dos tópicos de perceção-imagem, exploração-revelação, fruição deleite, na análise histórica que compete e que constitui objetivo fundamental deste trabalho. Na verdade, o objeto deste estudo, a floresta portuguesa na *média/longa* duração, suscita diferentes abordagens e análises e como tal, diferentes metodologias, tornando mais premente o seu estudo aprofundado, que permite a abertura de novos horizontes de pesquisa e investigação, bem como de consciencialização da importância da preservação do património material e imaterial que os espaços verdes totalizam.

Como informámos anteriormente, apesar da dimensão diacrónica do discurso, os intervalos cronológicos deixam margem e suscitam reflexões sobre múltiplas perspetivas. Intencionalmente procurámos um exemplo de cada período representativo do final da Idade Média, Época Moderna e período Contemporâneo anterior aos grandes flagelos ecológicos despoletados por guerras mundiais e *boom* demográfico mundial do século XX, a partir do qual a relação entre ocupação, produção alimentar e consumo mudou exponencialmente em desequilíbrio para com o mundo natural, à escala global.

De alguma maneira, para pensar problemas ecológicos e ambientais na história, era necessário libertarmo-nos da pressão ambiental e ecológica atual e tentar, não obstante a ótica de abordagem vir desta linha de análise, ir ao encontro da perceção da natureza e dos seus modos de relação nos devidos contextos epocais livres.

A obra é composta pelo presente capítulo introdutório e quatro capítulos temáticos sobre diferentes casos de estudo. No campo das perceções e representações iniciamos com uma reflexão sobre a representação de floresta em vitrais, do final da Idade Média à contempora-

neidade através da Europa, destacando o panorama português, enunciando a evolução de diferentes significados e mensagens deste elemento cultural e pedagógico na expressão de códigos de conduta.

Estabelece-se a passagem do cultural social para o universo pragmático do quotidiano eventualmente dos materiais utilitários, no estudo de faiança portuguesa, um tipo de produção cerâmica largamente produzido e consumido entre os séculos XVI e XVIII em Portugal na Época Moderna. A presença deste elemento nos ambientes domésticos da Idade Moderna poderá revelar o modo como as pessoas se relacionam com a faiança na proximidade e incorporando consciente ou inconscientemente elementos decorativos de outras regiões do Globo. Aqui notamos que a representação da floresta nos objetos de manuseamento não é culturalmente estanque, constituindo mesmo resultado de um sincretismo cultural reflexo da globalização promovida pelos portugueses em centúrias anteriores e da circulação interna de informação pictórica.

Na passagem dos usos quotidianos dos objetos para o palco de extração dos materiais da sua produção, avançamos para o domínio da paisagem e território considerando a gestão territorial, respetivo ordenamento e fruição de elementos naturais. Neste domínio analisam-se dimensões cruzadas dos setores socioeconómico e científico, no tocante à exploração e regeneração de recursos florestais. A ótica escolhida é a das soluções ambientais adotadas para fazer face a problemas de escassez de produtos lenhosos ao longo da Idade Moderna em Portugal, com maior enfoque no século XVIII. Produz-se apreciação genérica sobre a gestão florestal na metrópole portuguesa e sua ligação com o Império Colonial especificando conteúdos – problemas e soluções verificadas – no período Setecentista.

Terminamos com um panorama de análise possível sobre fruição e estética de paisagens silvestres em Portugal, no campo do social e artístico seguindo o itinerário do privilégio na relação que se estabelece entre caçadas e as tapadas régias para gáudio desportivo e despojamento do formal dos respetivos participantes no reencontro com uma natureza pura, nos finais da monarquia constitucional. A cronologia percorre sumariamente elementos de constituição legal de privilégios de floresta e de caça ao longo da época moderna para entender evolução de perceções sobre a natureza pelas próprias elites no período Contemporâneo, cen-

trando a trama analítica no final da Monarquia Constitucional durante o reinado de D. Carlos. A narrativa incide na gestão e administração das florestas régias, nos diferentes modos de fruição e utilização deste espaço, identificando a perspetiva funcional da paisagem para o ócio, desporto e sociabilidades. Salienta ainda um aspeto muito relevante na época, em quadro de grandes tensões ideológico-políticas, sobre o impacto da atividade venatória na imagem pública do rei e da monarquia.

CAPÍTULO 2

ENTRE LUZ E SOMBRAS: A FLORESTA NO VITRAL EM PORTUGAL

Catarina Madureira Villamariz

Investigadora integrada VICARTE, Docente DCR – NOVA FCT

Introdução

O ponto de partida para este cruzamento de áreas de saber foi o objectivo de desenvolver um estudo interdisciplinar e original da floresta para lá das questões ambientais, históricas ou políticas que habitualmente lhe estão associadas, tendo por base o universo da História da Arte e, em particular, do vitral.

Inicialmente a investigação focou-se na pesquisa de vitrais do século XVI em Portugal. O período de transição do final da Idade Média para a Idade Moderna corresponde ainda a um momento de apogeu do vitral em termos internacionais e, simultaneamente, ao período de introdução desta vertente artística em Portugal. Deste modo, efectuou-se um levantamento dos vitrais quinhentistas existentes no território nacional de forma a sistematizar a representação de florestas nos mesmos. A pesquisa envolveu, naturalmente, para além da análise das obras em si, a consulta da bibliografia disponível, bem como com o contacto com os (muito) poucos especialistas nacionais existentes nesta área – tanto na esfera da História da Arte, como no domínio do estudo da composição do vidro¹.

¹ Ver para estas questões P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, Câmara Municipal da Batalha, 2003;

Num segundo momento, alargou-se a área de investigação, ao período contemporâneo, procurando compreender de que forma a floresta sobreviveria (ou não) na arte do vitral num contexto pós revolução industrial. A diversidade da produção de vitral neste período cronológico – sobretudo quando comparada com o século XVI – não permitiu, por enquanto, um levantamento sistemático das representações de florestas nas composições do final do século XIX e do século XX. Esta abordagem encontra-se, assim, em fase embrionária, prometendo um território fértil para a continuação do estudo. Tal como para o estudo dos vitrais quinhentistas procedeu-se a uma micro-review da bibliografia disponível², tendo-se igualmente encetado já alguns contactos com historiadores de arte cuja investigação se focou em determinado momento no estudo do vitral contemporâneo, embora nunca tendo estes como objectivo e/ou preocupação a representação das florestas.

Na análise do vitral europeu, para efeitos de comparação com a produção nacional, optou-se, sempre que possível, pela escolha de exemplos actualmente em colecções nacionais³, embora pontualmente tenha sido necessário recorrer a vitrais expostos em instituições estrangeiras.

P. Redol, 'O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI, Contributos para o seu Estudo', in *O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 12-43; M. Vilarigues, 'Estudo do efeito da adição de iões metálicos na corrosão de vidros potássicos', Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

² F. Quintas, 'Vitral: contemporaneidade e sedução do poder' Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2014; S. Vieira, 'Para a História do Vitral em Portugal no século XX – as principais oficinas e o papel dos artistas plásticos', dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

³ De particular relevo neste contexto é a colecção de vitrais de D. Fernando Saxe-Coburgo, actualmente pertencente ao espólio do Palácio Nacional da Pena [PNP].

Contextualização: o vitral entre o fim da Idade Média e o Século XX

O principal objetivo deste estudo é a análise da temática da floresta na esfera do vitral alargando desta forma a abordagem da floresta a um território inovador, onde as questões suscitadas por ambientes florestais não têm, por norma, lugar. Esta ideia permitiu a interligação de áreas de investigação distintas, num estudo interdisciplinar e original da floresta para lá das análises mais típicas de natureza histórica, política ou ambiental. Do mesmo modo, procurou-se também alargar a análise da área iconográfica mais comum do vitral⁴ para um campo secundário e frequentemente mesmo inexistente no estudo dos vitrais.

A produção de vitral liga-se a uma arte eminentemente associada ao período Gótico, ideia que não estando errada é, porém, limitadora. A transição para a Idade Moderna vai revelar-se um período igualmente áureo e até ao declínio a partir, sobretudo, do século XVIII, assiste-se a uma diversificação da produção de vitral, inclusive em termos de temáticas. No século XVI as casas senhoriais, castelos e palácios passam a utilizar frequentemente vitrais nas suas janelas, situação que obriga a um alargar de temas (quase) exclusivamente religiosos [Fig. 1], para cenas com representações heráldicas, retratos⁵ e ambientes que lhes fossem familiares, como, por exemplo, as cenas de caça – estas particularmente propícias à inserção de pequenas florestas e/ou vegetação variada⁶.

⁴ Durante o período medieval e transição para a Idade Moderna, claramente religiosa, posteriormente – como se verá – mais diversificada. Veja-se sobre o assunto M. Mergenthaler, ‘Introduction’, K. Tiedmann, *Painted on Glass and Light, Stained Glass Panels from the Gothic to the Baroque Period*, J.H. Röhl / Knof Museum Iphofen, 2009, pp. 1-20; *Vitral Ve-XXe Siècle*, sous la direction de Michel Hérold et Véronique David, préface de Roland Recht, Paris, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, 2014.

⁵ As representações de particulares são, contudo, anteriores e existem já nos séculos XIII e XIV, sendo comuns nesta cronologia associadas a patronos de um determinado espaço religioso que, por motivos espirituais, tanto como sociais, se fariam representar nos vitrais da igreja que haviam beneficiado.

⁶ Veja-se o extraordinário exemplo do roundel da *Caça ao Javali*, c. 1530, do Atelier Hirsvogel da cidade de Nuremberga, em que para além de duas



Fig. 1 – *Visitação* – Repare-se na introdução de duas árvores, alternadas com elementos de paisagem urbana, a servir de enquadramento ao tema.

proveniência: Alemanha, actualmente em exposição no MET, 1444

@ foto MET / creative commons – public domain

Também edifícios civis de natureza pública, como câmaras municipais e espaços de guildas irão usar vitrais – no caso das guildas, por exemplo, com os símbolos das corporações. Acresce a este cenário a

árvores e variada vegetação em primeiro plano, se vê em fundo uma floresta. Ou da mesma oficina as cenas de pesca que apresentam (também em fundo) nas margens de rios, representações de florestas. Para estes exemplos ver K. Tiedmann, *Painted on Glass and Light, Stained Glass Panels from the Gothic to the Baroque Period*, J.H. Röhl / Knof Museum Iphofen, 2009, pp. 130-131 e 128-129.

procura de vitrais para hospedarias que, em particular no século XVII, irão ficar famosas pela ostentação de vitrais de “boas vindas”⁷.

Paralelamente, grandes ateliers de produção de vitral irão formar-se por toda a Europa, destacando-se neste período as oficinas da Alemanha e Países Baixos, assistindo-se a uma separação entre ateliers de produção de desenhos para vitrais e ateliers de pintura de vidro⁸. É ainda no século XVI que grandes nomes da pintura irão produzir desenhos especificamente para adaptação a vitral – cite-se (apenas a título de exemplo) o desenho sobre papel executado c. 1496 por Albrecht Dürer dedicado ao tema de São Jorge combatendo o Dragão e cujo formato do próprio papel obedece ao recorte de uma janela em arco quebrado, apresentando o desenho toda a estrutura de grelha em que se inscreveriam os vidros; note-se ainda, neste exemplo, a presença de uma floresta entre a cena em primeiro plano e as colinas ao fundo⁹.

Porém, após as grandes encomendas – monásticas ou episcopais – do século XVI, as novas concepções do espaço religioso e de iluminação desses mesmos espaços, tornaram os painéis monumentais do período

⁷ Ver sobre estas questões H. Scholz, ‘Monumental Stained Glass in Southern Germany in the Age of Dürer’, in B. Butts, *Painting on Light, Drawings and Stained Glass in the Age of Dürer and Holbein*, Los Angeles, The J. Paul Getty Museum / The Saint Louis Art Museum, 2000, p. 17. Até à Reforma, porém, as grandes encomendas continuam a vir de igrejas e mosteiros e mesmo após o movimento Luterano as temáticas religiosas irão manter-se de forma significativa.

⁸ Em alguns casos destacando-se mesmo dinastias de pintores de vidro, como os Hirsvogels de Nuremberga, entre o final do século XV e o início do XVI. Ver V. Raguin, with a contribution from Mary Clerkin Higgins, *The history of stained Glass: the art of light medieval to contemporary*, London, Thames and Hudson, 2003, p. 114.

⁹ Esta obra encontra-se no Städel Museum em Frankfurt, inv. 6952. <https://sammlung.staedelmuseum.de/en/work/sketch-for-a-glass-painting-with-st-george>. Ver sobre este desenho M. Wolguemute, “Nuremberg”, in “Monumental Stained Glass in Southern Germany in the Age of Dürer”, in B. Butts, *Painting on Light, Drawings and Stained Glass in the Age of Dürer and Holbein*, Los Angeles, The J. Paul Getty Museum / The Saint Louis Art Museum, 2000, p. 89; outros exemplos entre as pp. 81 e 127.

gótico desnecessários – o Renascimento privilegia espaços translucidamente iluminados e sem as matizes de cores próprias do vitral medieval que se torna assim não apenas desnecessário, mas até certo ponto mesmo indesejado¹⁰. Paralelamente, e como já referido, os encomendantes diversificam-se e os espaços a que os vitrais se destinam também.

Simultaneamente a segunda metade do século XVI é um momento conturbado em países como a Inglaterra¹¹, França¹² e Países Baixos.

¹⁰ “La présence de verres colorés et de compositions peintes sur les verrières a été regardée comme un obstacle à la pénétration de la lumière dans l’ église. Aux XVII^e et XVIII^e siècles, conformément aux canons de l’ architecture classique, le plein éclairage des édifices s’impose. Les vitraux des églises gothiques sont considérés comme gênants. (...) Nombreux sont donc les vitraux du Moyen Âge qui disparaissent lors des campagnes d’ éclaircissement menées alors dans les églises.”, P. Lorentz, ‘Peindre sur la lumière: le vitral à la fin du Moyen Âge’, in *Vitral Ve-XXe Siècle*, sous la direction de Michel Hérold et Véronique David, préface de Roland Recht, Paris, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, 2014, p. 119, ver sobre o assunto as páginas 111 a 146.

¹¹ Em Inglaterra, para lá da Reforma, diversos outros eventos políticos e religiosos causaram a perda de inúmeros vitrais medievais e do período moderno. Atente-se na seguinte informação: “The era of stained glass, along with church-building generally, came to an abrupt end in the 1530s. Increasing differences with Pope Clement VII led Henry VIII to break away from the Catholic communion, disband the monasteries, and establish the Church of England. The resulting destruction was considerable, and large amounts of glass disappeared as buildings were dismantled or abandoned. Much of that which did survive suffered a similar fate one hundred years later during the English Civil War (1642-9) at the hands of ‘Parliamentary Visitors’ such as William Dowsing, who kept a diary of his vandalism as he swept through East Anglia. Where glass survived, it was often due to the intervention of men such as Lord Fairfax, who secured the surrender of the city of York on the grounds that his men would not ravage the city’s churches. Elsewhere it was up to villagers to protect their treasures by hiding them, some to be discovered only much, much later.”, P. Cowen, *English Stained Glass*, London, Thames and Hudson, 2008, p. 13. Para a recuperação de alguns destes vitrais descobertos várias décadas/séculos depois, bem como para revitalização da arte do vitral em Inglaterra (e não só) contribuiu muito o movimento *Arts&Crafts*.

¹² Factores como as guerras religiosas em França tiveram consequências nefastas para a arte do vitral e alguns autores falam mesmo em atitudes iconoclastas. “En France, la vague iconoclaste est violente mais concerne

A par disso, a Reforma causou uma busca (ainda que momentânea) pelo despojamento e em determinados territórios a própria representação de carácter religioso foi alvo de ‘perseguição’. “Neste quadro registou-se não só a perda de inúmeros vitrais, bem como a decadência material de muitas obras e o esquecimento do domínio das suas técnicas próprias”¹³.

Nesta sequência, os séculos XVII e XVIII correspondem, assim, a um período de menor interesse por este domínio artístico e o vitral vai surgir apenas em regiões específicas e adaptado a espaços concretos.

O renascimento do vitral surgirá em pleno no século XIX, e, sobretudo, durante o século XX. Subjacentes a essa recuperação de interesse na arte do vitral encontram-se diversos factores, nomeada, e logicamente, os aperfeiçoamentos nas técnicas de fabrico de vidro e o desenvolvimento da chamada “arquitectura de ferro” permitindo rasgar amplos vãos preenchidos com vitral e equilibrando a exposição do ferro (tornada parte integrante e visível da estrutura) com a delicadeza do vidro. Um exemplo notável dessa conjugação é o arquitecto belga Victor Horta que articulou de forma perfeita a ligação ferro-vitral, em espaços frequentemente associados a arquitectura civil/privada, onde amplos átrios iluminados exibem vitrais cuja decoração tende a ser de natureza vegetalista [Fig. 2].

surtout l’ année 1562, celle de la première guerre de religion”, L. Riviale, ‘Nature et fonctions spécifiques du vitrail. Autor des troubles religieux du XVI^e siècle’, *Vitral Ve-XXe Siècle*, sous la direction de Michel Hérold et Véronique David, préface de Roland Recht, Paris, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, 2014, p. 239, ver sobre esta questão as páginas 223 a 246.

¹³ S. Vieira, *Para a História do Vitral em Portugal no século XX*, p. 15.



Fig. 2 – Vitor Horta, Magasins Waucquez / Musée de Bande Dessinée, Bruxelles, 1906

@ foto da autora

Horta está, aliás, associado a um dos movimentos chave para a recuperação da importância e significado do vitral no universo artístico: a Arte Nova. Efectivamente, tanto o movimento *Arts & Crafts*, como o nascimento da *Art Nouveaux*, irão contribuir de forma decisiva para fazer do vitral uma arte privilegiada que se expande para lá das igrejas (onde irá reaparecer) para diferentes espaços públicos e privados.

Neste período a natureza impõe-se como uma (das) temática(s) privilegiada(s) e as árvores dominam as composições em diferentes tons e escalas, formando, por vezes paisagens com (esboços de) florestas. A escola de Nancy em França (sobretudo através do trabalho do vitralista Jacques Grüber) e os vitrais produzidos pela Tiffany Studios (1902-32) são extraordinários testemunhos dessa situação – paisagens, com ou sem a presença de figuras femininas e/ou animais (muito em particular aves) – irão dominar de forma exuberante numa paleta de cromatismos fulgurantes.

O vitral *Paisagem de Floresta* [*A Wooded Landscape*] de Louis C. Tiffany [Fig. 3] é um dos mais notáveis testemunhos dessa aparição da floresta no vitral¹⁴. Diferentes tonalidades – dos verdes aos casta-

¹⁴ Um exemplo igualmente extraordinário é o vitral *Paisagem de Outono*, produzido pela Tiffany Studios (1902-32), e atribuído a Agnes F. Northrop,

nhos e aos azuis, rosas e laranjas das flores – e graus de luminosidade transmitem a forma como a luz incide, penetrando mais profunda ou superficialmente por entre as árvores, criando um ambiente mágico, desprovido de presença humana e totalmente dominado pela força dos troncos, pela pujança da folhagem e delicadeza das flores. Aqui a floresta impera.

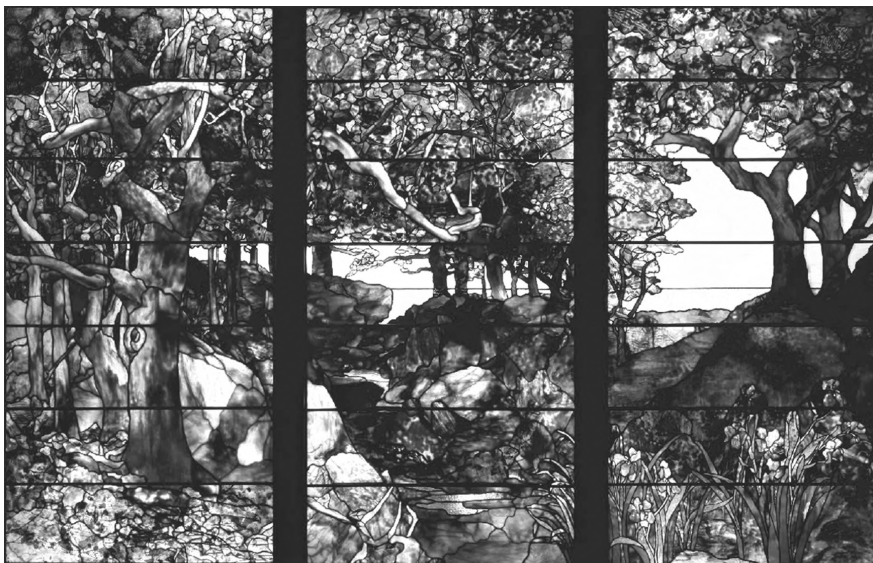


Fig. 3 – Tiffany & Co, Louis C. Tiffany, *A Wooded Landscape in Three Panels*, The Museum of Fine Arts, Houston, c. 1905 / @ foto Google Arts & Culture – public domain

A Representação da Floresta no Vitral

A análise dos dados disponíveis, levou, por uma questão de coerência, a uma divisão dos mesmos, agrupando a informação obtida em dois grupos: resultados alcançados para o século XVI e resultados alcançados para o final do século XIX e século XX. Dado o reduzido

1923/4 (numa encomenda de Loren D. Towle para a sua casa de Boston), actualmente no MET / NY.

espólio a ter sobrevivido do período quinhentista os resultados obtidos para esta época estão obviamente condicionados pela escassez de amostras; são, no entanto, dentro do que existe, coerentes e permitem a elaboração de algumas conclusões. O mesmo não se pode afirmar relativamente ao segundo período abordado, para o qual as conclusões aqui apresentadas são ainda preliminares e carecem de um aprofundamento e confirmação que advirá apenas da continuação do estudo.

Representações de Florestas no Vitral Europeu entre a Idade Média e a Idade Moderna

A partir do século XV, a pintura em vidro tende a aproximar-se da pintura sobre madeira e absorver influências da mesma, nomeadamente a inclusão de paisagem. Progressivamente as figuras tendem a ser inseridas em ambientes mais naturais, conferindo uma maior naturalidade à composição.

Apesar disso, na produção de vitral europeu, durante a época moderna, a floresta e a paisagem (não urbana) em termos gerais são entendidas como elementos complementares de uma temática principal¹⁵. E, ao contrário da pintura onde a evolução é no sentido de a

¹⁵ A mesma afirmação é, aliás, válida para o período medieval, pese embora o facto de a vegetação se encontrar sempre presente em diferentes manifestações, quer de forma mais secundária (por exemplo na escultura de vertente arquitectónica a nível de capiteis), quer como temática co-dominante (por exemplo na literatura, como atesta a Cantiga de Amigo “Ai Flores do Verde Pino”).

É também significativo que já no século XXI o estudo da paisagem no vitral ao longo dos séculos se mantenha um elemento secundário. Na análise de temas é comum – para lá da abordagem do tema principal – a referência a elementos complementares que incluem desde a inclusão do tipo de trajes e armaduras, ao chão e mobília (em espaços interiores), podendo chegar-se ao detalhe dos talheres expostos numa mesa; mas a inclusão da paisagem como tema pode nem ser mencionada. Essa situação verifica-se, por exemplo na introdução da obra *Painted on Glass and Light, Stained Glass Panels from the Gothic to the Baroque Period*, J.H. Röhl / Knof Museum Iphofen, 2009, pp. 1-20. Já na obra de Susan Foister, *Art of Light, German Renaissance Stained Glass*, London, National Gallery Company / Yale University Press, 2007, pp. 12 a 17 a paisagem é analisada para explicar a importância do uso da cor e não pelo seu significado *per se*.

paisagem começar a ganhar relevo, tornando-se no século XVII tema dominante e nuclear, no vitral isto não se verifica.

Um testemunho dessa situação é o notável painel do século XVI/XVII [Fig. 4] dedicado à temática do nascimento de Cristo, parte integrante do vasto espólio adquirido no século XIX pelo monarca D. Fernando Saxe-Coburgo-Gota e, actualmente, pertencente à colecção do Palácio Nacional da Pena.

A temática da *Natividade*¹⁶, representação preponderante na arte ocidental, domina o centro da composição, com a Sagrada Família, o boi e, num plano superior, anjos. A paisagem, com as suas árvores, é um breve apontamento apenas visível através de uma janela. Na parede de fundo da manjedoura, aqui transformada, de acordo com uma iconografia comum, numa ruína, abre-se uma janela cujo lançamento em arco é ainda perceptível, mas que está já semi-arruinada. Para lá da janela vê-se no céu, em lugar de destaque, a estrela que guiou os Reis Magos, embora estes não apareçam.

A paisagem que emerge sob a estrela é composta por discretas colinas, uma ponte e por um conjunto de árvores que se adensa num dos cantos sugerindo a formação de uma floresta. Vêm-se ainda no primeiro plano da paisagem arbustos que compõem o conjunto do arvoredo. A produção deste vitral está atribuída à região da Alemanha e as espécies de vegetação representadas poderão associar-se a territórios do Norte da Europa. Todos os elementos de natureza arbórea são cuidados e pormenorizados na sua execução, mas aparecem num contexto claramente secundário, fora do ambiente central da manjedoura/ruína e da temática do nascimento de Cristo. Conferem à composição um enquadramento paisagístico, de cunho imaginado – tal como a arquitectura – e a sua função é justamente de complementar e ambientar a cena nuclear.

¹⁶ O episódio tem por base o *Evangelho de S. Lucas*, 2, 7, “... e teve o seu filho primogénito, que envolveu em panos e recostou numa manjedoura, por não haver para eles lugar na hospedaria”, in *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1988, 14.^a ed. Sobre a Natividade ver L. Réau, “La Natividad” in *Iconografia del Arte Cristiano, Iconografia de la Biblia, Nuevo Testamento*, Tomo 1 / Volumen 2, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996, pp. 223-242.



Fig. 4 – *Natividade*, proveniência: Sacro-império romano-germânico/Alemanha, Palácio Nacional da Pena, Século XVI – XVII (?) @ foto PNP

A inclusão de árvores como elemento complementar, secundário, em Natividades é comum, conforme atesta a *Natividade* de 1516 de Guillaume de Marcillat [Fig. 5], pintor francês que, entre outros suportes, pintou em vidro deixando um impressionante legado de vitrais de extrema qualidade¹⁷. O painel em causa foi feito para a capela mor da Catedral de Santa Maria dell' Assunzione em Cortona onde Marcillat trabalhou.

A representação iconográfica, tal como a do exemplo anterior, inclui a Sagrada família, anjos, e os dois animais de estábulo habitualmente presentes, a vaca e o asno. O ambiente é mais requintado que o da *Natividade* do PNP e inclui uma inscrição relativamente à adoração da Virgem ao Menino. Apesar das diferenças na disposição das figu-

¹⁷ Guillaume de Marcillat [1467/ 1470 – 1529] passou algum tempo da sua vida em Itália, sendo mencionado por Vasari na obra *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori*. O seu trabalho na área dos vitrais corresponde ao fôlego final da pintura monumental de vitrais em Itália.

ras e do espaço em si (para não falar na paleta cromática), no que respeita à inclusão e relevo dado aos elementos arbóreos o tratamento é muito semelhante: surgem, para lá de pilares-colunas que formam vãos abertos para o exterior, introduzindo, por um lado, uma mancha de cor verde na representação e, por outro, o elemento paisagístico da composição. Em primeiro plano é visível vegetação de folhagem recortada e, um pouco mais longe, árvores de copa frondosa. É significativo que o tipo de copa das árvores pintadas em Itália seja distinto das que vemos no exemplo proveniente da Alemanha.



Fig. 5 – Guillaume de Marcillat, *Natividade*, proveniência: capela mor da Catedral de Santa Maria dell’Assunzione, Cortona, Detroit Institute of Arts, 1516

@ foto Google Arts & Culture – public domain

Temática igualmente comum entre a Idade Média e a Idade Moderna é a *Fuga para o Egipto* que, tal como a *Natividade*, se enquadra no

ciclo da Infância de Cristo¹⁸. Em termos iconográficos a representação deste passo recua à Alta Idade Média. A complexidade com que a temática é tratada varia, podendo as representações centrar-se apenas nos principais intervenientes ou incluir cenas secundárias alusivas aos acontecimentos ocorridos durante a viagem – a perseguição do rei Herodes, o milagre do campo de trigo ou o descanso junto à palmeira¹⁹.

Uma notável representação do descanso da Sagrada Família durante a sua fuga encontra-se num medalhão pertencente ao J. Paul Getty Museum [Fig. 6], testemunho, não apenas de um formato específico de vitral que irá ter particular desenvolvimento a partir do século XVI – justamente o medalhão²⁰ – mas também do uso progressivo de uma nova paleta cromática, em grisalha e amarelo de prata, derivada das descobertas do amarelo de prata ainda no século XIV. Trata-se de uma representação aparentemente muito simples, mas que introduz em pano de fundo importantes elementos de enquadramento, não só arquitectónico – com a inclusão de um castelo –, mas paisagístico, aqui com diferentes apontamentos: um rio, uma

¹⁸ Este episódio é narrado no *Evangelho de São Mateus*, 2, 13, “...um anjo do Senhor apareceu em sonhos a José, e disse-lhe ‘Levanta-te, toma o Menino e Sua Mãe, foge para o Egipto e fica lá até que eu te avise, pois Herodes procurará o Menino para o matar’”, in *Bíblia Sagrada*, Opus Cit. É posteriormente desenvolvido no *Evangelho Apócrifo do Pseudo Mateus* e retomado no século XIII pela *Lenda Dourada*. Sobre a Fuga para o Egipto ver L. Réau, “La Huida a Egipto” in *Iconografia del Arte Cristiano, Iconografia de la Biblia, Nuevo Testamento*, Tomo 1 / Volumen 2, pp. 284-300.

¹⁹ A introdução da palmeira não pode ser entendida como um elemento de representação arbórea em sentido pleno, na medida em que se trata de um dos símbolos fundamentais do episódio em causa e consequentemente parte da sua iconografia habitual.

²⁰ O medalhão, também designado *roundel*, irá ter uma difusão significativa a partir deste período. Veja-se sobre esta tipologia a obra de K. Tiedmann, *Painted on Glass and Light*. Na realidade, a partir do século XVI o vitral adaptar-se-á progressivamente a formas diversas, perdendo-se o lançamento em arco quebrado característico do gótico que havia ditado a forma dos painéis de vitrais ao longo da última centúria (e que ainda é visível no momento de transição para a época moderna).

floresta a bordejar o rio e uma pequena encosta no topo da qual surgem quatro árvores isoladas e, como tal, destacadas e, do lado oposto à floresta, por detrás de S. José, um novo conjunto de árvores que permite adivinhar a expansão da floresta na margem do rio onde se encontra a Sagrada Família. Em primeiro plano junto à Virgem um elegante tronco de árvore do qual só se vêem pequenas ramagens e no solo vegetação rasteira.

A paisagem arbórea não é aqui o tema principal – claramente a cena religiosa do descanso da Virgem, Menino Jesus e São José –, mas é um elemento dominante, impositivo e claramente marcante no conjunto da representação, demonstrando que, apesar de não ser a temática nuclear é um elemento fundamental para a composição da cena²¹. É, porém, de destacar que a temática relacionada com a fuga e regresso do Egito, devido à ideia de viagem, inclui desde muito cedo elementos arbóreos²².

²¹ Significativamente o painel da *Fuga para o Egito*, proveniente da Alemanha e actualmente no MET/NY, datado [ainda] de c. 1485-1500 [inv. 41.170.100, galeria 306], embora inclua já uma tímida paisagem ao fundo, bem como vegetação rasteira e um castelo é ainda quase completamente preenchido pela figuração humana, religiosa, dando ainda um destaque muito reduzido à paisagem. <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/467832?searchField=All&sortBy=Relevance&ft=41.170.100&offset=0&rpp=20&pos=1>.

²² Vejam-se os exemplos dos vitrais da Catedral de Chartres, da Fuga para o Egito e do Regresso do Egito (este painel também identificado como A Santa Família reconhecida no Egito por Afrodísio) datados de c. 1150 [Vida de Cristo, vitral 50, painéis 17 e 20]; este último, em particular, ostenta atrás do burro uma árvore de robusto tronco castanho e copa verde. <http://www.cathedrale-chartres.org/vitraux-cathedrale-chartres.php?id=2>.



Fig. 6 – *Descanso da Fuga para o Egipto*, proveniência: Bruges (?) / Sul da Holanda (?), The J. Paul Getty Museum, LA, c. 1510

@ foto Google Arts & Culture – public domain

A comparação das árvores com os dois exemplos de *Natividade* anteriormente vistos é particularmente significativa na medida em que mostra uma aproximação entre os exemplares arbóreos das produções do Norte da Europa e um contraste claro entre estes e a representação do Sul da Europa. Quer os vitrais reproduzissem a paisagem envolvente de forma directa, quer se baseassem em exemplos reproduzidos na pintura, tudo aponta para que a flora pintada teria uma inspiração local, variando assim conforme as regiões.

Um exemplo significativo desta temática encontra-se no vitral seiscentista (?) proveniente (possivelmente) dos Países Baixos e, também, adquirido por D. Fernando II, que relata o episódio da *Fuga para o Egipto* de forma iconograficamente muito rica [Fig. 7].

O painel do PNP apresenta uma composição muito completa do tema, com a inclusão de vários elementos secundários que remetem para parte dos incidentes ao longo do percurso, abarcando (em pano

de fundo) a perseguição de Herodes e fazendo em simultâneo referência ao passo que inclui a presença da palmeira²³.

Em primeiro plano surgem a Virgem Maria e o Menino que montam o asno conduzido por São José. O espaço entre a Virgem e São José é preenchido com uma palmeira repleta de tâmaras que alude ao episódio em que a Sagrada Família parou para descansar à sombra da palmeira que se teria curvado para dar alimento a Maria.

Este grupo central é como que emoldurado por duas árvores: atrás do burro um tronco seco; à frente, embora por trás de São José, uma árvore de copa (comparativamente) frondosa.

O contraste entre as duas árvores deverá incorporar em si uma simbologia alusiva à morte deixada para trás – personificada pelo tronco seco – e à vida – revelada pelo esplendor da árvore de copa frondejante – que se abre à frente da Sagrada Família em busca do Egipto. Aqui, embora as árvores não sejam a temática principal comportam em si um significado extremo que lhes dá um realce particular.

²³ No topo do tronco morto surge uma figura simbólica: trata-se de um homem coroadado, com uma espada na mão direita e rosto irado, que emerge de uma estrutura amarela coberta por um telhado de duas águas azul. A simbologia parece remeter aqui para o Rei Herodes cuja *Matança dos Inocentes* obrigou à fuga da família de Jesus e que mandou ainda os seus soldados em perseguição da Sagrada Família. Estes soldados aparecem no fundo da composição, na linha do horizonte, montados a cavalo e erguendo as suas espadas. Num plano intermédio, entre os cavaleiros ao fundo e a Sagrada Família em primeiro plano, vê-se um campo de trigo com um homem a ceifar uma seara e uma mulher com um cesto à cabeça. Esta representação é uma referência ao *Milagre do Campo de Trigo*, mas introduz ao mesmo tempo uma temática de um quotidiano intemporal na composição geral.



Fig. 7 – *Fuga para o Egipto*,
proveniência:
Países Baixos (?)
Palácio Nacional
da Pena, Século
XVII (?)

@ foto PNP

Não se trata, naturalmente, de uma floresta, mas estamos perante uma obra que figura três árvores absolutamente distintas, cada uma com a sua simbologia própria e essencial para o entendimento da cena no seu conjunto, sendo, portanto, este, um exemplo em que a presença das árvores adquire uma relevância extraordinária, pese embora o facto de não se poder afirmar que sejam a temática principal.

Embora seja impossível precisar a localização original de três destes quatro vitrais, eles inscrevem-se numa tipologia de temáticas de natureza religiosa característica de final da Idade Média e cuja sobrevivência se manteve na Época Moderna, ao longo do século XVI e nos primeiros momentos do século XVII. A importância da paisagem é variável de caso para caso e prende-se não apenas com uma evolução cronológica, mas também com o tipo de temáticas – *A Fuga para o Egipto* permite,

naturalmente, uma inclusão mais rica e versátil do tema, em comparação com a *Natividade* que é, até certa medida, uma cena de “interior”.

Conforme referido anteriormente, os séculos XVII e XVIII correspondem a um período de menor interesse por este domínio artístico e o vitral vai surgir apenas em regiões específicas e adaptado a espaços concretos.

As regiões do Norte da Europa serão as principais responsáveis pela manutenção desta vertente artística, em particular, pela necessidade de aberturas para a entrada de luz nestes territórios.

Um testemunho particularmente interessante deste novo universo e no qual verificamos a inclusão do que parece ser uma floresta é o designado “*Vitral de Guilherme Tell*” [Fig. 8], de novo parte do conjunto de vitrais adquirido por D. Fernando II para a sua colecção. Trata-se uma montagem de diferentes painéis que possuem em comum a ligação ao território Suíço. Entre as temáticas representadas neste vitral encontra-se o episódio da maçã relacionado com o herói suíço Guilherme Tell, bem como a inclusão de elementos heráldicos em diferentes suportes (nomeadamente uma bandeira e um escudo).

O conjunto mostra-nos a figura de um guerreiro de barba que segura na mão direita uma bandeira com as armas do cantão de Uri²⁴. No topo do painel, dividida pela bandeira, surge uma cena de exterior com a representação da punição de Guilherme Tell²⁵. À direita, obser-

²⁴ Um touro negro lampassado com anel sobre campo de ouro. As armas voltam a repetir-se, mas em escudo, no canto inferior esquerdo do painel, onde surgem encimadas pelas armas do sacro império romano germânico (águia bicéfala de negro sobre ouro) timbradas por coroa imperial de ouro.

²⁵ Segundo a lenda durante o período de domínio dos Habsburgo sobre a Antiga Confederação Suíça, o (lendário) Hermann Gessler, governador de Altdorf (no Cantão de Uri) no século XIV, mandou colocar num poste na praça da cidade um chapéu com as cores austríacas ao qual os cidadãos deviam prestar homenagem. Guilherme Tell ao atravessar a praça com o seu filho ter-se-á recusado a fazer a vénia de homenagem. Como punição – sendo conhecido pela sua capacidade de manejo da besta – foi obrigado a disparar uma seta contra uma maçã pousada sobre a cabeça do seu filho. Apesar de ter conseguido acertar na seta sem magoar o filho, diversos acontecimentos posteriores levaram a que assassinasse o governador originando (supostamente), deste modo, a revolta de Janeiro de 1308.

vam-se três homens, entre os quais Guilherme Tell, de costas para o observador, segurando uma besta pronta a disparar e, a seu lado, um guerreiro armado e o governador austríaco Hermann Gessler.

À esquerda, figura, encostado a uma árvore, o filho de Guilherme Tell de mãos atadas à cintura e com uma maçã pousada na cabeça.

Por de trás da criança surge um conjunto de árvores de que, aliás, se vê um vestígio no painel da direita. Estando truncados é provável que o maciço de árvores fosse maior e deixasse adivinhar uma floresta, característica da região.



Fig. 8 – *Vitrail de Guilherme Tell*, proveniência: Sacro-império romano-germânico /Suíça, Palácio Nacional da Pena, Século XVII – @ foto PNP

Dada a diversidade de vitrais que compõem o painel e o facto de estarmos perante uma montagem feita em data desconhecida, não é possível afirmar categoricamente que estas diferentes cenas proviñham de um mesmo espaço; é, contudo, uma hipótese plausível, da mesma forma que é credível aceitar a produção destes vitrais com objectivo de integrarem um edifício de natureza civil²⁶.

A temática relacionada com a história de Guilherme Tell facilita, naturalmente, a inclusão de arvoredo na composição e, efectivamente, este é um dos exemplos até agora mencionados que apresenta uma representação mais próxima da ideia de floresta. O efeito, embora truncado na actual apresentação do vitral, resultaria no desenvolvimento de uma floresta frondosa e com uma árvore a surgir em primeiro plano desempenhando um papel fulcral em toda a cena.

O Vitral em Portugal

Em Portugal o vitral parece ter tido uma entrada tardia²⁷. Não há referências à produção de vitral em Portugal antes das obras do estaleiro da Batalha, ou seja, antes do século XV. E mesmo no século XV a produção não terá sido vasta. Sobre este quadro diz-nos Pedro Redol

²⁶ As armas do cantão de Uri e a sua relação com a história de Guilherme Tell permitem pressupor que embora o vitral tenha sido alterado em data desconhecida, os diferentes fragmentos, hoje, “acoplados” seriam provenientes de um mesmo espaço.

²⁷ “A ausência de testemunhos materiais e escritos referentes a vitrais, em território nacional, anteriormente à terceira década do século XV, leva-nos a supor que essa disciplina artística, velha de pelo menos seiscentos anos na Europa Central, fora, até então, entre nós desconhecida. Quais as soluções adoptadas, durante séculos para encerrar vãos, designadamente os dos edifícios religiosos, resguardando assim, o seu interior das agressões atmosféricas, mas consentindo ao mesmo tempo, adequada iluminação, é questão para a qual a arqueologia medieval portuguesa não deverá, de futuro, deixar de procurar resposta. Em todo o caso, não encontramos referências ao fabrico de vidro plano em Portugal anteriormente a 1455”. P. Redol, “III. 1. A Arte do Vitral em Portugal nos séculos XV e XVI”, in *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, Câmara Municipal da Batalha, 2003, p. 51;

o seguinte: “O Vitral é uma modalidade artística que nunca criou profundas raízes em Portugal: a sua história não é muito antiga e aparece aqui como um fenómeno intermitente”²⁸.

Para além do estaleiro batalhino sabemos que ainda no século XV foram mandados fazer vitrais para a Galilé e para a Sala do Capítulo de Alcobaça, já no final da centúria; infelizmente não chegaram até nós e apenas temos noção das suas temáticas através da documentação existente²⁹.

Sabemos também que no final do século XV o Conde de Cantanhede, Fernando de Meneses, mandou fazer um painel (os vidros coloridos devendo ter sido importados) com as suas armas para a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, onde se fez tumular. A existência deste painel é particularmente significativa, não só pela presença da heráldica como temática chave, mas também pelo uso da forma específica do medalhão³⁰. Note-se que também encontramos representações de heráldica nos janelões da igreja do Mosteiro da Batalha, particularmente no da fachada principal.

Para além da entrada tardia no território português desta arte, ao que tudo indica, no século XV a produção de vitrais seria ainda da

C. Barros, *O Vitral em Portugal, Séculos XV-XVI*, 2.^a edição, Lisboa, INCM, 1988, p. 11 afirma que a história do vitral em Portugal se pode começar a escrever a partir de 1446, data do mais antigo documento em que se menciona um mestre vidreiro a trabalhar no país – mestre Guilherme no estaleiro da Batalha. A existência de três documentos entre 1428 e 1466 que mencionam um mestre Conrate – sogro de mestre Guilherme – a trabalhar no Mosteiro da Batalha permite aventar a possibilidade de Conrate ser também um mestre vidreiro. Mas trata-se de uma possibilidade e não de uma certeza. Ver sobre estas questões P. Redol, *O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, pp. 12 e 15 e P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, pp. 51-69.

²⁸ P. Redol, *O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, p. 12.

²⁹ Sobre estes vitrais e os seus temas ver P. Redol, *O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, p. 19.

³⁰ Ver sobre o medalhão de Santa Clara de Vila do Conde, P. Redol, *O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, p. 24 e C. Barros, *O Vitral em Portugal, Séculos XV-XVI*, p. 19.

responsabilidade de mestres vidreiros estrangeiros, maioritariamente alemães, conforme atesta – para citar apenas um exemplo – um contrato de 1438 feito a Luís Alemão para a execução de vitrais para Alcobaça³¹. A capacidade de produção de vitrais por parte de mestres portugueses virá apenas no século seguinte.

Dada a significativa ausência de vestígios (materiais e documentais) no século XV não encontramos nenhuma verdadeira referência ao universo da floresta nesta centúria.

Um fragmento proveniente da nave norte da Igreja da Batalha e datado entre 1440 / 1480, representa o Baptismo de Cristo por São João Baptista [Fig. 9] figurando parte do Santo e, nas suas costas, duas manchas de diferentes tons de verde que aparentam remeter para a ideia de vegetação. Trata-se, no entanto, de um fragmento e que, justamente, por não se encontrar completo, não permite atestar este facto com toda a certeza. Sublinhe-se, porém, que a temática do baptismo de Cristo é propícia à inclusão de árvores e vegetação ao longo das margens do Jordão³². A aceitar-se a presença de uma árvore (ou árvores) estaremos perante a mais antiga representação (conhecida) de um elemento “florestal” em Portugal.³³

As referências relativas à existência de vitrais em Portugal no século XV permitem aceitar a entrada desta arte no território associada a mosteiros de grande importância (Alcobaça, Batalha) e a encomendantes / patronos de elevado estatuto social (a própria casa real na Batalha ou o Conde de Cantanhede em Santa Clara de Vila do Con-

³¹ P. Redol, *O Vitral em Portugal. Séculos XV-XVI*, p. 14, sublinha claramente que até 1529 todos os vitralistas que aparecem documentados em Portugal são alemães, flamengos, da França setentrional e, possivelmente, italianos. Excepção para Luís Dias e Simão.

³² Esta iconografia é visível, por exemplo, no *Baptismo de Cristo* do vitralista francês Jean Chastellain da igreja de Saint-Étienne-du-Mont em Paris (vitral do Saint-Nom-de-Jésus), 1540 ou no *Baptismo de Cristo* do claustro da Abadia de Mariawald (actualmente no Victoria & Albert Museum), c. 1520-1 – para citar apenas dois exemplos com tratamentos distintos tanto do tema, como da vegetação.

³³ Sobre este painel ver P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, pp. 72-86.

de, importante convento feminino ligado à família real por via dos seus fundadores).



Fig. 9 – *São João Baptista*, nave lateral norte da igreja do Mosteiro da Batalha, c. 1440

@ foto Google Arts & Culture – public domain

As grandes encomendas são, no entanto, feitas já no século XVI e, com claro destaque para o Mosteiro da Batalha e para o Convento de Cristo, sendo o grande estaleiro, claramente, a Batalha. Para lá do Convento de Cristo e da Batalha, foram ainda feitas encomendas, entre outros mosteiros e igrejas, para o Mosteiro de Jesus de Setúbal,

para a Igreja de Viana do Alentejo e para o Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra³⁴. Nesta centúria uma parte significativa dos mestres será já portuguesa – António Taca e António Vieira são testemunho disso. Assiste-se também a um fenómeno comum noutros territórios: a participação de grandes nomes da pintura em trabalhos de vitral, como terá sido o caso do famoso pintor Francisco Henriques³⁵.

“É também agora que vitoriosamente se afirma, no vitral, a paisagem como envolvente principal das cenas apresentadas, apesar das limitações impostas pelo vidro enquanto suporte translúcido que impossibilita o recurso à perspectiva aérea. Das paisagens, que chegam a estender-se do primeiro ao último plano, fazem parte pequenas pedras, vegetação rasteira de várias espécies, arbustos e árvores de copa alta”³⁶.

Vejamos então os notáveis exemplos chegados até nós do Mosteiro da Batalha³⁷ e um pequeno fragmento do Convento de Cristo.

Floresta, árvores e vegetação no vitral em Portugal: séculos XVI a XVIII

Entre o conjunto de vitrais e fragmentos do século XVI encontrados em Portugal, irão – como pertinentemente referido por Pedro

³⁴ Para uma lista dos núcleos de vitral quinhentistas e seiscentistas conhecidos no nosso território ver C. Barros, *O Vitral em Portugal*, p. 19 e P. Redol, *O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, em particular pp. 14-15.

³⁵ Sobre estes artistas ver C. Barros, *O Vitral em Portugal*, pp. 35 a 51 e P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, pp. 52-57.

³⁶ P. Redol, *O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, p. 32. Sublinhado introduzido pela autora.

³⁷ Optámos por excluir da nossa análise os painéis da *Anunciação* e do *Pentecostes*, ambos da Capela-Mor, dado que muito embora apresentem árvores, estas se encontrem na parte reconstituída dos painéis, desconhecendo-se o seu aspecto original. Sobre a *Anunciação* ver P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, pp. 105-6 e sobre o *Pentecostes* ver pp. 94-5.

Redol – surgir elementos arbóreos: pequenas florestas e arvoredos. No entanto, a presença de florestas na produção de vitrais na época moderna em Portugal é maioritariamente desconhecida, tendo permanecido até à data por estudar.

Fragmentos descontextualizados, pormenores em fundos e breves apontamentos arborizados são os poucos testemunhos que encontramos. Pontualmente um ou outro caso mostra uma composição mais elaborada onde a ideia de floresta se pode adivinhar, mas nunca de forma plena. E, sobretudo, nunca como tema principal. No vitral (como na pintura) da época moderna portuguesa, a floresta é sempre um enquadramento para uma temática principal, surgindo subordinada à mesma.

Das encomendas conhecidas, chegou até nós um conjunto particularmente bem preservado de vitrais do Mosteiro da Batalha, no qual iremos encontrar algumas representações que podemos associar ao universo florestal.

Tal como no restante panorama europeu as temáticas nucleares deste conjunto são de natureza religiosa e, entre as principais, conta-se a *Fuga para o Egipto* [Fig. 10].

A representação da *Fuga para o Egipto* que se encontra na Capela-Mor da Igreja da Batalha³⁸ segue padrões iconográficos característicos do século XVI, coincidentes inclusive com o que se fazia na pintura.

A sagrada família segue o seu percurso protegida por um anjo. Belém fica para trás representada sob a forma de fortificação com torres de cariz medievo-renascentista e visível para lá de uma ruína fantasiada à romana com capiteis coríntios.

³⁸ Sobre a *Fuga para o Egipto* ver P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, p. 109.



Fig. 10 – *Fuga para o Egipto*, Capela-Mor da Igreja do Mosteiro da Batalha, Século XVI – @ foto DGPC

A passagem para um mundo não urbano, mais inóspito é feita com a introdução de vegetação: um caminho que progressivamente substitui as pedras por vegetação, uma mancha de arvoredo escondida atrás da coluna e uma grande tamareira, da qual o anjo colhe frutos.

A floresta – hostil ou protectora – não aparece completa, mas as diversas manchas verdes indicam o afastamento da cidade e a entrada num mundo arborizado, distinto e associado à viagem. Vemos, assim, com particular destaque a palmeira – parte integrante deste passo da infância de Cristo – e de forma mais subtil a introdução de uma árvore atrás da coluna e, em primeiro plano, a transformação do caminho num tapete verde pontuado por folhagem diversa.

Igualmente significativo é o painel subordinado ao episódio *Noli Me Tangere*³⁹ [Fig. 11], que diversos pormenores permitem atribuir com uma grande margem de credibilidade ao pintor Francisco Henriques⁴⁰. A aparição de Cristo a Madalena anunciando a Ressurreição que ocorre junto ao sepulcro, passa-se aqui contra um fundo paisagístico⁴¹. Árvores

³⁹ Este episódio tem por base os Evangelhos de S. Marcos, 16:9 e S. João, 20: 14-18, in *Bíblia Sagrada*. Em ambos Cristo ressuscitado aparece a Madalena que chora junto ao sepulcro vazio e inicialmente (no *Evangelho de São João*) o confunde com o hortelão – confusão que justifica em algumas iconografias a inclusão de uma pá e de um chapéu de abas largas. Trata-se de um dos passos chave dos Evangelhos no que respeita à Ressurreição de Cristo e foi um tema amplamente representado em diferentes suportes, como a iluminura, escultura (inclusive em capitéis), pintura e mesmo vitral. Não é, no entanto, uma temática de eleição na arte portuguesa do período moderno. Ver sobre a iconografia da cena *Noli Me tangere*, L. Réau, “Aparición a la Magdalena («no me toques»)” in *Iconografia del Arte Cristiano, Iconografia de la Biblia, Nuevo Testamento*, Tomo 1 / Volumen 2, pp. 579-582.

⁴⁰ Sobre a iconografia de Cristo nesta representação, paralelismos com outras obras e a questão da atribuição a Francisco Henriques ver P. Redol, “Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha”, in *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 2, Leiria, pp. 109 e 110 e P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, pp. 96-98.

⁴¹ Muito embora apareçam também elementos arquitectónicos: atrás de Cristo uma habitação de camponeses, num plano mais distante (sob a aba do chapéu) uma habitação (provavelmente) senhorial e no topo do monte um castelo.

de troncos esguios e tons diversos dominam a composição: acastanhadas atrás de Cristo, verdes acima de Madalena, em diferentes tons e espécies, e amareladas ao longe na continuação de um caminho no mesmo tom. A riqueza do conjunto arbóreo é tal que sobre a mesma já Pedro Redol havia destacado “A cena, que se passa junto ao sepulcro, recorta-se sobre um fundo paisagístico deveras interessante (...) Por trás de Cristo, em interposto terceiro plano, admiram-se fabulosas árvores de altíssimos troncos e densa folhagem”⁴². Embora a paisagem arquitectónica tenha interessado mais ao autor, a pujança e presença dos elementos florestais e arbóreos não lhe passou despercebida.

Trata-se, efectivamente, de uma das mais completas representações de arvoredos que encontramos no vitral português de inícios da época moderna, preenchendo de forma sistemática um fundo, com exemplares de árvores de diferentes tonalidades que marcam de forma indelével toda a cena. É, talvez, no vitral português deste período, o único exemplo em que se pode realmente discernir uma floresta, patente no conjunto verde acima de Madalena.

A representação iconográfica do *Noli Me Tangere* com um enquadramento arbóreo é, contudo, comum tanto na pintura como no vitral quinhentista – permitindo uma mais fácil associação de Cristo à figura do jardineiro com que Maria Madalena o confunde; e apesar da sua ausência no panorama nacional, encontram-se exemplos em diferentes pontos da Europa, situação que importa sublinhar⁴³.

⁴² P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, p. 97.

⁴³ Veja-se, a título de exemplificação, o extraordinário vitral de Hans von Ropstein, c. 1520, proveniente da Capela Blumenegg na Catedral de Nossa Senhora de Fribourg-en-Brisgau e actualmente no Augustinermuseum, em que a presença de vegetação desempenha um papel igualmente importante, embora o tratamento iconográfico do tema seja distinto. Ou o vitral de c. 1525-30, de origem flamenga (Lovaina), actualmente parte da colecção do MET/NY [inv. 44.114.12] em que Cristo também aparece de pá e chapéu de abas e a vegetação se impõe de forma marcante, desde logo pela presença de uma árvore ao centro, simbolicamente separando Cristo de Madalena [Fig. 12]. Para paralelismos com outros vitrais, para lá das questões de natureza “arbórea”, ver P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, pp. 97-98.



Fig. 11 – *Noli Me Tangere*, Capela-Mor da Igreja do Mosteiro da Batalha, Século XVI

@ foto Google Arts & Culture – public domain



Fig. 12 – *Noli Me Tangere*,
proveniência: Flamenga
(Lovaina), actualmente em
exposição no MET,
c. 1525-30,

@ foto MET / creative com-
mons – public domain

Extraordinariamente interessante, pela iconografia apresentada e de particular relevo no contexto da floresta/vegetação no vitral português é o painel com a figura de Santo Antão [Fig. 13] e o episódio relacionado com a “suas” tentações⁴⁴.

A representação das tentações de Santo Antão surge neste painel com algumas particularidades, das quais ressalta o enquadramento paisagístico que substitui o deserto onde o santo ermita vivia por árvores e vegetação diversa.

⁴⁴ Sobre Santo Antão ver L. Réau, “Antonio Abad, o de Viana”, in *Iconografia del Arte Cristiano, Iconografia de los Santos*, Tomo 2 / Volumen 3, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1997, pp. 108-123. Sobre a iconografia do Santo ver em particular pp. 112-114.

Num plano de fundo vê-se uma pequena casa de madeira, separada da restante composição por uma cerca de madeira. Representa provavelmente o eremitério de onde o Santo foi arrastado pelos demónios que aqui surgem sob a forma de cão (à direita do Santo) e dois macacos (à esquerda do Santo) – estes últimos emergem da vegetação qual bestas que saem da floresta. Particularmente interessante em termos iconográficos é a cena de topo na qual os demónios arrastam Santo Antão e, pese embora o facto de quase passar despercebida, figura em simultâneo com a representação do Santo e dos demónios apresentados em primeiro plano. Há neste tratamento iconográfico uma representação dupla com os demónios a emergirem da vegetação, do desconhecido, prestes a atormentarem o Santo e, em paralelo, já em pleno tormento arrastando Santo Antão pelos ares. Este tratamento com uma representação dupla num mesmo painel é uma herança do período medieval e encontra paralelos na pintura (nomeadamente flamenga).⁴⁵

A vegetação aqui retratada aparenta uma clara semelhança com o universo das samambaia ou feto-comum, género de vegetação existente na zona centro do país e que poderá ter servido de inspiração para esta figuração.

Acima do Santo eleva-se uma árvore de copa frondosa, que quase parece sugar a representação dos demónios a arrebatarem Santo Antão. O chão é formado por vegetação luxuriante em diferentes tons de verde; sobre esta, agachado aos pés do ermita, recorta-se um porco (elemento iconográfico associado a Santo Antão) com uma sineta ao pescoço para afugentar os demónios e ao seu lado um missal aberto.

⁴⁵ Sobre este painel ver P. Redol, “Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha”, n.º 2, Leiria, p. 108 e P. Redol, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*, pp. 89-90.

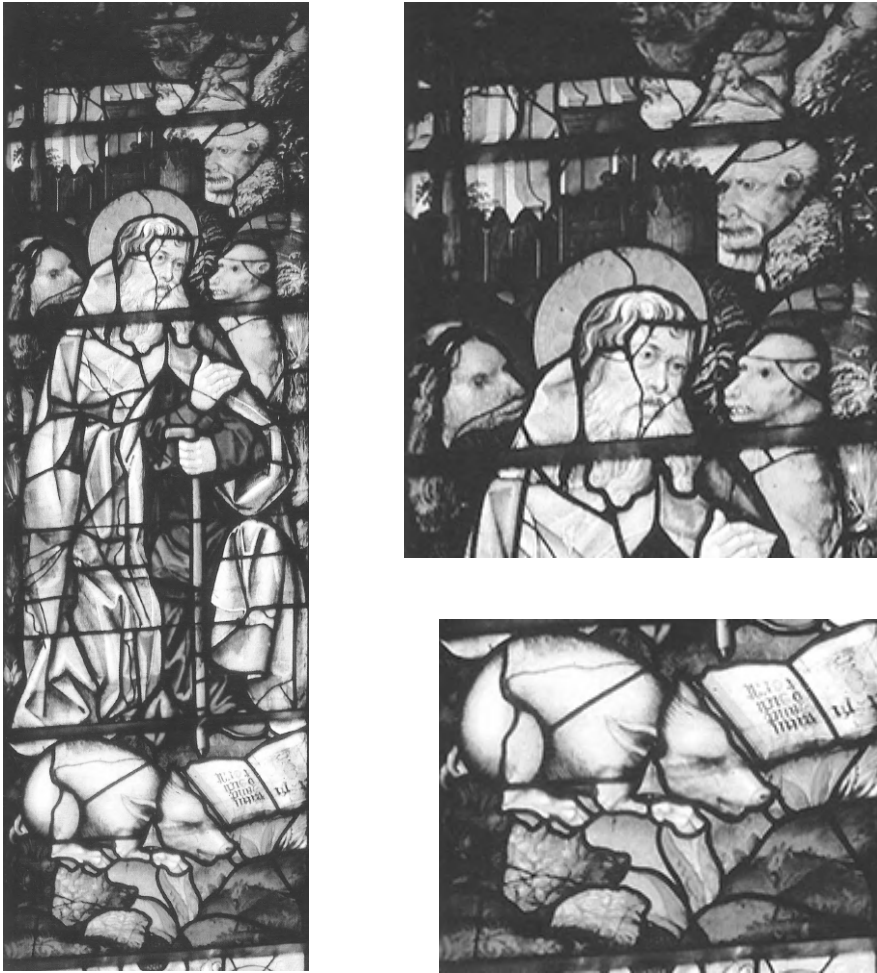


Fig. 13 – *Santo Antão*, Capela-Mor da Igreja do Mosteiro da Batalha, Século XVI @ foto Google Arts & Culture – public domain

A composição de elementos arbóreos e herbáceos deste painel é de extrema relevância. Não apenas pelos significados simbólicos que lhe estão associados – a vegetação a esconder parcialmente os demónios recorda-nos alguns dos cambiantes da ideia medieval de floresta: local de refúgio, mas também de perigo, covil de feras e malfeitores; mas também pela diversidade representada que inclui uma árvore de tronco

elevado e copa exuberante, vegetação rasteira e elementos intermédios de vegetação que, aparentemente, terá uma clara ligação à região do país em que o Mosteiro da Batalha se inscreve.

Para lá do Mosteiro da Batalha, também o Convento de Cristo em Tomar terá tido um conjunto significativo de vitrais no século XVI. Infelizmente, do estaleiro do convento de Cristo sobreviveram apenas fragmentos soltos tornando-se impossível um estudo da presença de florestas e/ou elementos arbóreos nos mesmos. Um pequeno fragmento em amarelo de prata mostra o que parecem ser copas de árvores. O seu contexto, porém, é impossível de precisar. Segundo Pedro Redol⁴⁶ o conjunto de fragmentos com rostos, restos de arquitectura e elementos vegetais permite pensar numa iconografia associada ao rei D. Manuel (monarca responsável pela encomenda) e, no que respeita aos elementos arbóreos em temáticas ligadas à *Arvore de Jesse* ou à *Arvore do Paraíso*, cujas faziam parte integrante dos programas iconográficos manuelinos. Podendo assegurar a existência de elementos arbóreos nos vitrais quinhentistas de Tomar, torna-se, contudo, inviável tentar contextualizá-los num ambiente florestal e integrá-los nesta análise da presença da floresta no vitral em Portugal.

Floresta, árvores e vegetação no vitral em Portugal: séculos XIX e XX

Após as grandes encomendas do século XVI entra-se em Portugal num período de aparente inexistência na produção de vitral. Não há vestígios nem referências à presença ou produção de vitral no nosso território nos séculos XVII e XVIII⁴⁷.

⁴⁶ P. Redol, J. Delgado e M. Vilarigues, ‘Stained Glass from the Convent of Christ in Tomar, Portugal: History and Characterization’, *Journal of Glass Studies*, Corning Museum of Glass, vol. 53, 2011, pp. 246-251. Sobre os vitrais da Rotunda do Convento de Cristo ver também J. Delgado, ‘Vitrais da Charola do Convento de Cristo em Tomar. História e Caracterização’, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

⁴⁷ “Não nos parece, portanto que a arte dos vitrais se tenha prolongado no nosso país além dos finais do século XVI. Os mestres das vidraças do Mosteiro da

O renascimento do vitral em Portugal terá lugar, como noutros países, ao longo do século XIX, continuando durante o século XX. No decorrer do século XIX, assistiu-se progressivamente a um recrudescimento no interesse pelo vitral, nomeadamente enquanto área de estudo para diversos investigadores: historiadores, arquitectos, arqueólogos, mas também químicos e mesmo escritores, entre outros. Porém, ao contrário de outros territórios, em Portugal a arte do vitral havia desaparecido completamente. Quando se iniciou, primeiro o processo restauracionista dos antigos edifícios medievais portugueses e, depois, as novas produções, o vitral era uma arte praticamente desconhecida em Portugal “e não existiam artistas capazes de realizar obra nova e muito menos restaurar os existentes”⁴⁸.

E, assim, será apenas no século XX que esta arte será recuperada em pleno. Em 1905 surge em Lisboa aquele que virá a ser um dos mais importantes ateliers de vitral no país, a oficina de Ricardo Leone, originalmente fundada por Cláudio Augusto Martins⁴⁹.

Com a viragem para o século XX assiste-se em Portugal (como noutros territórios) ao desenvolvimento de temáticas de cariz vegetalista na área do vitral, incluindo a presença de florestas. Esta situação

Batalha, que continuaram a ser nomeados depois desta data, tiveram somente o pesado encargo de conservar em perfeito estado o valioso património que lhes tinha sido confiado. Bem depressa o nosso maior conjunto de vitrais deixaria de ser cuidado, e viria a ser vítima das intempéries e dos homens, o mesmo acontecendo a todos os vitrais que se perderam ao longo do país pelo abandono a que foram votados.” C. Barros, *O Vitral em Portugal*, p. 25.

⁴⁸ S. Vieira, *Para a História do Vitral em Portugal no século XX*, p. 16. Ver sobre estas questões a Introdução.

⁴⁹ Sobre o vitral em Portugal no século XX ver R. Santos, ‘Apontamentos para a História do Vitral no século XX’, in *O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 68-85; F. Quintas, *Vitral: contemporaneidade e sedução do poder*; e S. Vieira, *Para a História do Vitral em Portugal no século XX*. Sobre a oficina de Ricardo Leone ver D. Ferraz, ‘A Oficina de Ricardo Leone’, in *O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 86-93.

é visível logo no início do século com os vitrais de 1907, possivelmente da autoria de Carlos Martins, que ornamentavam as três janelas da fachada da antiga Padaria Inglesa (no largo de São Julião) trabalhados com motivos florais e vegetalistas que, embora não exibam florestas (nem árvores) demonstram já claramente a predileção por elementos arrebatados da natureza enquanto motivo dominante das composições.

Embora a presença da floresta no vitral no panorama nacional do século XX seja uma temática ainda por explorar – e que só agora começamos a abordar –, um exemplo indiscutivelmente relevante é o vitral da Sala de Jantar da Casa Atelier do pintor José Malhoa [Fig. 14]. Sublinhe-se, porém, que embora o projecto arquitectónico seja de um arquitecto português e o espaço casa/atelier destinado a um artista igualmente português, o vitral é de produção estrangeira, testemunhando a dificuldade que ainda se fazia sentir em Portugal na criação desta vertente artística.



Fig. 14 – Casa Atelier José Malhoa / Casa Museu Anastácio Gonçalves, Arquitecto Norte Júnior | *Vitrail da Sala de Jantar*, Louis-Charles-Marie Champigneulle, 1904/1905 @ foto Casa Museu Anastácio Gonçalves



Fig. 15 – Vitral da Sala de Jantar da Casa Atelier José Malhoa (pormenor), Louis-Charles-Marie Champigneulle, 1904/1905 @ foto Casa Museu Anastácio Gonçalves

A obra de Champigneulle surge inserida numa moldura de madeira que se funde com a decoração da sala e divide o vitral em três painéis. O painel central [Fig. 15] mostra-nos uma sonhadora figura de mulher típica do registo *Art Nouveaux*, de cabelo apanhado e longas vestes, colhendo frutos de uma árvore que cresce num jardim de lírios e hortênsias, atravessado por pombas brancas no painel à esquerda da figura feminina.

Todo este conjunto em primeiro plano é recortado sobre um fundo de uma floresta “de encanto” destacada pela tonalidade em tons de amarelo e laranja em degradé. O conjunto dos três painéis é emoldurado por um friso delineado a azul e ele próprio formado por motivos florais e vegetalistas. Numa primeira observação a floresta apresenta-se como um elemento discreto, de tons suaves, em pano de fundo. A árvore de fruto em primeiro plano sobressai em tons vibrantes de

diversos verdes salpicados pelo amarelo dos frutos. A vegetação rasteira é criada num verde intenso, alternado com os tons malvas, lilases e carmins das flores mais exuberantes no canto inferior à direita (da figura) e atravessadas pelo branco das pombas que descem sob um quase imperceptível lago no canto inferior esquerdo. Ao centro o branco e vermelho da figura feminina fazem convergir o olhar. A suavidade dos tons da floresta é, pois, tímida neste conjunto. Porém, essa descrição é pura ilusão. A floresta é cuidadosamente executada como parte integrante e fundamental de um todo. As árvores que a compõem são de várias formas e alturas e construídas numa “descoloração” de verde de baixo para cima, que culmina nas árvores mais elevadas que, banhadas pela luz, adquirem um verde esbranquiçado destacado contra o laranja do céu. O resultado final é de uma mancha que atravessa os três painéis e termina em pináculos que marcam o horizonte.

Conclusão

A análise efectuada até ao momento permite concluir que a situação vivida em Portugal, no que diz respeito à presença da floresta no vitral, é idêntica à que se encontra nos restantes territórios da Europa ocidental.

No período quinhentista, a floresta, árvores soltas, arbustos ou simples vegetação rasteira surgem sistematicamente como elemento complementar de uma temática principal, de cariz religioso – seja esta, episódios da vida de Cristo, como a *Fuga para o Egipto* ou o *Noli me Tangere*, ou representações de Santos, como no caso de Santo Antão. Esta análise está, conforme previamente sublinhado, condicionada pela escassez de exemplos sobreviventes deste período e – no que respeita a exemplos completos com representações que incluam árvores – pela proveniência dos mesmos de um único local: o Mosteiro da Batalha. Mas, apesar dessa limitação, nada leva a crer que, a ter sobrevivido um maior número de exemplares, o panorama fosse diferente. A paisagem é, pois, no vitral nacional da centúria de quinhentos, um elemento secundário de enquadramento do tema nuclear. No entanto, este elemento secundário é determinante na composição dos vitrais e sem ele os mesmos tornar-se-iam incompletos. E esta pre-

ponderância é materializada de formas distintas. Por um lado, encontramos a vertente simbólica dos elementos arbóreos: a tamareira na *Fuga para o Egipto*, as árvores que ligam Cristo à figura do hortelão no episódio do *Noli me Tangere* ou a floresta de onde emergem criaturas malignas na composição de Santo Antão. Por outro lado, porém, todos estes elementos contribuem para a criação de um cenário natural envolvente que confere uma maior autenticidade às representações ao ambientá-las em espaços com elementos figurativos de uma natureza com a qual o século XVI detinha uma inegável familiaridade. Paralelamente, dois dos vitrais sobreviventes mostram um cuidado particular no tratamento da floresta/árvores que integram. A representação do *Noli me Tangere* do Mosteiro da Batalha apresenta um conjunto arbóreo muito mais vasto e diversificado do que o habitual na temática em causa⁵⁰. E, embora a substituição do deserto onde Santo Antão habitava por outro tipo de paisagens não seja uma iconografia incomum, a densidade de vegetação que envolve o Santo neste painel é quase imersiva. Uma vez mais, o reduzido número de vitrais sobreviventes é condicionante e não permite extrapolar se o tratamento da paisagem no vitral nacional seria fora do comum. Contudo, é possível afirmar que embora a temática da floresta (árvores soltas, arbustos ou simples vegetação rasteira) não seja a principal, ela desempenha um papel preponderante nos vitrais nacionais do século XVI, alcançando um destaque e relevo significativos.

⁵⁰ Embora, naturalmente, se possa inserir numa tendência geral de evolução do tratamento da paisagem. Uma simples análise do tema comparando vitrais de meados do século XIV, final do século XVI e final do século XIX / início do século XX permite constatar essa evolução. A título de exemplo: *Noli Me Tangere*, 1340-50 Áustria, actualmente no MET / NY, galeria 9 [inv 68.224.2].

<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/471881>.

Noli Me Tangere, 1598, Suíça, Lucerna [não se encontra em exposição, inv. 52.176.1] <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/201428>.

Noli Me Tangere, Louis C. Tiffany, aguarela para vitral de igreja, ca. 1890-1900, Nova Iorque [não se encontra em exposição, inv. 67.654.426] <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/16416>.

As conclusões relativas à presença da floresta nos vitrais dos séculos XIX e XX em Portugal são – conforme inicialmente referido – claramente preliminares; o ainda incipiente levantamento da produção de vitral nacional nestes séculos não permite um avanço das mesmas para lá de um estágio embrionário. No entanto, o levantamento feito até ao momento aponta no sentido de que o panorama nacional se enquadra na tendência geral de exaltação de motivos paisagísticos, em que a floresta assume uma posição proeminente. A continuação do estudo nesta área permitirá uma eventual confirmação de tais dados.

No seu conjunto, a representação da floresta no vitral nacional – subordinada às respectivas conjunturas artísticas – alcança, mesmo quando tratada de forma “acessória”, um lugar relevante, não só pelo modo como enaltece as composições em que se enquadra, mas também pela forma como ganha destaque *per se*, tornando-se verdadeiramente uma “floresta de encanto”.

Agradecimentos

A autora gostaria de expressar o seu agradecimento:

Ao Dr. Pedro Redol, por todo o apoio manifestado nas diferentes demandas no universo do vitral.

À Parques de Sintra – Monte da Lua pela autorização de imagens para publicação e ao Doutor Arquitecto António Nunes Pereira pela disponibilidade constante.

À Casa Museu Anastácio Gonçalves pela autorização de imagens para publicação.

À DGPC pela autorização de imagem para publicação.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT/MCTES | UID/00729/2017.

CAPÍTULO 3

À MESA COM A FLORESTA. REPRESENTAÇÕES BOTÂNICAS NA LOUÇA PORTUGUESA (1570-1770)

Tânia Manuel Casimiro

Investigadora integrada (IAP/IHC – NOVA FCSH)

Introdução

O reportório iconográfico na faiança portuguesa é vasto. Não existe uma compilação que resuma todos os motivos decorativos ainda que diversos trabalhos tenham já sido publicados nesse âmbito¹. A representação de espécies botânicas encontra-se entre as mais frequentes, recorrentemente designadas na bibliografia como vegetalistas ou, quando mais estilizadas, fitomórficas. A maioria dos objectos possui qualquer tipo de representação botânica [Fig. 1]. Estas designações

¹ M. V. Gomes e T. M. Casimiro, 'Break the Code. A Contribution to the Classification e Interpretation of Portuguese Faience iconography (16th-18th centuries). Anthropomorphic representations as a case study', in R. Gomes, T. M. Casimiro e M. V. Gomes (eds.), *Proceedings of the first International conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2016, p. 449-472; M. V. Gomes, e T. M. Casimiro, 'Know the ropes' – Boat representation in 17th and 18th centuries Portuguese tin glaze ware, *Proceedings IKUWA6*, Oxford, Archaeopress, 2020, pp. 73-90.

têm vindo a ser utilizadas desde os inícios do século XX e cristalizadas pelos historiadores da arte. Quando o estudo arqueológico da faiança portuguesa se iniciou, já na primeira década do século XXI, muitas delas foram mantidas, enquanto outras foram desenvolvidas com base nos novos achados arqueológicos que até então eram desconhecidos. Neste sentido as próprias designações são oriundas de diversos ramos do saber não existindo ainda um código de designações universalmente aceite.



Fig. 1 – Prato com veado em paisagem (1635-1660).
Cortesia Errol Manners

O objectivo do presente capítulo é a análise e interpretação das representações vegetalistas, árvores, arbustos, flores e frutos, na faiança portuguesa e de que forma aquela reflecte os padrões culturais das sociedades que produziram e consumiram estes objectos. A sua caracterização e classificação das espécies botânicas nem sempre é fácil, visto que muitos destes desenhos nunca almejaram a representação de uma espécie em particular. Outras existem onde o detalhe permite uma

identificação directa. Sempre que possível a classificação será feita e nomeada com base em catálogos de espécies biológicas².

Ainda que a representação arbórea e vegetalista seja frequente, é rara a presença de florestas, bosques e matas na faiança portuguesa, contrariamente ao que acontece, por exemplo, no azulejo. Mesmo os objectos onde se podem reconhecer cenas de caça enquadram os personagens com árvores isoladas e arbustos e nunca com denso arvoredo onde se podem reconhecer diferentes espécies [Fig. 2]. As representações vegetalistas aparecem tanto no centro dos pratos como na aba.



Fig. 2 – Prato com cena de caça (1660-1700).
Cortesia Cabral Moncada Leilões

² A. Lawrence e W. Hawthorne, *Plant identification. Creating User-Friendly Guides for Biodiversity Management*, London: Routledge, 2006.

Métodos e história da produção

Faiança Portuguesa é a designação generalista atribuída a uma técnica de produção de cerâmica onde um corpo cerâmico, por norma de pastas claras, alvo de uma primeira cozedura designado de chacota, é revestido com um vidrado branco opaco. Este revestimento é composto por sílica, óxido de chumbo e óxido de estanho, criando assim como que uma tela onde podem ser desenhados diversos motivos. Os desenhos são efectuados com recurso a óxidos metálicos nomeadamente cobalto (azul), managanês (castanho), antimónio (amarelo) e verde (cobre). Uma segunda cozedura vitrifica as superfícies tornando o desenho permanente³.

Ainda que sejam conhecidas diversas formas, mais ou menos utilitárias, a maioria dos objectos conhecidos correspondem a pratos, taças e garrafas ou jarros, ou seja, louça de ir à mesa e utilizada durante as refeições. Objectos mais raros correspondem a caixas, mangas de farmácia, potes, vasos de noite ou pias de água benta, entre outros.

As evidências mais recuadas da produção de louça estanífera em Portugal remontam à segunda metade do século XV, ainda durante o reinado de Afonso V, em Lisboa⁴, no entanto, nessas fases mais recuadas e durante grande parte do século XVI, este tipo de louça será essencialmente branca, decorada com tímidos apontamentos de azul, em linhas concêntricas junto ao bordo ou no interior do fundo. A produção de faiança portuguesa irá continuar a ser efectuada através de métodos tradicionais até aos finais do século XX, começando a partilhar o seu espaço com as produções industriais a partir de finais do século XVIII.

Ainda que a produção industrial seja um mundo fascinante, para o propósito deste trabalho será apenas abordada a produção tradicional,

³ T. M. Casimiro, *Portuguese Faience in England e Ireland*. British Archaeological Reports (B.A.R.), Oxford, Archaeopress, 2011.

⁴ J. P. Henriques, V. Filipe, T. M. Casimiro e A. Krus, ‘Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa)’, in *Fragmentos de Arqueologia, Extrair e Produzir... Dos primeiros artefactos à Industrialização*, Lisboa, Centro Arqueologia de Lisboa, 2019, pp. 108-120.

manufacturada em olarias, entre sensivelmente 1450 e 1770. A selecção destas datas prende-se com o tipo de decoração efectuada durante esse período, que responde com maior veemência a questões relacionadas com os contactos culturais, globalização e sincretismos culturais e onde a representação de espécies arbóreas e outras plantas representa um mundo em conexão.

A mudança na decoração da faiança portuguesa, passando de objectos simples com pequenas notas a azul, para decorações mais complexas, ocorre na segunda metade de quinhentos, por volta de 1560/70⁵. Pese não sabermos com que velocidade esta mudança ocorreu, os reportórios iconográficos complexificam-se e os objectos e os seus produtores começam a aparecer com maior frequência na documentação. No Regimento dos Oleiros de Lisboa que consta do *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos da Mui Nobre e sempre Leal Cidade de Lisboa*, datado de 1572 e compilado por Virgílio Correia⁶, aparece pela primeira vez a referência à produção de louça de Talavera, em Lisboa. Em finais do século XVI aquela cidade espanhola estava já a produzir grandes quantidades de louça estanífera e alguns documentos atestam a deslocação de oleiros de Talavera para Lisboa e o estabelecimento de oficinas na capital portuguesa. Não foram apenas os espanhóis visto que existem referências a diversos flamengos e italianos que também se deslocaram, ainda no século XVI para Portugal, sendo esta louça comumente designada de louça de Veneza⁷.

O crescimento da produção foi excepcional e em cerca de duas gerações passamos de algumas referências dispersas para a existência de dezenas de olarias e centenas de oleiros e pintores de louça na cidade. A sua dispersão territorial acompanha, numa primeira fase, a localização tradicional das olarias que, desde a Idade Média, se localizavam na zona da Mouraria. Contudo, a partir de inícios do século XVII,

⁵ T. M. Casimiro, 'Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística' *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, 2013, pp. 355-373.

⁶ V. Correia, *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos da Mui Nobre e sempre Leal Cidade de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

⁷ R. Calado, *Faiança Portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro*, Porto, Câmara Municipal Porto, 2003.

vamos encontrar estas olarias localizadas na zona de Santos-o-Novo, mais próximo dos locais de extracção da matéria-prima, as margas brancas da zona dos Prazeres⁸. O bairro cresce de tal maneira que chegam aqui a estar localizadas dezenas de olarias com os seus fornos, que foram representadas no azulejo da vista de Lisboa, hoje em exposição no Museu Nacional do Azulejo.

Cronologias de produção e decoração

As primeiras evidências de produção são arqueológicas. Neste momento conseguimos recuar a produção à segunda metade do século XV na zona de Lisboa⁹ e a meados do século XVI na margem sul, nomeadamente na zona do Barreiro através do conteúdo dos fornos na Mata da Machada¹⁰ e em Santo António da Charneca, onde se localizam os dados mais antigos para a produção de azulejo¹¹.

Em todos estes locais a louça identificada trata-se de taças e pratos de forma simples, completamente brancos ou com linhas azuis [Fig. 3].

Já para finais do século XVI, sensivelmente a partir de 1580 um forno foi escavado na zona da Mouraria¹² revelando que em finais do

⁸ C. Mangucci, 'Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados dos séculos XVI aos meados do século XVIII' *Almadan*, 1996, pp. 155-168.

⁹ J. Henriques, V. Filipe, T. Casimiro e A. Krus, 'Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa)'.

¹⁰ R. Carmona, C. Santos, *A Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV e XVI*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2005.; C. Torres, *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na Cintura de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2010.

¹¹ G. Cardoso, J. Gomes, S. Rodrigues e L. Batalha, 'A produção oleira renascentista na bacia hidrográfica do baixo Tejo', *Al-Madan Online. II.ª Série*, 20 (2), 2016, pp. 54-63.

¹² A. Castro, N. Paula, J. Torres, T. Curado e A. Teixeira, 'Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa)' *II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, pp. 1713-1731.

século XVI a faiança apresenta-se já como um tipo de produção altamente decorada e apresentado o tipo de decorações que iremos abordar no presente capítulo.



Fig. 3 – Taça (1550-1590) Mata da Machada.
Fotografia T. M. Casimiro

É a partir desta altura que os contextos arqueológicos começam conter milhares destes objectos, sobretudo devido ao aumento da produção. Apesar de se ter iniciado em Lisboa o sucesso destes novos objectos e a procura dos mesmos pela população portuguesa e por mercados estrangeiros leva a que a produção se tenha espalhado para outras zonas do país. Em inícios do século XVII diversos oleiros que se haviam especializado nesta técnica estavam estabelecidos em Coimbra e em Vila Nova¹³. Estas três cidades concentravam dezenas de oficinas e fornos e conseguiam abastecer o país e o mercado externo. Durante o período em análise não existem evidências de que outra cidade no país tenha produzido este tipo de louça, dispersão que só irá acontecer durante o século XIX. O consumo generalizado destes objectos faz com que a sua identificação nos contextos arqueológicos

¹³ L. Sebastian, ‘A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)’, tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

seja frequente, sobretudo a partir de 1635/40 quando a quantidade de objectos manufacturados aumenta exponencialmente. No entanto, o estilo, iconografia e quantidade de objectos conheceu grandes variações desde o século XVI ao século XVIII, algo que terá um impacto significativo nas próprias representações vegetalistas.

A evolução crono-estilística da faiança portuguesa é conhecida¹⁴. As peças brancas e singelas dos séculos XV e XVI desaparecem progressivamente a partir de finais de quinhentos, a velocidades diferentes dependendo da zona do país. A partir dos finais do século XVI o azul sobre branco com tímidos apontamentos em amarelo ou verde impera e estes objectos tornam-se reflexo de uma cultura global onde contactos culturais com diferentes grupos humanos em diferentes partes do mundo influenciam directamente a produção. Até sensivelmente 1630/40 são peças de aparato, que demonstram qualidade e que atingiriam preços elevados e seriam utilizadas sobretudo como peças decorativas, visto que não possuem marcas de uso. A partir desta altura assiste-se uma “democratização” do consumo que se generaliza e torna-se acessível a gentes menos endinheiradas. Este momento é visível nos contextos arqueológicos através do aumento do número de objectos, mas igualmente à redução do seu tamanho e simplificação da decoração. Os elementos vegetalistas passam a predominar mas de uma forma menos delicada [Fig. 4]. Esta louça começa igualmente a ser exportada em grandes quantidades para as colónias Europeias no Novo Mundo, tornando-se a louça de mesa por excelência¹⁵. A sua observação directa demonstra o desgaste que sofreu por ter sido utilizada quotidianamente no consumo de alimentos. Esta utilização frequente faz-nos pensar sobre os sentidos que a sua utilização despertaria. Estes pratos altamente decorados despertavam mais que o deleite

¹⁴ T. Casimiro, ‘Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, 2013, pp. 355-373.

¹⁵ F. Zorzi, ‘Approaches to the presence of Portuguese Faianças in the Archaeology of Buenos Aires, Argentina’, in M. Gomes, T. Casimiro e R. Gomes (eds), *Proceedings of the first International conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2016, p. 345-354.

estético. O azul sobre branco juntamente com os diversos motivos decorativos, os vegetalistas entre os mais frequentes, continham uma mensagem que era assim introduzida durante as acções mais elementares dos seres humanos tais como comer e beber.



Fig. 4 – Taça com decoração vegetalista encontrada em Buenos Aires (Cortesia Flávia Zorzi)

A partir de meados do século XVII o manganês começa a estar presente na maior parte dos objectos, delineando os motivos que serão preenchidos com azul ou amarelo, combinado as diversas cores.

A representação de elementos vegetalistas é mais intensa entre 1580 e 1660. A partir deste momento mesmo as cenas que deveriam ser enquadradas com arvoredos apresentam representações mais dispersas, com a ocasional árvore ou arbusto.

A produção artesanal não desaparece no final do século XVIII, continuando até ao século XX. Contudo, o desenvolvimento da produ-

ção industrial leva a que a sua qualidade se veja reduzida, vendida a custos mais baixos e sem grande preocupação estética.

Estas decorações, influenciadas por diversos contactos culturais, irão ser efectuadas em ciclos, obedecendo a cronologias de produção. Ainda que esses ciclos não sejam estanques é possível observar continuidades e rupturas, relacionadas com as movimentações políticas e económicas na Europa e no mundo.

A faiança portuguesa vai, ao longo da sua existência, reflectir não apenas as tendências nacionais, mas, num mundo que já se pode designar de global, as tendências internacionais, de acordo com as movimentações dos portugueses. Nesse sentido, ela apresenta-se como um palimpsesto cultural onde diversas influências se combinam.

Da Europa vemos influências sobretudo de Espanha e da Itália, possivelmente trazidas pelos já mencionados oleiros que se instalaram em Portugal sobretudo através de motivos heráldicos e representações de divindades clássicas. As viagens portuguesas levam a que os contactos com o médio e extremo oriente gerem o conhecimento de realidades diferentes e a apropriação de temas que são originários de outros tipos de produções cerâmicas tais como a cerâmicas persas ou, mais frequentemente, a porcelana chinesa [Fig. 5]. Estas influências não surgem isoladas mas irão misturar-se e não será incomum a presença de personagens ocidentais em paisagens orientais e vice-versa ou alterações nos desenhos. Note-se o caso da travessa apresentada que seguindo a inspiração oriental de duas gazelas defrontadas em vez da tradicional árvore da vida coloca algumas flores ao centro, deturpando o seu significado. Deve ser, no entanto, destacada a importância que a porcelana chinesa teve nestas produções, podendo mesmo, em certos casos, falar-se de uma contrafacção.

A qualidade das peças portuguesas e o seu reportório iconográfico levou a que o desejo pela sua aquisição e consumo não se limitasse a Portugal. Ainda no século XVI inicia-se uma exportação em larga escala, não apenas para as colónias portuguesas, mas para outros mercados à volta do mundo, com quantidades e valores diferenciados¹⁶. A sua aquisição atinge valores elevados no Norte da Europa em

¹⁶ M. V. Gomes e T. M. Casimiro, *On the World's Routes. Portuguese Faience (16th-18th centuries)*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2013.

idades como Hamburgo, Amesterdão ou Gotemburgo, entre outras, onde satisfazem o desejo de produtos exóticos constituindo-se como um bem orientalizado.



Fig. 5 – Travessa com representação de gazelas (1600-1650).
Cortesia Cabral Moncada Leilões

A representação de espécies botânicas na faiança portuguesa irá necessariamente reflectir estes contactos. No período em análise as decorações vegetalistas irão ocupar um lugar de destaque na decoração da faiança. Contudo, convém ressaltar que raramente, ainda que existam excepções, as decorações vegetalistas irão ocupar um lugar de destaque. Maior parte das vezes elas criam o ambiente ou o cenário para uma decoração mais valorizada tal como motivos zoomórficos, antropomórficos ou, mais frequentemente brasões de famílias nobres, tornando-se um suporte narrativo.

A decoração vegetalista

A maior parte das representações botânicas na faiança portuguesa trata-se de plantas arbustivas cuja espécie é difícil de reconhecer [Fig. 6].

Não ocupam um papel principal no objecto, mas apenas enquadram uma cena principal onde se destacam personagens, animais, edifícios, barcos, entre outros elementos. É possível que quando o pintor efectuou estes desenhos apenas como enquadramento de uma cena principal não tivesse como objectivo uma representação em particular, mas apenas a composição de uma cena bucólica. A mistura de estilos é fundamental nestas produções e por vezes paisagens orientais com riachos, pedras e pontes e acolhem personagens ou divindades ocidentais que desempenham actividades lúdicas [Fig. 7].



Fig. 6 – Garrafa em faiança com representação vegetalista (1652).
Cortesia E. H. Manners

Pouco pode ser dito sobre estas representações além do enquadramento bucólico que as espécies botânicas proporcionam e confirmar que ainda que sem deterem o papel principal o seu desempenho secundário é fundamental ao desenrolar da cena.



Fig. 7 – Parte de prato recolhido em Gotembrugo (Cortesia Tom Wennberg)

Contudo existem excepções em que conseguimos identificar a espécie arbórea que podem surgir como decoração principal ou simplesmente como auxiliares. Nenhuma destas representações é aleatória. A escolha destas espécies relaciona-se com uma mensagem que o oleiro tenta passar. A maior parte dos arbustos ou árvores não representa espécies europeias. A já mencionada influência obtida através das viagens dos portugueses pelo mundo irá ser fundamental na escolha das espécies, sobretudo devido à influência da porcelana chinesa, ainda que outras espécies, oriundas de outras partes do mundo também apareçam representadas. A selecção das espécies a ser representada relaciona-se com a mensagem simbólica que se procurava transmitir¹⁷, mesmo que essa simbologia e significado tenha sofrido alterações de acordo com quem as produz e onde são consumidas.

¹⁷ Matos, *A Casa das Porcelanas Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.

No que aos arbustos diz respeito foi até ao momento possível de identificar camélias, fetos e fetos arbóreos, todos eles importados das representações orientais. Na China as camélias são flores que simbolizam relações seguras, continuidade e família [Fig. 8], comumente representadas na porcelana. Os oleiros portugueses continuaram a utilizá-las nas suas representações agora mais relacionadas com uma simbologia que se dedica ao exotismo e à chinoiserie do consumo. São apresentadas como flores redondas onde as sombras das folhas são sugeridas através de tons mais escuros. Os fetos representam vida eterna e juventude e podem ser utilizados apenas como pequenas plantas de enquadramento cénico ou então ocupar grande parte da aba dos pratos ou paredes de taças.



Fig. 8 – Pote com representações vegetalistas (1620-1650).
Cortesia Cabral Moncada Leilões

O bambu surge ocasionalmente nas representações. Foi retirado directamente da porcelana chinesa onde representava força e flexibilidade, integridade e resistência. Já os juncos aparecem associados a cenas

em lagos e rios onde as representações zoomórficas de patos e garças surgem envolvidas por estas plantas, recriando ambientes aquáticos.

No que às árvores propriamente ditas as representações são mais fáceis de identificar, ocupando por vezes lugares de destaque [Fig. 9] ou então correspondendo a enquadramentos paisagísticos [Fig. 10]. Os pinheiros são representados com diferentes tamanhos e feitios. Na porcelana chinesa representam longevidade e durabilidade por nunca perderem as folhas. Quando representados na faiança portuguesa na maior parte das vezes associam-se a personagens de perfil oriental. Os ciprestes são sinais de abundância enquanto os salgueiros representam humildade.



Fig. 9 – Prato produzido em Coimbra (1680-1750).

Cortesia Cabral Moncada Leilões



Fig. 10 – Manga de farmácia com representação de palmeira (1580-1630).

Cortesia São Roque Antiguidades

As árvores de fruto tal como as romãzeiras, pessegueiros e ameixeiras são representações frequentes e cuja inspiração vem novamente do oriente. Quando pintadas na porcelana a sua simbologia é reconhecida como elementos relacionados com o bem-estar da família, longevidade, esperança e coragem. Quando utilizadas na faiança portuguesa

perdem a sua simbologia original e passam a ser representadas em cenas bucólicas, paisagens campestres onde as árvores de fruto são frequentes. A interpretação semiótica da faiança portuguesa é mais complexa do que uma simples cópia dos motivos orientais.

No entanto há árvores cuja representação poderá não estar relacionada com a porcelana da China mas com outros sítios que os portugueses visitavam. As palmeiras são frequentemente representadas, por norma sempre associadas a animais exóticos tais como leões e elefantes, possivelmente com uma relação directa com a Índia e não necessariamente com a China [Fig. 11].



Fig. 11 – Pote com representação de plameira
Cortesia Museu Nacional Machado de Castro

Já os dragoeiros, originários das ilhas da Micronésia são claramente uma importação atlântica. A sua plantação em Portugal continental

ocorreu durante o século XVII, pelo que a representação destas árvores poderá representar apenas espécies locais e nenhuma evidência de viagens internacionais.



Fig. 12 – Travessa com cravo (1660-1700).
Cortesia Cabral Moncada Leilões

Mais frequentes são as representações de flores e frutos. Elas podem surgir num lugar secundário ou ocupar lugar de destaque nas peças. Mesmo quando estas surgem, o seu aparecimento é sempre isolado e raramente representam jardins [Fig. 12], tal como o desenho isolado de pinheiros raramente mostra uma floresta. São exemplo as camélias, peónias, cravos e tulipas revelando novamente a mistura de estilos e influências europeias e orientais. Mais uma vez é sobretudo na porcelana chinesa que os oleiros vão buscar inspiração. A representação floral mais frequente é o crisântemo, flor muito importante na cultura oriental, visto ser um dos sinais do pensamento intelectual e

longevidade. Em meados do século XVII (sensivelmente entre 1630 e 1660) é representado na maioria dos pratos de faiança portuguesa, sobretudo inserido em cartelas na aba e alternando com folhas de artemisia, outra importante representação floral que ao perder o seu significado original ficaram conhecidas como *aranhões* [Fig. 1]. As peónias são igualmente frequentes e sinal de beleza e estatuto ainda que as suas representações sejam mais modestas que os crisântemos. Muitas destas flores eram ainda símbolos de afecto, simbologia que não perderam quando foram representadas na faiança portuguesa. Cravos, camélias, tulipas ou narcisos são desenhados com frequência. Já no que aos frutos diz respeito destacam-se os pêssegos, as ameixas e as cabaças [Fig. 13], muito frequentes na porcelana da China e que influenciam directamente a porcelana.



Fig. 13 – Prato com representação de cabaça (1620-1650).
Cortesia Errol Manners

Conclusão

A representação de espécies botânicas na faiança portuguesa traduz-se num sincretismo de influências obtidas tanto na Europa, ilhas Atlânticas, África, mas sobretudo na Ásia. Árvores tais como pinheiros, salgueiros, ciprestes, entre outras, são representadas no enquadramento de cenas de caça ou deleite. Mais frequentes são os arbustos, grande parte deles impossíveis de reconhecer, mas que complementam as paisagens onde deambulam personagens e animais. Muitas vezes as flores aparecem nestas paisagens, transformadas em árvores ou isoladas, completando o enquadramento bucólico.

O sincretismo cultural que estas produções contêm traduz-se assim num documento fundamental para compreender a forma como os Europeus reconheciam as espécies autóctones e importadas e como lidavam com elas no seu quotidiano no período de cerca de 200 anos. Entre as peças de aparato, em exposição nas casas mais abastadas, às peças do dia-a-dia, que serviam refeições à mesa elas despertavam os sentidos corporais de formas díspares, condicionados por construções culturais¹⁸. É possível que muitos dos consumidores nunca sequer tivessem visto algumas destas espécies ao vivo e as conhecem indiretamente, apenas através destas representações.

Não sabemos se estas representações estariam de alguma forma relacionadas com a funcionalidade dos objectos. Os cravos, sinais de afecto e casamento, poderiam ser colocados em peças que seriam oferecidas aquando destas ocasiões matrimoniais? Estas espécies vegetais tinham um simbolismo próprio quando desenhadas na porcelana chinesa que os seus utilizadores reconheciam. Esse simbolismo alterou-se quando em Portugal. Elas já não representam a humildade do salgueiro, a flexibilidade do bambu ou a prosperidade do pessegueiro. Elas passam a ser sinal de exotismo oriental, representando movimentos globais que trazem ao conhecimento generalizado novas culturas através da imposição do império e do colonialismo. Ainda

¹⁸ Y. Hamilakis, *Archaeology and the Senses: Human Experience, Memory, and Affect*. Cambridge, Cambridge University Press, 2020.

que no presente trabalho apenas abordemos as espécies botânicas este tipo de apropriação cultural acontece com diversos outros elementos decorativos igualmente com diversas origens. É um simbolismo sin-crético readaptado que adopta signos de diversas origens, retira-lhe o significado original e confere-lhe uma simbologia diferente.

A contrafação da porcelana chinesa e a apropriação cultural dos seus símbolos criou assim um tipo de produção muito próprio em Portugal, que mais tarde será efectuado em outros países Europeus tais como a Itália, Espanha, França, Inglaterra e Holanda. Estes países irão igualmente exportar para as suas colónias, no entanto, talvez exceptuando as produções holandesas, nenhuma outra teve o mesmo impacto internacional que as produções portuguesas.

A faiança portuguesa, com as suas decorações de estilo oriental, foi utilizada como arma de propaganda política após a restauração de 1640. Símbolo do poder imperial e ocupação territorial levava o exotismo das viagens e as armas portuguesas e de outras famílias de destaque, a diversos cantos do mundo. As representações botânicas foram um elemento fundamental desta missão.

Agradecimentos

Os nossos agradecimentos vão para todos aqueles que nos autorizaram e incentivaram o uso das imagens constantes neste trabalho. Ao Doutor Miguel Cabral Moncada pela gentileza no uso das colecções da Cabral Moncada Leilões. Agradeço ao Doutor Errol Manners pelo uso das fotografias das suas colecções. À Flávia Zorzi pelas peças Buenos Aires. Ao meu amigo Tom Wenneberg pelas fotografias de Gotemburgo e finalmente ao Museu Nacional Machado de Castro. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – [DL57/2016/CP1453/CT0084]

CAPÍTULO 4

FLORESTA EM MOVIMENTO: USAR, REGENERAR, CUIDAR (SÉCULOS XIV-XIX)

Cristina Joanaz de Melo

Investigadora integrada (IHC – NOVA FCSH)

Introdução

Bosques, matas e arvoredos de outrora são um mundo a descobrir. Traçar a evolução da floresta invisível, isto é, da floresta que foi, desapareceu e voltou a ser, pode tornar-se uma aventura sem rumo ou destino certo. Tal itinerário epistemológico implica estudar recursos florestais – árvores e arbustos – fruídos, abatidos, queimados, desaparecidos, renascidos e repostos¹. Para validar a proposta é necessário aferir acerca da dimensão e proporcionalidade da floresta recuperada, plantada e mantida relativamente àquela que se tem estudado como tendo desaparecido.

Daí não decorre qualquer branqueamento ou desmentido acerca da erradicação de florestas inteiras pelo agente humano no passado, em várias geografias do Planeta, legado indesmentível para os séculos XX e XXI. Todavia, é fundamental analisar as práticas ambientais no seu devido contexto histórico considerando o quadro de referências do período em estudo e não, à luz de impactos verificados *a posteriori*.

¹ As evidências encontram-se na longa duração desde o século XVI ao XVIII nas coutadas reais portuguesas cujas fontes se indicam em local adequado.

Atendendo a esta premissa, desvinculamo-nos do ponto de partida sobre destruição e apontamos outro: o da evolução de paisagens florestais considerando tanto períodos e áreas de abate agressivo como a sua possível regeneração, em geografias nas quais se integra o fator humano ou onde se verifica interação deste tanto com áreas florestais por si manipuladas como silvestres².

No âmbito da história das paisagens florestais, pensamos que, só examinando ciclos de floresta desbastada, ardida, destruída, erradicada mas também regenerada de *per se*, reposta e até expandida por intervenção de agência humana, é que se poderá calibrar a análise da evolução do parque lenhoso ao longo da história.

Esta proposta exige uma cronologia de observação superior ao tempo que as espécies florestais levam a regenerar. Requer igualmente verificação, nas fontes primárias, se a narrativa acerca da destruição atende às necessidades imediatas de consumo em áreas de proximidade confortável da sua fruição e se haveria ou não alternativa aos mesmos produtos em geografias mais distantes.

É realidade que, nos séculos XX e XXI, somos herdeiros do exaurimento de múltiplos recursos naturais e até mesmo, de erradicação definitiva de sistemas de suporte de vida do Planeta³. No entanto, para a Época Moderna, é necessário acompanhar o estudo sobre desgaste de floresta por análise equivalente acerca da recuperação de património florestal por forma a calibrar as conclusões a retirar sobre a evolução da floresta em Portugal mesmo no quadro do Império Naval.

² Para discussão sobre o conceito de paisagem, consultar por exemplo A. Queiroz, *A Paisagem De Terras Do Demo*, Lisboa, Gulbenkian / Esfera do Caos, 2009.

³ J. Pádua, *Um sopro de destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786-1888*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, pp. 27-30; J. Pereira, F. Rego, J. Silva, T. Silva, [ed.], *Incêndios Florestais Em Portugal: Caracterização, Impactes E Prevenção*, Lisboa, ISA Press, 2006; N. Devy-Vareta, e A. Alves, 'Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo', *Floresta E Sociedade: Uma História Em Comum*, vol.7, Lisboa, FLAD/Público/LPN, 2007, pp. 55-75.

A hipótese e abordagem que propomos desenvolver sobre gestão florestal no passado redirecionam o problema da exploração de espaços arborizados para o horizonte das soluções ambientais e de resgate ecológico. O caso de estudo que fundamenta esta problematização desenvolve-se em Portugal, em particular sobre os perímetros de coutadas reais, ao longo da segunda metade do século XVIII e até à deslocação da família real portuguesa para o Brasil em 1807. Aqueles terrenos viram o seu parque arbóreo e arbustivo ser desgastado, mas também, fruído, mantido, reposto e aumentado.

Considerando o exposto, pretendemos averiguar que floresta existia num dado momento e como evoluiu numa paisagem relativamente circunscrita ao longo do tempo, atendendo a um quadro de pressão crescente sobre produtos lenhosos.

No caso português, como no de outras regiões europeias, a conceção de propostas para a regeneração da floresta da Coroa inscreve-se no articulado do Império, o qual envolve um circuito transoceânico de permutas de entre todas as suas parcelas onde se inclui o trânsito de espécies botânicas⁴. Os dirigentes portugueses, entre 1789 e 1800, abraçariam a *naturalização de espécies florestais exóticas* como parte do programa de recomposição mais célere da floresta das coutadas reais e eventualmente do reino que importava testar⁵.

⁴ M. Câmara, 'Ensaio de Descrição Física, E Económica da Comarca Dos Ilhéus Na América', in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso, (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991 [1789], pp 229-260; Entre outros autores: A. Solórzano, D. Cabral e R. Oliveira, 'Revealing Hidden Forest Dialogues: Species Introduction, Charcoal Production and the Environmental History of Rio de Janeiro's Urban Forests' in *Environmental History in the Making*, Vol II: Acting, Coord C. Melo, E. Vaz e L. Pinto, Switzerland, Springer, 2017, pp. 219-237.

⁵ J. Loureiro, , 'De transplantação das árvores mais úteis de países remotos' in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp. 119-126; J. Castro, 'Memória sobre o Malvaíscio do Distrito da Vila da Cachoeira no Brasil', in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991[1790], pp. 281-286; D. Vandelli, 'Memória sobre algumas Produções Naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam, in

Esta análise considera então elementos e escalas muito diferenciadas que vão do universo local (afeto a um regime específico de propriedade, a coutada régia), ao universo macro do Império. O ponto de partida coloca-se numa medida extraordinária de reforço do parque florestal da Coroa: a promulgação do Regimento do Guarda Mor do Pinhal de Leiria em 18 de Outubro de 1751. Tal normativa visava atribuir àquelas coutadas a tarefa de garantir o fornecimento permanente de produtos lenhosos para os arsenais régios libertando desse ónus regular as restantes coutadas da Coroa nas bacias hidrográficas dos rios Tejo e Sado. Quatro anos mais tarde o Terramoto de Lisboa, de 1 de Novembro de 1755, exigiu doses significativas de madeira para a reconstrução da capital e áreas envolventes. Nas décadas de 1750s- 1760s, por um lado, ensaiava-se reposição florestal por outro lado, a pressão sobre os recursos aumentava.

Para além disso, sabemos que entre 1770s e 1800, numa cronologia de nova emergência ambiental de devastação torrencial a arborização emergiu como solução para enfrentar as cheias devastadoras. No mesmo intervalo que se elevaram barreiras lenhosas para sustentação de troços das margens do rio Tejo, várias espécies florestais foram expedidas do Brasil e de outras paragens coloniais para os jardins botânicos da Universidade de Coimbra e da Ajuda [da corte em Lisboa]⁶.

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp. 143-155; D. Vandelli, 'Memória sobre as Produções Naturais do Reino, e das Conquistas, Primeiras Matérias de Diferentes Fábricas, ou Manufacturas', *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991[1789], pp. 229-260.

⁶ D. Vandelli, *Aritmética Política e Finanças 1770-1804*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994; J. Mesquita, *Observações Practicas Sobre a Plantação das Arvores, Offerecidas ao Ill[ustrissi]mo E Ex[celentissi]mo S[E]N[ho]R D[Om] Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro, e Secretario de Estado da Repartição da Fazenda, do Concelho de Principe Regente Nosso Senhor, Junto Á Sua Real Pessoa, Presidente do Real Erario, Que Dedica em Huma Conciza Memoria, João Manoel De Campos e Mesquita*, 1801, Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Manuscritos Reservados; C. Lobo, *Resistência das Madeiras do Brasil, Constantino António Botelho De Lacerda Lobo*, 1808, Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Manuscritos Reservados.

Internamente, as coutadas reais dispensadas do fornecimento aos arsenais [1751] sofrem desgaste abrupto a partir de meados de 1750s [1755] externamente, havia que recorrer a madeiras provenientes do império. É nesse sentido que desenvolvimento científico e arborização de zonas de risco torrencial em Portugal se vão articular com a produção de conhecimento nas viagens filosóficas no Império Português, especialmente no Brasil⁷.

Na centúria de 1700s, o domínio naval no Oceano Atlântico pertencia à França e à Inglaterra. Na sequência da Guerra da Sucessão Espanhola, aqueles impérios marítimos em fações opostas e conflito permanente, envolviam Portugal e Espanha assim como outros aliados navais na contenda. Aquelas potências dirigiam ataque corso às frotas mercantis das nações Ibéricas consoante as alianças e inimizades estabelecidas⁸. Igualmente na proximidade do Mediterrâneo e Norte de África havia que contar com ameaça equivalente da pirataria sarra-

⁷ Â. Domingues, 'Museus, Colecionismo e Viagens Científicas em Portugal de Finais de Setecentos' *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 71, n.º 2, julio-diciembre, 2019, p. 271 [pp1-19] ISSN-L: 0210-4466 <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12> (acedido em 15 de Junho de 2020); Â. Domingues e C. Garcia, 'Viagens Científicas e Coleccionismo no Mundo Ibérico (séculos XVIII-XX)', *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, dossier temático, vol. 71 n.º 2, 2019, p. 269, pp. 1-4. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12> (acedido em 15 de Junho de 2020); F. Brach, 'Syncretism and Shared Production of Knowledge in 18th Century Portuguese India', *Peoples Natures and Environment*, A. Roque, e C. Veracini, (ed.), Chapter 19, Cambridge UK, Cambridge Scholaras Publishing, 2019, pp. 266-289; J. Daniel, *Quinta Parte Do Thesouro Descoberto No Rio Maximo Amazonas: Contém Hum Novo Methodo Para A Sua Agricultura, Utilissima Praxe Para A Sua Povoação, Navegação, Augmento, E Commercio, Assim Dos Índios Como Dos Europêos*, Rio De Janeiro, Imprensa Régia, 1820.

⁸ Â. Domingues, 'Uma Cidade À Beira-Mar: O Rio De Janeiro No Cenário Da Guerra De Sucessão', *Portuguese Studies Review*, Volume 22, N.º 2, December 2014, pp. 119-145.

cena⁹. A metrópole portuguesa deparava-se com uma alternativa irregular de fornecimento de madeiras por via atlântica.

Assim, propõe-se como hipótese deste trabalho que, a pressão crescente sobre recursos florestais em Portugal em 1750s, num quadro de desastres naturais de natureza diversificada, que se prolonga pelo último quartel de Setecentos [1770-1790] em conjuntura de guerras permanentes, poderá ter impulsionado reconstituição florestal em três vertentes.

A partir de 1755, a opção mais estrutural seria a de execução de sementeiras em várias coutadas reais, seguindo o exemplo de Leiria [1751]. Neste domínio acresceria eventual oportunidade de se ensaiar a instalação de espécies florestais provenientes das colónias em viveiros no Reino. O problema é que as árvores em estado adulto só ficariam disponíveis a várias gerações. Então, a alternativa de resultados mais céleres poderia residir no afinamento de técnicas de exploração arborícola para regeneração anual de recursos, tal como sucedia com os produtos arbóreos tributáveis – como fruta e lenha de copas – prestando atenção mais vincada aos processos de manipulação arbórea de podas e de desbastes seletivos, enxertias e estacarias¹⁰. A copa das árvores, porque ciclicamente renovável e ciclicamente consumida, pode ajudar à pesquisa sobre a *floresta invisível*.

Tal como o ciclo produtivo arbóreo para tributação implicava explorar a árvore em todos os seus componentes, sem a destruir, as sebes ribeirinhas poderiam constituir simultaneamente barreiras de proteção contra inundações devastadoras e gerar produção de carvão e madeira, alternativas aos “paus reais”¹¹. O tríptico programa florestal – proteção civil, resgate ecológico, produção económica –, poderia eventualmente ter sido alargado a outras áreas do território. Falta averiguar até que

⁹ M. Versos, ‘Os Cavaleiros Da Ordem De S. João De Malta Em Portugal De Finais Do Antigo Regime Ao Liberalismo’, Tese De Mestrado, Universidade Nova De Lisboa, 2003.

¹⁰ Vide nota 4.

¹¹ E. Cabral, ‘Memória Sobre Os Danos Causados Pelo Tejo Nas Suas Ribanceiras’, *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo I, José Luís Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 177-204.

ponto todos estes elementos contribuíram ou não para estimular melhor gestão florestal, pelo menos na propriedade régia.

A proposta de debate acerca da regeneração florestal em Portugal, nas coutadas reais, entre 1750s e 1800s nasce então de evidências observáveis em fontes primárias: o plantio de novas áreas de pinhal e de outra espécie, executadas entre 1721 e 1800. Paralelamente, na globalidade, as coutadas régias continuam a garantir fornecimento regular de madeira e de “paus reais” aos consumos da família real, dos arsenais da marinha e do exército¹².

A proveniência de extração daquele material lenhoso regista-se, na segunda metade de Setecentos desde a região da Beira Baixa à região de Abrantes e Santarém/Lamarosa na margem norte do Tejo, e a sul, nas áreas de Salvaterra de Magos, Benavente, Chamusca, Samora Correia; no Sado nas coutadas de Santa Margarida do Sado, Arrábida, Comporta, Alcácer do Sal, Pancas, Zambujeira¹³. Na margem norte do Tejo, as localizações referidas correspondem às regiões em que foi estabelecido o exclusivo régio de abate de paus reais de pinheiro (não esclarece se é bravo, marítimo ou manso) e sobreiro, por sua vez, áreas que tinham sofrido intensos abates nos séculos XVI e XVII¹⁴.

É intuitivo concluir que só era possível abater matéria lenhosa existente. E é esta evidência que assume protagonismo na fundamentação da capacidade de disponibilização de floresta em Portugal ao longo da Época Moderna.

¹² ‘Livros de Registo de Correspondência’, 1755-1796, [Montaria Mor do Reino, MMR1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas, 1605-1833; ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], 1721-1833.

¹³ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

¹⁴ Gomes, R. e Monchet, K. (Coord.), *Árvores, Barcos e Homens na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, IAP/IHC, 2017; Monchet, K., ‘Guerra y Deforestación en el Reino de Portugal (siglos XVI-XVII)’, *Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 39, 2019, pp. 396-425. <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm> (acedido em 15 de Dezembro de 2019).

Se nos séculos XVI e XVII já foi comprovado corte intenso de árvores nas mencionadas regiões, no século XVIII as mesmas coutadas foram recrutadas para abate de paus reais. Várias perguntas se colocam acerca dessa capacidade de oferta. Quando é que a floresta regenerou nestes terrenos, como regenerou ou mesmo em que circunstâncias poderá ter sido mantida e explorada de forma ordenada?

Os dados expostos remetem a exemplos de renovação de matas assim como de perpetuação intencional e controlada de recursos arbóreos e arbustivos sugerindo manutenção de ecossistemas ou mesmo a sua recuperação ecológica.

Tais práticas do passado poderão constituir um equivalente do que hoje entendemos como soluções ambientais. No Antigo Regime, porém, resultam tanto das preocupações económicas e de proteção às populações de *per se* mas também de outro elemento epocal o dever de exercício da Graça Régia. Proteger os mais débeis constitui essência da própria Monarquia por Direito Divino.

Importa salientar na História do Ambiente esta dimensão obrigacional da figura régia nas opções de ordenamento territorial e inovação científica em prol do bem comum-social que, aparentemente, tem escapado às interpretações funcionalistas e economicistas sobre os motores de ação régia na inovação científica centradas no lucro e privilégio das elites. Todos estes elementos serão integrados no curso do texto, sem esquecer o fio condutor de base: o de averiguar acerca de pensamento e ação humanos em ações de equilíbrio ambiental.

Se nos centramos em perguntas que visam obter respostas acerca do desgaste da floresta, aquelas versarão aquela parte do problema. Do mesmo modo, encontrar dados sobre reposição de floresta implica perseguir esta linha de investigação. Reconfigurar a imagem de destruição *a priori* e obter uma estratigrafia da evolução da paisagem florestal ou da modelação de muitas paisagens diferenciadas nos mesmos locais, exige alterar o ângulo de análise. Este remete a uma filiação teórica que se apresenta de seguida.

Pensar boas práticas ambientais ou suas homólogas no passado, fará sentido?

Nos anos 1990s na área da filosofia e na última década nas áreas da ecologia, ambiente e teologia sobre ambiente, produziu-se reflexão profunda acerca de modos para manter a vida no Planeta. Entre outros, Joaquim Cerqueira Gonçalves discorre sobre a impotência da ciência e da tecnologia *de per* na resolução de problemas ambientais de escala global, salientando a importância e relevância da necessidade da mudança de paradigma da ação humana para com a natureza e, a partir daqui, na possibilidade de se alterar o modo como o fator humano utiliza a ciência, na fruição do planeta [1995, 1998]¹⁵. Este novo filão de pensamento evolui no terceiro milênio.

Mohan Monasinghe, em *Sustainable Development in Practice* [2009] gera pensamento sobre a agência humana em escalas micro e macro de atuação, quer ao nível do cidadão quer de governança. O cidadão comportando-se de forma ambientalmente sustentável na família e próximo da sua vizinhança, gerando um grau de exigência ambiental maior na sua vida, traduzida no voto e em ganhar ou perder eleições, acabará por atingir o poder político. No fundo, propõe uma cidadania cada vez mais exigente da qual dependerá a escolha de agentes de governança¹⁶.

Por sua vez, numa área que integra ações de re-naturalização e recuperação da natureza a linha de estudos de história de ecologia e ambiente [1998-2014], de alguma forma enquadra e antecipa uma ideia positiva da intervenção humana no território para travar a erosão

¹⁵ J. Gonçalves, 'A responsabilidade ambiental uma leitura medieval paradigmática: Redução das Ciências à Teologia de S. Boaventura', *Veritas*, v. 40, n. 159, 1995. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35995> DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.1995.159.35995> (acesso em 15 de Junho de 2020)

J. Gonçalves, *Em Louvor da Vida e da Morte*, Lisboa, Colibri, 1998.

¹⁶ M. Munasinghe, *Sustainable Development In Practice*, UK, New York, Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

dos solos e obter a recuperação de ecossistemas através de arborização parcelar de alguns terrenos [2009-2014]¹⁷.

Avançando noutra direção, Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* [2015] lança a proposta inovadora no âmbito epistemológico de: uma ecologia-integral. A sua visão implica conferir – na mesma medida de dignidade e de viabilidade da vida – o resgate da coisa nascida, brotada em inter-relação¹⁸. Tal proposta coloca no centro de preocupação de rumos para a viabilidade do Planeta toda a coisa e ou criatura surgida, toda a *natura*, e assim, articula o elemento ecológico com o elemento humano como partes da mesma realidade, interdependentes e em inter-relação.

No campo da ética ambiental, Nicholas Agar [2015] considera, como Joaquim Gonçalves [1998] que a resposta ecológica ao Planeta não depende da onipotência da ciência manipulada e aplicada pelo fator humano mas de uma mudança substantiva de paradigma acerca do valor intrínseco da natureza. Há uma valia inerente a todo o ser e todo o ser-vivo de *per se*, que não depende de qualquer reconhecimento e aprovação do ser humano. Aquela faculdade do valor ser-vivo é anterior e independente à consciência humana sobre o mesmo. Tal proposta, do ponto de vista da ética sobre a natureza implica não uma nivelção da natureza ao homem mas uma anterioridade e universalidade de valorização do ser vivo sem uma hierarquia e assim toda a natureza é valorizada¹⁹.

De valor igualmente substantivo e publicada ainda em 2015 é a resolução das Nações Unidas *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. O documento soma dezassete objectivos desdobrados em 169 metas visando atingir promoção e dignificação ecológica e humana em todos os quadrantes do mundo²⁰.

¹⁷ M. Hall, 'The High Art Of Rewilding: Lessons From Curating Earth, In *Rewilding*, N. Pettorelli, S. Durant, & J. Du Toit, Cambridge, Eds., Cambridge, Cambridge University Press, Chap. 11, 2019, pp. 201-221.

¹⁸ L. Francisco, *Sobre o Cuidado da Casa Comum*, Lisboa, Paulinas, 2015.

¹⁹ Agar, N., *The Sceptical Optimist: Why Technology Isn't The Answer To Everything*, Oxford Uk, Oxford University Press, 2015.

²⁰ UNO, 'Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development', United Nations A/RES/70/1 General Assembly, 21 October 2015

Em todas as obras anteriormente mencionadas altera-se profundamente o discurso ambiental e ecológico, parametrizado ao nível da expressão mundial no século XX. Reconhecendo o estado de degradação da Terra e sem branquear a responsabilidade pretérita do fator humano no quadro atual de risco ambiental do século XXI, eleva-se o patamar de discussão para se pensar em estratégias de “como resolver”. Descentra-se a apresentação exclusiva do que é negativo na ação humana para apontar fórmulas de inversão do rumo de destruição e viabilizar a vida na Terra como a conhecemos (ainda no século XXI).

Pois foi reunindo ideias inspiradas nas reflexões precedentes – sustentabilidade em movimento, ecologia-integral, biocentrismo, urgência na ação, resposta urgente a problemas concretos pontuais ou universais de ecologia e ambiente, mas acima de tudo, a possibilidade de agir e fazer algo de positivo para o bem-comum, que brotou a vontade de avaliar até que ponto, também no passado, se pensaram propostas de viabilização e correção de quadros ambientalmente difíceis.

Propõe-se que o anátema lançado à prestação humana na História Ambiental possa ser levantado no sentido de se avaliar boas práticas ambientais ou seus equivalentes no passado, em contexto histórico apropriado.

É nesse sentido que nos desafiamos a percorrer e analisar o significado das medidas de renovação do parque florestal adotadas pela Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVIII e início do XIX no território luso como potenciais indicadores de outros caminhos e perspectivas de análise sobre o tema em apreciação: modelação diferenciada de paisagens florestais ou evolução natural.

Seventieth session Agenda items 15 and 116 15-16301 (E) *1516301*, Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E, (acedido em 10 de Outubro de 2018).

Cronologia para uma hipótese: regeneração florestal 1751-1807

A cronologia de 1751 a 1807 baliza elementos importantes do ponto de vista das estratégias de regeneração florestal patrocinadas pela Coroa no território português. Os marcos temporais escolhidos enquadram diferentes modos de gestão de manchas florestais, várias tipologias de propriedade e de agregados de árvores.

Do ponto de vista *stricto sensu* de administração florestal, a data de 1751 marca o momento de transferência da tutela da administração dos Pinhais de Leiria para a Secretaria de Estado da Marinha, desvinculando esta tutela do organismo que até então detinha a alçada sobre todas as coutadas e pinhais da Coroa desde 1521, a Montaria Mor do Reino. Idealmente a partir de 1751 apenas e só os Pinhais de Leiria forneceriam madeira para a marinha de guerra e o exército, imprimindo um objetivo de especialização e eficácia produtiva de floresta para mastreação e madeiras.

De forma intencional ou não, esta medida proporcionaria condições de recuperação arbórea das coutadas das bacias hidrográficas do Tejo e do Sado. Por outro lado, a proximidade dos Pinhais de Leiria ao mar reduzia o tempo de transporte no fornecimento de madeiras tanto para a serração de Vieira de Leiria como para o arsenal régio em relação aos toros que vinham da região de Abrantes.

Por sua vez, com a deslocação da família real portuguesa para o Brasil, em 1807, interrompe-se e finaliza-se um ciclo de investimento direto da Coroa na renovação do seu parque florestal, tanto nas coutadas de caça e de mata no interior (bacias hidrográficas do Tejo e do Sado) como nos *Pinhais de Leiria*. Nesse processo, os grandes impulsionadores da arborização de 1800-1807, D. João VI e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, afastam-se da supervisão direta sobre a correspondente evolução dos pinhais na metrópole.

Como veremos, tanto os regimentos do Guarda Mor do Pinhal de Leiria de 18 de Outubro de 1751, como o das Reais Coutadas de 21 de Março de 1800, refletem o pensamento sobre ordenamento florestal e obrigam tanto à renovação como à expansão do parque de massa

lenhosa verificando-se o plantio de pinhais nas coutadas reais entre 1802 e 1804²¹.

Em síntese, o intervalo escolhido baliza um naipe de assuntos sobre tensão e dinamismo florestal verificados no território português, que podemos aprofundar a partir de fontes primárias e bibliografia secundária. O primeiro escrutínio vai exigir uma preparação prévia: a familiarização com o vocabulário de época.

Floresta minha, como te encontro se não te chamas assim?

Se procurarmos na net em motores de busca sobre legislação portuguesa o termo “floresta”, por exemplo, na página do Parlamento Português que regista legislação desde 1605, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/> o primeiro diploma que refere aquele vocábulo é o *Regimento das Coutadas de 21 de Março de 1800*. De facto, a legislação como outra documentação invocam outros termos para designarem o parque arbóreo e arbustivo silvestre ou humanizado.

Para escapar à armadilha terminológica vamos percorrer vocabulário utilizado em várias fontes na Época Moderna até ao Liberalismo, tentando explicitar também os modos de exploração e fruição de recursos naturais que se lhes encontram associados.

Nos séculos XVI e XVII, a legislação régia refere os termos “coutadas”, “pinhais”, “matas”, “bosques”, “arvoredos”²² para zonas associadas a produção de madeira e carvão. Na documentação sobre coutadas reais, estas designações correspondiam a terrenos de distribuição múltipla de espécies florestais e arbustivas como pinheiros (manso, bravo e marítimo), choupos, freixos, sobreiro, ulmeiros, teixos, carvalhos, azinheiras, castanheiros, loureiros etc.

²¹ *Regimento Para O Guarda Mor Dos Pinhais De Leiria E Superintendente Da Fabrica Da Madeira*, De 18 De Outubro De 1751, Lisboa, s. n., 1751.

²² N. Devy-Vareta, e A. Monteiro, *Os avanços e os recuos*, 2007, pp. 55-66.

A mancha arborizada, dependendo da região do reino, era intercalada por variedade significativa de arbustos para produção de utensílios vários, tinturaria e carvão como vidoeiros, esteva, esparto, espinheiro, carqueja, silvas (amora), carrasco, carqueja, tojo e ainda outros; para usos culinários, alecrim, funcho ou rosmaninho entre outros.

O primeiro conceito a interiorizar é o de que – a mata dos séculos XVI ao XVII e ainda no século XVIII – não era uma monocultura florestal! A toponímia do lugar corresponderia presumivelmente à designação da espécie vegetativa dominante. Os soutos, castiçais, montados e mesmo pinhais constituíam geografias de alternância e distribuição florestal e arbustiva múltiplas. Os próprios pinhais de Leiria forneciam carvão, estacaria, tabuado de outras espécies florestais para a Casa Real.

As “coutadas de mata” régias, distribuídas na orla costeira Oeste e bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, já remetem esta terminologia para áreas associadas a produção cuidada de pinheiro, pelo menos desde 1605. Em Leiria entre 1751 e 1800, isto é, nos povoados florestais iniciados nas areias de Vieira e Marinha Grande até quase às dunas de Lavos e Aveiro, a toponímia de “pinhal” parece corresponder não só a uma área de predominância de pinhal com o chão e troncos regularmente limpos de mato. Por sua vez o tronco das árvores era orientado em regime de alto fuste (um único ramo e podando-se os restantes, deixando copa pequena mesmo no alto, isto é, deixando o tronco da árvore crescer *liso até acima*, permita-se a expressão para facilitar o entendimento)²³.

Nas coutadas reais, o bosque, até 1800, remete sistematicamente para um espaço silvestre, com vegetação densa, desordenada, sem ser limpo e corresponde grosso modo às zonas de caça.

Por último devemos considerar uma tipologia particular de pomar, o “pomar de espinho”. Este correspondia a espécies florestais específicas *com picos*, nos ramos ou no ouriço do próprio fruto: castanheiro, noqueira, alfarrobeira, aveleira, laranjeira e limoeiro. Com exceção dos citrinos, esta paisagem frutícola constituiu uma

²³ C. Melo, *Coutadas Reais Entre 1777-1824. Privilégio, Poder, Gestão E Conflito*, Lisboa, Montepio-Geral, 2000.

realidade mista na produção de madeira, carvão e frutos comestíveis para o consumo humano.

Acrescenta-se ao universo de árvores para produção de madeira e carvão, árvores de fruto carnudo como cerejeira ou macieira e ainda a oliveira, cuja madeira é mais associada à produção de mobiliário. Na fruticultura englobam-se as espécies *florestais* como o pinheiro manso, sobreiros e azinheira, produtores de pinha (para combustível) e pinhão; bolota de cevadouro para o gado (azinheira) e também para produção de pão (sobreiro) e oliveira produtora de azeitonas mas também lenha de combustão lenta, tão apreciada como o sobreiro ou castanheiro.

Então de que floresta falamos na análise sobre destruição e regeneração de espécies florestais? Aquelas destinadas exclusivamente à construção naval e de produção de carvão como produto primário e não subproduto ou de um universo mais abrangente que engloba um conjunto de árvores e arbustos, desde que não fossem cultivadas maioritariamente para exploração frutícola?

A interligação de árvores de fruto e espécies florestais vem confundir bastante as categorias. Contudo, neste trabalho importa cruzar o sector frutícola e silvícola e observar a exploração destas espécies multi-produtivas que nos permitem seguir trajetórias de exploração continuada do objeto árvore, na longa duração, uma vez que, os seus múltiplos elementos constituíam substância tributável. E esta matéria era alvo de registo aquando da respetiva cobrança de impostos sobre produto agrícola.

Como se mencionará em lugar próprio, sínteses para o estudo da floresta portuguesa no século XIX entram em linha de conta com este problema. E para a Época Moderna?

Regeneração florestal na Idade Moderna: a modelação de um problema

Em 2007, Nicole Devy Vareta e António Alves Monteiro num texto sobre “Os avanços e os recuos da Floresta em Portugal – Idade Média ao Liberalismo”²⁴ corroborando a tese da destruição e o abate

²⁴ N. Devy-Vareta, e A. Monteiro, *Os avanços e os recuos*, 2007, pp. 55-66; R. Gomes, e K. Monchet, (Coord.), *Árvores, Barco*, 2017.

daquele património para abastecimento dos arsenais da coroa, introduzem no entanto um elementantíssimo para outra reflexão: o cuidado atribuído pela mesma Coroa à reposição de floresta, para substituir aquela extraída, logo a partir do século XVI, no que designam por “Fomento e exploração florestal durante a Época Moderna”. Para a tese que queremos desenvolver, o mérito deste capítulo discreto é a reflexão sobre as medidas régias tomadas na Idade Moderna para compensação do parque florestal que tem passado despercebido, tanto quanto podemos observar, em restante observação académica, mesmo a mais recente.

Para os séculos XX e XXI foi produzida investigação substancial em múltiplas áreas disciplinares sobre arborização, reflorestação, substituição de ecossistemas, instalação de espécies florestais nativas e exóticas, para a globalidade do território Português. Já para períodos anteriores, mesmo no século XIX e XVIII, as sínteses analíticas nos domínios apontados revelam-se ainda muito escassas.

De 1500-1700, o panorama é mais encorajador no que concerne Portugal e Espanha, tendo-se produzido estudos abundantes, inclusive de cariz interdisciplinar, sobre destruição de floresta nas coutadas reais portuguesas e espanholas, durante o período da Monarquia Dual (1580-1640)²⁵. Tal exercício tratou de forma exaustiva o consumo de madeiras para construção naval nas áreas da silvicultura e botânica²⁶.

²⁵ N. Devy-Vareta, e A. Monteiro, *Os avanços e os recuos*, 2007; F. Arroyo, e K. Moncet, ‘Recursos naturales en la Península Ibérica: los aprovechamientos forestales e hídricos (siglo XV-XIX)’, *Revista Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 9, 2019, pp. 279-543; F. Roboredo, e J. Pais, ‘Evolution of forest cover in Portugal: A review of the 12th-20th centuries’, *Journal of Forestry Research*, vol. 25, n.º 2, 2014, pp. 249-256; C. Neves, (Coord), *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, 6 vols., Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas – Direcção-Geral das Florestas, 1980-1991; N. Devy-Vareta, ‘Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)’, *Revista da faculdade de Letras – Geografia*, I.ª série, vol. I, 1986, pp. 5-37.

²⁶ R. Gomes, e M. Gomes, (Coord.), *Portugal, the Management of Iberian Forest Resources in the Early Modern Shipbuilding: History and Archaeology*, Lisboa, ForSEADiscovery Project (PITN-GA-2013-607545) /Instituto

Em trabalhos sobre o território luso, especialistas de vários campos disciplinares defendem que a sangria de espécies florestais – em Portugal –, se iniciou no século XVI, com o abate compulsivo de pinheiros, sobreiros e carvalhos, utilizados na construção naval, não apenas nas bacias hidrográficas dos rios Tejo e Sado, litoral de Leiria como também em regiões situadas entre o rio Vouga e o rio Minho, nas primeiras para fornecimento dos arsenais da coroa e as segundas para estaleiros municipais²⁷.

Em investigação conexa entre os séculos XVI a XVIII, conclui-se analogamente sobre abate sistemático de espécies florestais nas coutadas reais portuguesas²⁸. O património silvestre retirado do bosque, brenhas ou matas teria sido empregue em diversas atividades de arte-

de Arqueologia e Paleociências – IAP, 2015; F. Arroyo, e K. Monchet (coord.), *‘Recursos naturales en la Península Ibérica: los aprovechamientos forestales e hídricos (siglo XV-XIX)’*, in *Revista Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 39 (2019), pp. 279-543.

²⁷ Polónia, e F. Domingues, (coord.), *Shipbuilding: Knowledge and Heritage*, Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018; A. Barros, *A Construção de um Espaço Marítimo no início dos Tempos Modernos*, Lisboa, Academia de Marinha, 2015; A. Barros, ‘O porto de Viana e a construção do Cais da Alfândega (1631-1633)’, *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 7, n.º 133, (2006), pp. 133-147; K. Mochet, ‘Guerra y Deforestación en el Reino de Portugal (siglos XVI-XVII)’, *Tiempos Modernos*, vol. 9, n.º 39, 2019, pp. 396-425, N. Devy-Vareta, ‘Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: As Matas Medievais e a ‘Coutada Velha’ do Rei’, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1.^a Série, vol. I, 1985, pp. 47-67. N. Devy-Vareta, ‘Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)’, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1.^a Série, vol. I, 1986, pp. 5-37, F. Reboredo e J. Pais, ‘A Construção Naval e a Destruição do Coberto Florestal em Portugal – Do Século XII ao Século XX’, *Ecologia*, vol. 4, 2012, pp. 31-42.

²⁸ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; K. Monchet, e A. Santos, ‘Forestry and timber supply in the royal forests of the Iberian Peninsula through 16th century’, *Skyllis: Journal for underwater Archaeology*. 15-1, 2016, pp. 62-68. C. Melo, *An Analysis of the Royal Preserves in Portugal. Issues of Privilege, Power, Management and Conflicts*, Sheffield, Wildtrack, 2015.

sanato e manufaturas tanto para usos sociais como militares na produção de carvão, infraestruturas de transporte terrestre e fluvial, alfaías agrícolas, material bélico para infantaria e marinha, etc.²⁹.

Destroços de embarcações construídas entre os séculos XVI e XVIII, recentemente analisados (2015-2019), atestam fabrico de embarcações assim como de naufrágios ao longo dos séculos. Este dado é relevante na medida em que reforça o teor da informação escrita sobre a necessidade de manutenção *permanente* de unidades navegáveis na armada lusa. Corroborada por elementos arqueológicos ganha corpo a tese de utilização intensa de madeira para as embarcações da marinha de guerra e comboios mercantis por parte de Portugal³⁰.

Como foi mencionado anteriormente, o esforço de reconstrução de parque urbano de Lisboa depois do Terremoto de 1 de Novembro de 1755 parece exigir delapidação significativa de árvores nas florestas régias das coutadas do interior, no Vale do Zêzere e Alentejo. Neste processo, o património florestal da Coroa foi solicitado para fornecer madeiras de pinheiro assim como de outras espécies, desde Ovar a Torres Novas e montarias de caça do Tejo como do Sado³¹. Entre 1770s e 1800s, o consumo da Floresta teria prosseguido em moldes semelhantes de abate em ritmo regular de árvores até ao dealbar do Liberalismo português (1820s e 1830s)³².

²⁹ Licenças de Cortes', (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; C. Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração*, Tese de Doutoramento Universidade de Évora, 1998.

³⁰ A. Polónia, e F. Domingues, Coords, *Shipbuilding*, 2018.

³¹ 'Licenças de Cortes', (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas), 1756-1777; 'Livros de Registo de Correspondência', 1755-1796, [Montaria Mor do Reino, MMR1], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas

³² I. Amorim, A. Polónia, e M. Osswald, (ed), 'Fomento e Ordenamento Florestal nas Regiões Litorais Durante a Época Moderna', *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 172-173; L. Costa, 'A indústria. A construção naval' In *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

Todavia não se conhece qualquer síntese analítica que cubra o mapeamento da evolução ou da destruição da floresta global do território, na Época Moderna assim como não foram trabalhados dados sobre sementeiras e plantio de espécies florestais para reposição das matas régias na orla costeira e interior, nem mesmo entre 1802 e 1807³³. É igualmente indetetável, estudo sistemático acerca do volume de massa lenhosa cortada durante as ocupações francesas e inglesa (1807-1820), embora a percepção local e que formou legado e memória nacional, mas que terá de ser confirmado, é a de que à época, se teria verificado corte agressivo. Contudo, nos volumes de história militar – consultados –, não se apresenta quantificação sobre este aspeto. Pelo que, a menção de uso de lenha e madeira para logística de guerra é ainda impressiva e insuficiente no sentido de se poder aferir uma ideia global do desgaste florestal do primeiro quartel de Oitocentos em Portugal num quadro de campanhas militares sobre o território luso³⁴.

Por sua vez, no território externo, isto é, nas colónias portuguesas, a exploração de madeiras faz-se *in loco*, como se demonstra em extensa bibliografia Brasileira, mas não abastece necessariamente os arsenais portugueses pelas razões anteriormente invocadas (de pirataria no Atlântico e naufrágios de origem natural).

Mesmo contando com eventual fretagem de embarcações estrangeiras no transporte comercial para o Brasil e outras paragens do Império na África atlântica, no Índico e Pacífico, parece verosímil supor que assegurar uma reserva permanente de madeira – produzida em Portugal no século XVIII – para viabilizar, como mínimo, a manu-

³³ C. Melo, ‘Menos coutadas melhores pinhais: império, inundações, fisiocracia, guerra e especialização das matas reais em Portugal (1777-1824)’, *Revista Tempos Modernos*, vol. 9, n.º 39, 2019, pp. 456-487.

³⁴ A. Nunes, ‘Quadros da Vida Militar: das Ordenações Sebásticas às Invasões francesas’, *Nova História Militar de Portugal*, (Dir. Barata, M. e Teixeira, N.), Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 45-98; A. Vicente, e A. Araujo, ‘Memória e Mitos da Guerra Peninsular em Portugal. A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves’, *Revista de História das Ideias*, vol.2, 2008, pp. 241-274.

tenção da armada e comunicações marítimas, constituiria preocupação permanente dos governantes portugueses³⁵.

Num outro horizonte geográfico mas co-relacionado com o nosso tema, pioneiro nesta área em 2002, José Augusto Pádua, e, posteriormente autores como Diogo Cabral ou Hálysson Gomes da Fonseca, confirmam investigação sobre preocupações Setecentistas por parte das elites Portuguesas na Metrópole e, de reinóis no Brasil, sobre a necessidade de reposição de massa lenhosa abatida em ritmo excessivo face ao tempo da sua reposição³⁶.

Por sua vez, Diogo Cabral e Susana Cesco, sugerem que, os reinóis e dirigentes na Metrópole tinham consciência da necessidade de gerir um tipo de exploração de floresta que permitisse abastecer em paralelo usos sociais dos camponeses (construções, alfaías, carvão), reinóis, monopólios régios e tráfico comercial das Reais companhias³⁷.

³⁵ Gomes, R. e Monchet, K. (Coord.), *Árvores, Barcos*, 2017.
http://forseadiscovery.eu/sites/default/files/attachments/documents/text_deguwa_web.pdf acedido em .../.../2020.

³⁶ J. Pádua, *Um sopro de destruição*, 2002, pp 38-51; H. Fonseca, *Devastação e Conservação das Florestas na Terra de Tinharé (1780-1801)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia 2010 disponível em https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010._fonseca_halysson_gomes_da_de_vastacao_e_conservacao_das_florestas_na_terra_de_tinhare_1780-1801.pdf
H. Fonseca, *A Indústria Naval Baiana: A Contribuição Da Comarca De Ilhéus Na Última Década do Século XVIII*, (Disponível em http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/halysson_gomes_da_fonseca.pdf; (acedido a _/_/2020) D. Cabral, e S. Cesco, 'Árvores do Rei, Florestas do Povo: a instituição das 'madeiras de lei' no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial', *Luso-Brazilian Review*, vol. 44, n.º 2, 2007. A. Lago, *Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão Oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Monarquia Portuguesa, por António Bernardino pereira do Lago, Coronel do Corpo de Engenheiros*, Lisboa, na typ. da Academia Real das Ciências, 1822, p. 20.

³⁷ J. Pádua, *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786-1888*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002; Fonseca, H., *A Indústria Naval Baiana*.

No horizonte de interesses estratégicos imperiais portugueses³⁸, antevê-se procedimento equivalente com a gestão de recursos florestais entre Portugal e Brasil. As preocupações dos dirigentes portugueses sobre rearborização em ambas regiões afiguram-se partes da mesma política. A Carta Régia Portuguesa de 13 de Março de 1797 que legislou contenção à exploração de mata tropical³⁹ foi promulgada em sintonia com as iniciativas que se gizavam na metrópole para regenerar a floresta [régia] portuguesa o que, como veremos, iria desembocar no regulamento das Coutadas Reais de 21 de Março de 1800. Tal impressão consolida-se ainda noutras medidas tomadas por D. Maria I e D. João VI em Portugal, no Vale do Tejo e Litoral Oeste⁴⁰, ordenando em vários anos seguidos arborização de coutadas reais em terrenos de fraca aptência agrícola (1800-1804).

Já relativamente à floresta privada, a historiografia pouco ou nada revela diretamente sobre o assunto. Há que procurar métodos e estratégias indiretas de exploração deste tipo de elementos no seu devido contexto esmagadoramente rural. Uma possibilidade a considerar são as sínteses analíticas e fontes documentais que versam sobre exploração da propriedade fundiária senhorial, na longa duração. Mergulhar neste universo é revelador do quanto a história rural nos pode ajudar nesta pesquisa⁴¹.

Se recorrermos a bibliografia que utiliza contratos de empraçamento, isto é contratos de exploração de áreas agrícolas em várias vidas

³⁸ J. Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil, 1780-1830*, Lisboa, Difel, 1994; J. Pedreira, 'From Growth to Collapse. The Breakdown of the Old Colonial System. Portugal and Brazil (1750-1830)' in *The Hispanic American Historical Review*, vol. 80, n.º 4, 2000, pp. 839-865; R. Ramos (coord.), B. Sousa e N. Monteiro, *História de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, A esfera dos Livros, 2010, pp. 975, pp. 331-475.

³⁹ D. Cabral, e S. Cesco, *Árvores do Rei*, 2007.

⁴⁰ M. Melo, *Menos Coutadas Melhores Pinhais*, 2019.

⁴¹ M. Neto, *Terra e Conflito*, 2018; R. Ramos, (Coord.), B. Sousa, e N. Monteiro, *História De Portugal*, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 4.ª Ed., 2010, pp. 15-329; J. Oliveira, *A Beira Alta De 1700-A 1840. Gentes E Subsistências*, Viseu, Palimage, 2002.

que passam de pai (avô) para filho e neto⁴², verificamos que este regime contratual garante à partida estabilização da produção do mesmo tipo de recursos, nos mesmos perímetros fundiários, a cerca de noventa anos ou mais. A longevidade do emprazamento a três vidas, com estabilidade dos tributos cobrados sobre os mesmos produtos agro-silvícolas, é comprovável nalguns casos, desde o século XIV ao século XIX⁴³. Exemplo desta dinâmica encontra-se nos contratos de exploração agrícola das comendas das ordens militares de Cristo, Santiago e Avis, na Idade Moderna, que cobrem o território luso de norte a sul do território⁴⁴.

⁴² R. Congost, J. Gelman, R. Santos, 'Property Rights In Land: Institutions, Social Appropriations, And Socioeconomic Outcomes', *Property Rights In Land: Issues In Social, Economic And Global History*, Abingdon, Oxon E New York, Routledge, 2017, pp. 177-204; R. Santos, e M. Roxo, 'A Tale Of Two Tragedies: The Case Of The Commons Of Serra De Mértola In The Alentejo (Southern Portugal) And Its Privatization, Eighteenth To Twentieth Centuries', In *Rural Societies And Environments At Risk: Ecology, Property Rights And Social Organisation In Fragile Areas (Middle Ages-Twentieth Century)*, Bas Van Bavel e Erik Thoen (Eds.), Turnhout, Brepols, 2013, pp. 115-144; R. Santos, e J. Serrão, 'Property Rights, Social Appropriations And Economic Outcomes: Agrarian Contracts In Southern Portugal In The Late 18th Century', In *Property Rights, Markets In Land And Economic Growth In Europe, 13th-19th Centuries*, Turnhout, Brepols, Gérard Béaur e Phillipp Schoffield (Eds.), 2013, pp. 475-494; J. Serrão, e R. Santos, 'Land Policies And Land Markets: Portugal, 18th To 19th Century' in *Property Rights, Markets In Land And Economic Growth In Europe, 13th-19th Centuries*, Gérard Béaur e Phillipp Schoffield (Eds.), Turnhout, Brepols, 2013, pp. 317-341.

⁴³ H. Fonseca, e R. Santos, 'Três Séculos De Mudanças No Sector Agrário Alentejano: A Região De Évora Nos Séculos XVII A XIX', *Ler História*, N. 40, 2001, pp. 43-94; N. Monteiro, P. Cardim, e M. Cunha, (Ed.) *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas Do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa De Ciências Sociais, 2005.

⁴⁴ *Optima Pars*, Projecto de investigação Financiado por FCT no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sob a orientação do prof. Nuno Gonçalo Monteiro, e a coordenação do Prof. Doutor António Manuel Hespanha, 1999-1996; Monteiro, N. e Costa, F., *As Comendas Das Ordens Militares: Comendadores E Rendeiros 1668-1832, Relatório Apresentado*

Tais compromissos contemplam a tributação tanto em moeda como em géneros de vários produtos agrícolas, entre os quais, os designados “frutos pendentes”⁴⁵. Esta expressão designa entre outros, frutos da copa das árvores como maçãs ou cerejas mas também das espécies que designamos por “florestais” que geram pinhão, castanha, bolota, bagas de sabugueiro, etc⁴⁶. A sua perpetuação irá encontrar-se em estudos de economia agrária para o século XIX, na categoria de tributação: “Pomares de Espinho”⁴⁷.

Para o mesmo quadro temporal também nas coutadas reais se concediam licenças para apanha de lenhas e cortes de diferentes componentes bem delimitados das copas: ramos e folhagem aparelhados para aplicações específicas de várias espécies florestais (pinheiros aos choupos, salgueiros ou ulmeiros, teixos, etc.)⁴⁸.

Face ao exposto, afigura-se oportuno salientar esta circunstância: cada árvore, de *per se*, pode quase considerar-se uma fábrica auto-geradora de uma panóplia diferenciada de consumíveis. Das raízes à copa *tudo* se poderia aproveitar. Desde pasto e camas para gados à produção de ramos para alfaiais agrícolas, material de construção (mo-

à Junta Nacional De Investigação Científica – JNICT, Lisboa, 1995, (Mimeo).

⁴⁵ Silbert, A., *Le Portugal Méditerranéen A La Fin De l’Ancien Régime XVIII-Début Du XIX Siècle*, 2.^a Ed., 3 Vols., Lisboa, I.N.I.C., 1979.

⁴⁶ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁴⁷ Livro de estatísticas do Município de Guimarães’, (1867-1870), [Cota: 10-8-13-34], Arquivo Alfredo Pimenta; ‘Documentos Respeitantes a informações dos Governos Cívicos acerca do estado da agricultura nos respetivos distritos’, 1860-1880 [Direção Geral do Comércio e Indústria (DGCI), Repartição de Agricultura (RA)], 1.^a Secção, Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁴⁸ C. Melo, *Coutadas Reais*, 2000, *Idem*, *An Analysis of the Royal Preserves*, 2015; *Idem*, ‘The Royal Preserves Portugal in the Modern Age: A Proto-Laboratory of Forestry?’ in *Árvores, Barcos E Homens Na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, IAP/Instituto de História Contemporânea, 2017, pp. 117-124; Livros de Registo de Correspondência’, 1721-1777, [Montaria Mor do Reino, MMR 2], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

biliário), cepa para queimar, estacarias para sebes, e “frutos pendentes” [comestíveis].

O naípe de árvores e de arbustos selecionados para este propósito, a concessão de licenças para diferente tipo de recolção de componentes bem identificados da árvore, nas fontes relativas às Matas Reais, reporta um conjunto amplo de espécies florestais como choupo, ulmeiro, azinheira, teixo, freixo, pinheiro, salgueiro, videiro, castanheiro, nogueira, etc.⁴⁹. Nesta medida, as árvores consistiam numa fonte estável de recursos alimentícios e energéticos que, numa economia de subsistência interessaria tanto às populações, como à Coroa, perpetuar.

Ponderando o que foi dito, como se concilia então uma ideia de longevidade agrária do património florestal na propriedade agro-silvo-pastoril com os discursos de destruição? Que floresta, ou melhor dito, que espécies florestais foram afinal *destruídas e/ou perpetuadas* pelos diferentes agentes sociais, em que áreas do território e em que regime político?

Enxertando aqui um parêntesis sobre demografia no século XIX, recordamos que a população portuguesa e respetiva distribuição em 1864, já num quadro de aumento demográfico Oitocentista, regista cerca de 4 188 410 habitantes⁵⁰. Este número representa menos de metade da população atual (cerca de 10,5 milhões de habitantes)⁵¹. Este registo traduz-se em distribuição humana mais limitada do território em relação à atual⁵² e a rede de povoamento em aglomerados e concentra-

⁴⁹ ‘Licenças de Cortes’, (1624-1833), [Montaria Mor do Reino, MMR 17], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁵⁰ file:///C:/Users/admin/Downloads/1864_Censos%20no%201%C2%BA%20Janeiro_vers%C3%A3o%20reduzida.pdf

⁵¹ <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-512>
Rodrigues, T., *História Da População Portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2008.

⁵² Silveira, L., Alves, D., Lima, N., Alcântara, A. e Puig, J., ‘The Evolution Of Population Distribution On The Iberian Peninsula. A Transnational Approach (1877-2001)’ in *Historical Methods. A Journal Of Quantitative And Interdisciplinary History*, Vol. 46, 2014, pp. 157-174.

dos populacionais exprime, em 1867, coincidência de áreas agricultadas na proximidade do parque habitacional. Mesmo nas áreas rurais que caracterizam mais de 90% de atividade da população, a ocupação agrícola – talhões de cultura de presença regular do fator antrópico – não abrangia sequer metade do território luso. A área inculta ascendia a cinco milhões de hectares, embora integrasse áreas de pastagens, num total de 9 milhões, que perfaziam a área global do Reino. Em média grosseira, corresponderia a 2 hectares [200m] por cada habitante⁵³.

Então que população, que não ocupava sequer metade do território, destruía que floresta num país fracamente industrializado e agricultado⁵⁴, nem sequer arroteado nas proporções europeias, como testemunha Tomás de Vilanova Portugal na memória acerca dos baldios de Ourém (publicada entre 1789-1815) a perspetiva do narrador é a de que existe floresta a mais na região que pode ser dispensada e arro-teada⁵⁵.

Pelo autor ficamos a saber que na Região de Ourém, na proximidade territorial de coutadas reais de Torres Novas-Leiria, onde supostamente a floresta escasseava, afinal, nos baldios dos povos, aquela seria mesmo excessiva e desnecessária podendo os povos [todos] beneficiar com o seu abate:

“O Termo de Ourém tem para 8 a 9 léguas quadradas de terreno; as matas, pinhais, terra inculta, e *baldios* ocupam duas partes do território: consequentemente os dois terços do terreno é uma quantidade

⁵³ C. Ribeiro, e N. Delgado, *Relatório Da Arborização Geral Do País*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

⁵⁴ L. Costa, P. Laíns e S. Munch, *História Económica De Portugal 1143-2010*, 3.^a Edição, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 2014; P. Lains, *Os Progressos Do Atraso: Uma Nova História Económica De Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS; P. Laíns, *Economia Portuguesa No Séc. XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa Da Moeda, 1995; Reis, J., *O Atraso Económico Em Perspectiva Histórica: Estudos Sobre A Economia Portuguesa Na Segunda Metade Do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa Da Moeda, 1993, pp. 87-155.

⁵⁵ T. Portugal, ‘Memória Sobre A Cultura Dos Terrenos Que Há No Termo De Ourém’, in *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo II, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp 295-306, p 297.

excessiva; pois o cálculo vulgar é: *que uma terra não deve ter mais de um terço, nem menos de um quinto de bosques*”⁵⁶.

O paradigma sobre a proporção adequada de bosque e de terra cultivada é justificado do seguinte modo. Na serra de Porto Mós as populações rurais deviam cultivar a área inculta (florestal) pois “faz-lhe necessária a cultura da charneca, para terem milhos. É necessária para terem algumas pequenas vinhas: sem o que não vive comodamente nenhuma casa do campo. E é inútil para matagens e para pastos, porque próximos a ela ficam muitos pinhais, e s outros *baldios* dos vales de Calcaterra aonde há grandes matos, que não chegam a ser necessários”⁵⁷.

Esta versão colide taxativamente com as narrativas de escassez. A perplexidade dilui-se se considerarmos que tal consideração surge em plena discussão fisiocrata e defesa do cultivo de terrenos comuns. Ora Vilanova Portugal entendia que as populações que tinham preservado a floresta estariam erradas no modo de proceder.

Todavia, importa considerar que a proporção de floresta a abater defendida por um autor da Academia Real das Ciências na órbita de Porto de Mós – Ourém – Peniche é próximo aos terrenos de Peniche-Nazaré, onde em 1848, o município de Peniche, procede ao plantio de pinhais no litoral⁵⁸. Estes elementos sugerem outra realidade: a de um equilíbrio local entre exploração agropecuária e gestão do bosque ao nível local que falta aprofundar. Para tentar encontrar uma resposta mais equilibrada quanto à escassez ou abundância de floresta e comportamento das populações locais que integravam os vários corpos sociais, talvez os dados mais úteis provenham de estudos de história económica.

Helder Fonseca, Maria Carlos Radich, Pedro Laíns, Paulo Silveira e Sousa, Leonor Costa, Susana Miranda, Dulce Freire, comprovaram expansão agrícola da primeira para a segunda metade de Oitocentos.

⁵⁶ T. Portugal, Idem, p. 297.

⁵⁷ T. Portugal, Ibidem, p. 302.

⁵⁸ J. Magalhães, ‘Relatório Sobre A Arborisação Dos Terrenos Baldios No Concelho De Peniche’, in *O Archivo Rural; Jornal De Agricultura, Arte E Sciencias Correlativas*, VI, 1864, pp. 541-546.

Nos dados tratados por estes autores consta informação sobre espécies fruto-silvícolas nos quais é possível verificar crescimento de matéria tributada sobre pinhão, bolota e frutos secos⁵⁹.

Estes dados permitem reforçar os argumentos sobre uma tradição de conservação florestal longeva verificada então na globalidade do território luso relativamente a espécies florestais mediterrânicas de crescimento longo que levam cerca de quarenta a cinquenta anos a atingir a sua maturidade [*o seu estado adulto*]. Mesmo que a máquina fiscal se tivesse tornado mais eficaz no Liberalismo do que no Antigo Regime, na segunda metade de Oitocentos, aquelas árvores teriam de ter sido plantadas, pelo menos no início dessa centúria. Ou seja, o período de plantio coincide com intervalo em que se verificou ímpeto de reforço florestal nas coutadas reais por parte dos monarcas do regime político anterior – Monarquia Absoluta – que conviria talvez, aos liberais, ignorar não do ponto de vista florestal mas político-ideológico.

Assim, a informação recolhida neste domínio acaba por ser ainda impressiva. Já na historiografia sobre resposta humana de arborização de várias zonas de risco de erosão desencadeada no século XIX por

⁵⁹ H. Fonseca, 'A Ocupação Da Terra', *História Económica De Portugal*, II, O Século XIX, Lisboa, ICS, 2005, pp. 83-118; M. Radich, 'A Agronomia Portuguesa No Século XIX', *Ler História*, 14, 1988, pp. 87-99; M. Radich, *Agronomia No Portugal Oitocentista: Uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996; M. Radich e A. Alves, *Dois Séculos De Floresta Em Portugal*, Lisboa, Edições CELPA, 2000. (Disponível em http://www.lucanus.cm-lousada.pt/wp-content/uploads/2017/11/2018_Lucanus.pdf (acedido a __/2020) F. Rego, *Florestas Públicas*, Lisboa, Direcção-Geral Das Florestas, 200; 'Livro de estatísticas do Município de Guimarães', (1867-1870), [Cota: 10-8-13-34], Arquivo Alfredo Pimenta); Documentos Respeitantes a informações dos Governos Cíveis acerca do estado da agricultura nos respetivos distritos, 1860-1880 [Direção Geral do Comércio e Indústria (DGCI), Repartição de Agricultura (RA)], 1.ª Secção, Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; H. Fonseca, *O Alentejo No Século XIX: Economia E Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996; H. Fonseca, *A Ocupação da Terra*, 2005; H. Fonseca e R. Santos, 'Três Séculos De Mudanças No Sector Agrário Alentejano: A Região De Évora Nos Séculos XVII A XIX', *Ler História*, N. 40, 2001, pp. 43-94.

inundações fluviais e marítimas de proporções bíblicas, podemos encontrar bom ponto de apoio às nossas propostas de análise⁶⁰.

Em informação recolhida em estudos relativamente abundantes sobre florestação de encostas e cume de montanhas sabemos que a respetiva arborização foi impulsionada pela necessidade de conter inundações torrenciais de impacto de erosão devastador sobre solos aráveis e de elevadíssimo potencial de destruição de culturas agrícolas⁶¹. Tais cheias deveram-se a grande acréscimo de pluviosidade na Europa ao longo da centúria de Oitocentos, em que a curva de precipitação revelou crescimento elevado em relação ao século XVIII. Em consequência verificou-se a ocorrência de cheias torrenciais desde Portugal à Áustria⁶². A mencionada arborização, de encostas e margens de rios, verificou-se entre, 1810s a 1880s, nos Alpes, Pirenéus, Apeninos, Serra Nevada, Maciço Central Ibérico e dunas litorais, nas regiões europeias com fronteira marítima mediterrânica e/ou Atlântica.

Nestas interpretações sobre a arborização Oitocentista, isto é, de medidas tomadas no século do Progresso Industrial e Científico⁶³, em curso em Portugal e na Europa ressalta dimensão de salvaguarda ecológica dos ecossistemas e controlo sanitário ambiental⁶⁴.

Como vemos, em desenvolvimento adequado no caso de estudo, entre 1770s e 1780s, não só se verificaram inundações devastadoras nos vales do Tejo e do Mondego em extensas áreas da geografia portuguesa, destruindo culturas, bens, vidas humanas e gado, como a

⁶⁰ A. Carvalho, e J. Pádua, ‘Dossier, História e natureza na América Latina’, *Fronteiras*, vol. 7, n.º 3 2018, pp. 11-20.

⁶¹ C. Pfister, Strategien Zur Bewältigung Von Naturkatastrophen Seit 1500, Am Tag Danach Zur Bewältigung Von Naturkatastrophen in *Der Schweiz 1500-2000*, Bern, Haupt, 2001, pp. 209-255; C. Melo, *Arborizar Contra Cheias*, 2017

⁶² Idem, *Ibidem*

⁶³ M. Rollo, M. Nunes, M. Pina, e M. Queiroz, (Coords), *Espaços E Actores Da Ciência Em Portugal (XVIII-XX)*, Casal De Cambra, Caledoscópio, 2014; A. Salgueiro, M. Nunes, M. Rollo e M. Lopes, *Internacionalização Da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal De Cambra, Caledoscópio, 2014.

⁶⁴ M. Hall, *Restoration And History: The Search For A Usable Environmental Past (Studies In Modern History)*, Newyork And UK, Routledge, 2014.

reação da rainha, seus ministros e populações locais para conseguir a minimização de danos, foi muito similar àquele descrito nas sínteses sobre contenção torrencial pirenaica e alpina no século XIX: plantaram-se sebes vegetais nas margens dos rios, em Portugal erguendo-se barreiras arbustivas e florestais para regularização das águas dos rios nos respectivos leitos.

O estudo aprofundado das respostas portuguesas à correção torrencial em Setecentos poderá lançar novidade na historiografia nacional e europeia a vários níveis, pois as medidas anunciadas pela silvicultura Oitocentista pela França e nações germânicas⁶⁵ poderá ter sido antecipada em várias décadas em Portugal.

Importa então conhecer de forma mais detalhada que respostas e motivações originaram arborização e manutenção florestal em Portugal na segunda metade do século XVIII não apenas por iniciativa régia mas também por parte das populações.

Floresta benigna: “bem te quero” mal te uso?

Coroa, clero e povos, não obstante a estrutura social de privilégios e de distinções, pela via da necessidade terão desenvolvido formas por todos conhecidos na gestão e fruição dos bosques e seus recursos. Mesmo que para exercício do privilégio e do não privilégio, a abundância servia a todos, a escassez não. Para além disso, as ordenações Filipinas não impedem o uso dos bosques nem da apanha dos seus recursos às populações, pelo que, o exercício de restrição dos mesmos apresenta regras diferenciadas entre o regime de coutada e outro tipo de regime de propriedade que falta ainda analisar na globalidade para as propriedades da nobreza e clero⁶⁶.

Então poderemos pensar que na medida em que a floresta responde a necessidades económicas e sociais de Coroa, nobreza, clero congregacional ou diocesano, mestres, povos rurais ou outros corpos de Antigo Regime, interessaria a todos eles encontrar forma de perpetuar o bosque e respetivas produções pois isso beneficiaria todos os grupos

⁶⁵ C. Melo, *Arborizar Contra Cheias*, 2017.

⁶⁶ Idem, *An Analysis of the Royal Preserves*, 2015.

sociais, nomeadamente os mais desfavorecidos. Não podendo analisar o universo de todos os regimes de propriedade centramo-nos em área de influência régia.

Desde, pelo menos 1575, a metodologia de escolha de árvores para os arsenais reais era marcada pela restrição de direitos sobre os “paos reais” nas zonas sujeitas ao Regimento do Sobreiro; um regime de exclusivo imposto numa extensa região da bacia hidrográfica do Tejo e partes do Sado, do interior para o Litoral e, na faixa litoral entre Vieira de Leiria e Pombal, tanto em propriedade da coroa como de senhorias nobiliárquicas, eclesiais e municípios. Por sua vez, todos os cortes de “paus reais” nas coutadas reais e perímetros assinalados pelo regimento dos sobreiros, em propriedade tanto da Coroa como senhorial e eclesial abrangida pelo perímetro ali definido numa extensa região do Vale do Tejo, eram controlados e acompanhados pela entidade que geria e policiava as coutadas reais, a Montaria Mor do Reino⁶⁷. Contudo, em 1751, introduz-se uma exceção: os pinhais régios do litoral, na faixa a norte de Lisboa, foram submetidos a outra tutela que não a da Montaria Mor do Reino. Aquelas áreas florestadas passaram a ser geridos pela Administração da Marinha e a sua gestão foi dotadas de regulação própria, o *Regimento do Guarda Mor dos Pinhais de Leiria*⁶⁸.

O novo regulamento “no qual se dá forma para o bom governo, e boa arrecadação da minha Real Fazenda, conservação, e aumento de meus Pinhais”⁶⁹ tinha por objetivo primordial fornecer diretamente a Ribeira das Naus. Aquelas matas foram reservadas para uma função exclusiva: produzir madeira e outros bens de origem lenhosa (betumes e pez, por exemplo) para os arsenais reais⁷⁰.

Por sua vez, o corte dos “paus reais” manteve-se um exclusivo da coroa nestas geografias mas agora sob alçada do Guarda Mor do

⁶⁷ Idem, *An Analysis of the Royal Preserves*, 2015; Idem, *Coutadas Reais*, 2000; Livros de Registo de Correspondência’, 1721-1777, [Montaria Mor do Reino, MMR 2], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁶⁸ *Regimento Para O Guarda Mor Dos Pinhais De Leiria E Superintendente Da Fabrica Da Madeira*, De 18 De Outubro De 1751, Lisboa, s.n., 1751.

⁶⁹ Idem, preâmbulo.

⁷⁰ Idem, §2.

Pinhal de Leiria que por sua vez respondia à tutela da Administração da Marinha e já não da Montaria Mor do reino. E como já sucedia nas outras coutadas do Tejo e Sado, o corte de árvores para os arsenais só se podia executar “onde os paos estiverem mais bastos não consentindo que se cortem a eito mas sim por desbaste em forma que o Pinhal não fique por parte calvo, antes com paos, que possam criar-se com grandeza”⁷¹ [ou seja, em alto fuste para mastreação e tabuado].

No mesmo ato legislativo é ordenado o plantio de novos pinheiros e respetiva expansão “onde houver largueza, e capacidade” e proteção dos “picoitos” [árvores pequenas em regeneração]⁷² acrescentando-se um elemento fundamental de ordenamento e proteção à floresta, prevenção contra incêndios florestais. Era obrigatória a manutenção dos aceiros [corredores de terra rasa /estradas internas no pinhal (em terra batida), limpas de mato] por parte dos oficiais creditados para aquele serviço e o lançamento de queimadas controladas no acesso aos ditos aceiros, no tempo certo do ano [ainda húmido e frio] para evitar a propagação das chamas: “O Guarda Mor tem obrigação de mandar fazer todos os anos pela Pascoa; e véspera de S. bernardo deve ir ao lugar da Marinha, aonde estarão todos os couteiros para efeito de lançarem fogo às charnecas que partem com os aceiros”⁷³.

A eficácia de gestão da mata passaria igualmente pela prevenção de fogos florestais pensada na concessão de licenças livres de qualquer tributação para apanha de matos e lenhas aos moradores das populações circunvizinhas: “Concedo faculdade, para que toda, e qualquer pessoa possa livremente entrar nos meus pinhais, e deles posa tirar lenha seca, ou rama, mato, e cepa, sem que por isso lhe leve emolumento algum”⁷⁴.

O *Regimento do Pinhal de Leiria* fornece então um ideário de ordenamento florestal e de abatate alternado dos seus recursos. Porém estes esforços parecem ter sido nebulados na sequência do Terremoto

⁷¹ Idem §3.

⁷² Idem§4.

⁷³ Idem§7.

⁷⁴ Idem §23.

de Lisboa de 1755 na medida em que, em vez de se conhecer a evolução da reposição florestal o discurso sobre socorro público acaba por realçar ainda maior pressão de abate sobre as florestas régias.

No período subsequente ao *Terramoto*, urgia refazer o parque urbano, se assim podemos designar, remover os escombros, limpar as ruas e reconstruir as casas dos habitantes. Sobre este aspeto nem o Marquês de Pombal nem o Rei tinham dúvidas. A catástrofe natural do terremoto de Lisboa de 1755 (de alcance europeu) e reconstrução de Lisboa exigia madeira de várias proveniências. Nas providências tomadas para a recomposição da cidade mandou-se “proceder a devassa sobre os monopólios e contrabandos de madeira”⁷⁵ com vista a responder às necessidades mais urgentes de reconstrução tão celementemente quanto possível. E neste tempo de urgência recorreu-se também ao Brasil.

Para agilizar o fornecimento de madeiras a Lisboa promulgou-se legislação facilitadora da importação de madeiras do Brasil na qual se concedeu redução de tributos aos toros transportados em qualquer frota da Companhia do Grão Pará e Maranhão ou por esta contratada⁷⁶. A mensagem chegou à outra margem do Atlântico e desenvolveram-se esforços no sentido de viabilizar tal medida no terreno. Abateu-se madeira e armaram-se navios com cargas daquele produto destinadas a Lisboa⁷⁷.

⁷⁵ Resumo das ‘Providências que se deram no terramoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755 ordenadas e oferecidas à majestade fidelíssima de El – Rei D. José I, Nosso Senhor, 1758, por Amador Patrício de Lisboa, citada in Mineiro, A., ‘A Propósito Das Medidas E Da Opção Política De Reedificar A Cidade De Lisboa Sobre Os Seus Escombros, Após O Sismo De 1 De Novembro De 1755: Reflexões’ in *1755: O Grande Terramoto De Lisboa*, Vol. I, Descrições, 2000, pp. 189-236.

⁷⁶ Alvará citado in *1755 o Grande Terramoto de Lisboa*, Idem.

⁷⁷ H. Fonseca, *Devastação e Conservação das Florestas na Terra de Tinharé (1780-1801)*, Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História, desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Coorientação da Prof.^a Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas, 2010, <https://ppgh.ufba>.

Mas até que ponto se podia contar com a regularidade de entrega das remessas de madeira provenientes do Brasil sabendo-se que o quadro bélico no Atlântico podia ser desfavorável aos comboios mercantis portugueses e que, na sequência do terremoto se verificaram tempestades marítimas. Condições que à época em nada garantiam o sucesso do trânsito naval no oceano. Aliás, em 1759, quatro anos volvidos desde a destruição de Lisboa e da instituição da referida Companhia do Grão Pará e Maranhão [1755] é o rei que fornece madeira das suas coutadas – mil paus reais – para a construção de navios destinados ao trânsito da referida companhia.

“Para o Monteiro Mor do Reino. Sua Majestade é servido que Vossa senhoria passe ordens necessárias para se fazer um corte no Pinhal de Alcácer do Sal, na suficiente e precisa quantia de mil paus, para se fabricar os navios que hão de servir a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, pagando a referida Companhia aos donos dos mesmos paus o preço que ajustarem. Deus guarde Vossa Senhoria, Paço 27 de Agosto de 1759// Conde de Oeiras”⁷⁸.

De igual modo os militares disponibilizados para a sua defesa seriam garantidos pela Coroa⁷⁹.

O rei ordenou que os navios fossem construídos nos arsenais da Corte [Lisboa] o que implicava utilizar madeiras da floresta das coutadas reais em Portugal, e não no Brasil. Dada a disponibilidade de madeiras na colônia a pergunta que se coloca é porquê?

Parece de todo inverosímil que, mesmo na sequência do Terramoto de Lisboa, potências inimigas concedessem livre-trânsito ao transporte

br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010._fonseca_halysson_gomes_da._devastacao_e_conservacao_das_florestas_na_terra_de_tinhare_1780-1801.pdf (acedido em 15 de Junho de 2020)

⁷⁸ Livro único, 1755-1812, folio 128v.º [Ministério do Reino, MR-1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas.

⁷⁹ Lista dos oficiais de soldados que na Fragata Nossa Senhora da Atalia que vai por comboio da frota do Grão Pará e Maranhão, Livro único, 1755-1812, folio 45v.º [Ministério do Reino, MR-1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas.

de madeiras a impérios marítimos que mesmo amigos seriam sempre rivais no domínio dos mares, que tal como Portugal empregariam madeira exatamente para o mesmo fim. Ademais madeiras potencialmente resistentes ao impacto das massas hídricas oceânicas e ventos fortes constituiriam mesmo alvo de cobiça numa Europa também sobre grande pressão florestal.

Seria uma questão de prudência estratégica construir barcos para a frota mercantil de Lisboa, considerando que, apesar de tudo a costa lusa e o porto de Lisboa corria menos riscos de investidas navais contra Portugal do que na costa aberta do Brasil? De facto, a dificuldade de livre-trânsito no Atlântico iria mesmo agravar-se no último quartel de Setecentos com o crescendo de conflitos entre potências imperiais.

Em 1776 eclode a Revolução Americana contra a Inglaterra a que se seguiu ajuda prestada pela França àquele movimento. Na Europa a alvorada das Revoluções liberais inicia-se com a Francesa em 1789, seguindo-se as campanhas napoleónicas [1796-1815] que desencadearam um turbilhão de incertezas políticas. Ao ameaçar *o staus quo* cultural, social e fronteiriço de potências autocráticas, o confronto estalou entre impérios europeus no palco terrestre e marítimo.

Havendo que manter a comunicação com o Brasil e restantes partes do Império seria prudente a Coroa garantir uma reserva florestal com espécies que já se sabia adequadas à construção de navios. Paralelamente outros consumos do bosque eram estáveis. Na sequência do terremoto, em todo o reino, a população vinculada a profissões e ofícios do mundo agrário manteve a sua atividade utilizando recursos lenhosos para consumo energético e aplicações várias como, por exemplo, fabrico de alfaías agrícolas, meios de transporte terrestres e fluviais. Havia que gerir a floresta de forma equilibrada.

De facto, nas décadas de 1750s-70s, as coutadas reais das terras baixas dos vales do Tejo, Sado e litoral marítimo foram recrutadas para fornecer madeira aos arsenais e reconstrução da capital e cumpriram essa função. Essa geografia diminuiu a sua capacidade de oferta das matas requerendo, presumivelmente, um tempo de pousio florestal para recuperação.

No início do Reinado de Dona Maria I [1777] ordena-se abate de árvores para os arsenais na região do Tejo Alto, nas coutadas de To-

mar-Abrantes, em vales alcantilados e escarpados do Alge e do Zêze-re. Tal registo sugere a transferência de consumo das zonas baixas para as zonas altas onde, curiosamente, o registo de crimes de destruição ou abates indevidos da floresta real em orografia – de habitação difícil e menos aptas à agricultura do que as campinas do Tejo-, é quase omissão⁸⁰. Voltaremos a este tópico em lugar adequado.

Já as consequências do depauperamento de árvores das matas nas zonas baixas sem tempo de reposição e, eventualmente, de algum desgaste das encostas do Tejo Alto, em Portugal, entre 1770 e 1783, terão facilitado a progressão de águas torrenciais sobre terrenos agricultados e ocupados pelas populações. Os meios destas não eram suficientes para combater aqueles fenómenos. O quadro de calamidade pública renovada anualmente requeria intervenção superior. Era tempo de Graça Régia.

Missão proteger: a Graça Régia

Habitados que nos encontramos a leituras sobre os fatores económico e de poder como principais motores de ação política, importa salientar que, as lógicas de Antigo Regime são substancialmente mais complexas do que os paradigmas económico e ambientais atuais. A Coroa tinha por missão proteger os seus súbditos. Há que introduzir aqui a dimensão do exercício simbólico da *Graça Régia*.

Para além do perdão total que aquela faculdade confere, ao monarca por direito divino, este tem por dever garantir segurança física às populações, sem dúvida em quadros de guerra e invasão inimiga. Mas o mesmo *dever* era devido à proteção física daquelas em conjunturas de calamidade pública.

No Antigo Regime, na Monarquia Absolutista por Direito Divino, há obrigações régias para com as populações que constituem elementos estruturantes da sociedade de então. O monarca assume-se como alter-ego de Deus na Terra, na função protetora dos *seus* súbditos⁸¹. Se

⁸⁰ Melo, C., *Coutadas Reais*, 2000.

⁸¹ P. Cardim, 'Religião E Ordem Social Em Torno Dos Fundamentos Católicos Do Sistema Político Do Antigo Regime', *Separata Da Revista De*

a vida é um dom de Deus, a responsabilidade de garantir as condições vitais de sobrevivência dos súbditos pertence ao monarca no topo da hierarquia social⁸².

De forma simplificada podemos considerar que, *os critérios de auto e altero legitimação de reconhecimento do poder régio* se revelariam no cumprimento de uma função que justifica a existência da própria realeza: a salvaguarda dos mais desfavorecidos. A relação entre quem concede proteção e recebe proteção é necessariamente dialógica, elemento constituinte fundamental na legitimação da estrutura social de privilégios, que comporta deveres recíprocos⁸³.

Já no liberalismo português a função equivalente de prover à segurança pública, que inclui a proteção física dos cidadãos, fundamenta-se em algo parecido mas distinto e também complexo.

Se a proteção da vida das populações se funda nos deveres quase morais de governança, essas competências já não são decisão última da figura real. Com o Pacto Social estabelecido por uma lei que está acima da figura real, pois obriga o próprio monarca a direitos e deveres limitados por essa mesma lei, a graça régia diminuiu de alcance.

História Das Ideias, Vol. 22, Coimbra, Faculdade De Letras, 2001, pp. 133-174.

⁸² M. Garcia, *Dissertação Inaugural Para O Acto De Conclusões Magnas*, Coimbra, Imprensa Da Universidade, 1862.

⁸³ D. Curto, *A cultura Política em Portugal*, 1994; D. Curto, 'Conclusões: Nobreza Manuelina E Seus Descendentes', *D. Álvaro Da Costa E A Sua Descendência, Séculos XV-XVII: Poder, Arte E Devoção*, (Coord. Maria Lurdes Rosa), Lisboa, IEM – Instituto De Estudos Medievais, CHAM – Centro De Estudos De Além-Mar, Lisboa, Caminhos Romanos, 2013, pp. 343-359; Maltez, J., 'O Estado E As Instituições', in J. Dias (coord.) *Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica* in Serrão e A. Marques *Nova História De Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 337-412; Pereira, J. 'A Estrutura Social E O Seu Devir', in J. Dias *Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica* in J. Serrão e A. Marques (coord) *Nova História De Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336; Paiva, J., 'Um Corpo Entre Outros Corpos Sociais: O Clero', *Revista De História Das Ideias*, Vol. 33, 2012, pp. 165-182; Cardim, P., 'Centralização Política E Estado Na Recente Historiografia Sobre O Portugal De Antigo Regime', *Nação E Defesa*, 87, Outono 98, 2.ª Série, Lisboa, Instituto De Defesa Nacional, 1998, pp. 129-158.

Numa dimensão paralela aquela responsabilidade e meios para a executar, na Monarquia Constitucional, a função de vigiar e obter a segurança das populações passa a constituir responsabilidade alargada partilhada pelo Poder Executivo e Legislativo⁸⁴.

Neste regime político o Governo escolhia a prioridade de atuação dos programas políticos. Porém a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa legislou no seu artigo 9.º que, a preservação de segurança e saúde públicas antecederse necessariamente todas as prioridades e etapas estabelecidas em qualquer programa do Poder Executivo.

De facto, no decurso da Monarquia Constitucional [1834-1910] por várias vezes o quadro de carestia alimentar e ciclos sucessivos de epidemias alimentou o debate parlamentar, e especificamente na primeira metade do século, na lógica do socorro a prestar pelo Estado, em quadros de calamidade extrema. Os governantes só apanharam mesmo um susto político, por efeitos de calamidade pública epidémica, quando a Rainha em 1858, em pleno espectro de morte devido a febre-amarela, tifo e cólera que debelaram cerca de 10% da população de Lisboa entre 1857-58, saiu à rua a tratar os doentes. O Reino podia ficar sem herdeiro. Até lá e posteriormente, a questão do controlo das torrentes e da saúde pública não ameaçava as políticas de obras públicas e de fomento e não reorientou a política florestal⁸⁵.

Curiosamente a monarca absolutista D. Maria I agiu de forma muito diferente. A rainha atribuía importância superlativa ao fator religioso na vida como na governança territorial⁸⁶. Entre 1777 e 1790, as medidas levadas a cabo por ordem e envolvimento da soberana, para se conterem as inundações torrenciais, projetavam significado mais profundo: a assunção de uma responsabilidade única, individual, intransmissível, insubstituível. Ante tudo, nas lezírias do Tejo, a segurança dos súbditos e fiéis vassallos de Sua Alteza Real encontrava-se em elevado grau de perigo. Imperava inverter este rumo.

⁸⁴ Hespanha, A., *Guiando A Mão Invisível. Direitos, Estado E Lei No Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004.

⁸⁵ C. Melo, *Arborizar Contra Cheias*, 2017.

⁸⁶ L. Ramos, *D. Maria I*, Lisboa, Círculo De Leitores, 2015.]

Cuidar dos súbditos, disciplinar a natureza irrequieta

No início do seu reinado, em 1777, D. Maria herdava um lastro significativo de problemas político económicos e sociais no plano externo como interno, tanto na metrópole como nas colónias. No Reino, desde 1770, a natureza não cooperava. As terras banhadas pelo Tejo e Mondego sofriam anualmente a derrocada de equipamentos, arrastamento e afogamento de culturas⁸⁷.

Em 1780s a voragem das águas engolira mesmo árvores, gados e pessoas⁸⁸. Nas terras baixas a calamidade pública instalou-se pois avolumava a fome das populações e degradação do estado geral de saúde de corpos subnutridos. O tempo era de medidas pragmáticas: salvar pessoas e garantir condições para a produção de comida.

A soberana dominava possivelmente muito melhor do que algum dos seus antecessores, o Senhor Rei seu pai D. José I e o ministro de confiança deste, o Marquês de Pombal, as áreas prejudicadas pelas inundações do Tejo.

Amazona inveterada e apaixonada pela arte venatória de caça maior e a cavalo, a rainha *vivia nas coutadas* cerca de nove meses por ano⁸⁹. De Setembro/Outubro a Junho, percorria múltiplas vezes toda a sua extensão no vale do Tejo assim como no Sado. Só no Verão é que

⁸⁷ D. Vandelli, 'Memória Sobre O Encanamento Do Mondego' *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 13-19; Cabral, E., 'Memória Sobre Os Danos Do Mondego No Campo De Coimbra, E Seu Remédio', *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991[1790], pp. 141-165; Idem, 'Memória Sobre Os Danos Causados Pelo Tejo Nas Suas Ribanceiras', *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo I, José Luís Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 177-204.

⁸⁸ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Docs-1-177, docs 364-366.

⁸⁹ Melo, C. *Coutadas Reais*, 2000.

transitava das áreas de caça de grossa (javali e cervídeos) para Queluz (onde podia caçar à perdiz) e Caldas da Rainha [onde ia apanhar fresco]. As deslocações a Lisboa, oficialmente ao local da Corte, eram reduzidas ao mínimo⁹⁰. Em Lisboa, residia exclusivamente durante os tempos litúrgicos fortes e festas religiosas solenes: do Advento ao Natal, da Quaresma à Páscoa das Flores; regressava à localização oficial da corte para a festa de Pentecostes e do Corpo de Deus. O restante tempo (entre 1777-1792) residia fundamentalmente em Salvaterra de Magos com algumas sortidas também a Vila Viçosa e pontualmente outras áreas em corridas de curta duração⁹¹.

Tal calendário de frequência das coutadas de caça implica que a Rainha não só dominava perfeitamente a geografia das áreas inundadas como residia nas coutadas durante a estação das chuvas, sendo-lhe fácil avaliar o impacto destas no terreno⁹². Lançando-se na perseguição das presas e matilhas até onde os cães agarrassem os veados, gamos, corsos e javali, a soberana podia identificar diretamente as fragilidades dos diversos tipos de terrenos.

Por experiência própria podia aferir acerca da estabilidade ou dos perigos e armadilhas dos terrenos aluviais, os pontos de rebentamento das margens e de invasão de terrenos cultivados, a mobilidade dos lodos e zonas pantanosas dos sapais ou o aumento de areais improdutivos. Assim, as margens sem proteção ou com esta, que exigiam reparações também lhe eram necessariamente familiares⁹³. Conhecia portanto os pontos mais frágeis que precisavam de proteção no Tejo.

Em 1770, a extensão inundada ultrapassara mesmo a invasão das cheias em 1669. Mas o problema atingia outra proporções porque de evento excecional, as cheias de 1770s de proporções superlativas, repetiam-se anualmente tornando o quadro mais grave do que aquele vivido no reinado do seu trisavô, o Senhor D. Pedro II⁹⁴.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico

Embora o efeito das inundações tivesse recrudescido, na percepção dos agentes no terreno, no intervalo de 1669 até 1770, a partir deste ano sucederam-se cheias de efeito destruidor. No biénio de 1783-84, perderam-se sementeiras de Outono e Primavera por arrastamento e afogamento das plantas. A reposta foi a colmatagem de bocas abertas nas margens do Tejo e de tentativa de sustentação das margens com sebes vegetais: “O Dezembargador Superintendente da mesma obra do ribatejo me informa que já vem descendo gente (...) e por isso lhe ordenei a tapagem das Bocas que restao na Tapada, (...) e que (...) se principiasse na Tapada da Boca de Escaroupim, e a plantação do arvoredo em todo o prolongo daquele campo”⁹⁵.

Todavia o esforço era insuficiente para manter as águas no leito do rio. Em 1784 decidiu-se a mudar o rumo dos acontecimentos. A rainha diligenciou em conformidade e instituiu a Intendência das Obras do Tejo. A esta dependência da Coroa foi atribuído objetivo único: regularizar as águas do rio para evitar cheias “caudalosas” [torrenciais e destruidoras]. A incumbência da direção de tais trabalhos coube ao Conde de Valadares⁹⁶.

Cumpria ao Intendente das Obras do Tejo minorar o efeito das cheias torrenciais do maior eflúvio da Península Ibérica, no final do seu percurso, com cerca de 1086km de extensão da nascente à foz e, à época, sem fragmentação de caudais em diques e barragens ou quaisquer canais de derivação de águas.

de Obras Públicas; ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁹⁵ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo’, 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.

⁹⁵ ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161; Relatório de Estêvão Dias Cabral, 1789, documentos numerados de 162-202.

⁹⁶ BAHOP, MR – 34-Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo, caixa 1756-1821.

Na região a intervir, de Abrantes-Barquinha, Golegã-Santarém e Salvaterra de Magos-Almeirim, a cerca de 60-90 km da foz, por um lado as correntes já tinham percorrido e engrossado caudais ao longo de cerca de 1000km e por sua vez, a mesma área, na órbita de Salvaterra de Magos, era atingida pelo refluxo de águas associado ao regime de marés atlânticas.

A tarefa era hercúlea. Mas não obstante condições tão desfavoráveis, a realidade é que cerca de um ano volvido da sua nomeação o Intendente conseguira levar uma parte daquela empresa a bom termo⁹⁷. Em 1785, os trabalhos avançavam com sucesso obtendo-se resultados palpáveis na região de Azambuja e Asseca⁹⁸

“Tendo conseguido a conclusão das Bocas da Tapada do Tejo, medindo estas grandes a grande distância de 812^{1/2} varas, ate, de 484 De Escaroupim e a geral reforma da Tapada na distancia de 5\$023 varas, plantando raízes capazes de segurar a terra, e salgueiros com outras plantas de enredar em todo o prolongo da mesma tapada, achando-se tudo frondoso em uma parte considerável pegado, e a outra parte dando a mesma esperança”⁹⁹.

Em Julho do mesmo ano o Conde de Valadares anunciava ainda a conclusão da “tapada da Boca de Escaroupim, e a plantação do arvo-

⁹⁷ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 -], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas: Informação de todas as obras que se tem feito nas lezírias de Villa Franca de Xira desde o princípio do anno de 1785 te o fim de 1786 e das que se estão actualmente fazendo', Documentos. 177-196.

⁹⁸ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 -], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documento 177-Informação de todas as obras que se tem feito nas Lezírias de Villa Franca de Xira desde o princípio do anno de 1785 te o fim de 1786 e das que se estão atualmente fazendo'.

⁹⁹ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 -], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, 14-06-1884, documento 44.

redo em Todo o Pronlogo daquele campo”¹⁰⁰. Portanto, na margem esquerda, a sua sustentação devia realizar-se com um entramado de arbustos e árvores enleados entre si.

Esta rede herbáceo-florestal se barrava areias, rochas ou troncos deixava atravessar as águas e lodos com nutrientes. Uma vez passado o período das enchentes torrenciais (que se caracterizam pela emergência de caudais grossos em períodos curtos, característicos de regime pluvial mediterrânico), o solo absorvia os recursos hidrológicos ou aqueles evaporavam, proporcionando a germinação das plantas semeadas. Mas para que este resultado fosse repetido e as sebes permitisse apenas a passagem das águas benéficas, aquelas estruturas tinham de ser cuidadas e **aparadas anualmente**. Caso contrário, como ensinava e prevenia Valadares, havia o risco do investimento realizado se transformar em catástrofe¹⁰¹.

O emparedamento do rio seria obtido com uma estrutura sólida e permeável à passagem da água mas suficientemente resistente para manter dentro do leito do rio todos os resíduos sólidos arrastados nas correntes. A manutenção de um muro de plantas com uma dimensão e peso controlados acautelava outros perigos¹⁰².

Assim, as árvores e arbustos não podiam atingir grandes dimensões pois corriam o risco de cair para dentro do rio e abrir os cômodos que se tapavam com tanto esforço. Para evitar tal desfecho havia que executar um “decote” periódico da barreira vegetal atendendo ao equilíbrio que se devia manter entre densidade e peso da respetiva copa das árvores ou da balsa (emaranhado arbustivo, silvado), levantado na margem dos rios adequados à sustentação das margens.

¹⁰⁰ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo’, 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, 1783, Doc 31.

¹⁰¹ ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161

¹⁰² ‘Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo’, caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161.

Em 1788, quase em triunfo, Valadares reportava a Sua Alteza Real D. Maria I, os sucessos alcançados com os trabalhos desenvolvidos em dois anos apenas, entre 1884 e 1886. Não só fora possível minimizar o impacto de arrastamento e destruição de sementeiras pelas águas torrenciais como os aluviões tinham cessado de depositar areias em boas terras de semeadura. Acrescia a este grande feito o resgate de áreas agricultáveis entre Muge e Salvaterra de Magos que não se cultivavam desde o reinado do Senhor D. Pedro II, subterrâneas a um manto arenoso de detritos aluviais que cobria os solos férteis¹⁰³.

Ora com a intervenção de Valadares e oficiais sob seu comando, registou-se avanço do plantio de materiais lenhosos nas margens do Tejo, em Frente ao Pinhal de Escaroupim – numa faixa de 500 braças do leito para o interior [cerca de 250m] – sob administração direta da Coroa¹⁰⁴. Esta ação implicou produzir para regenerar no mesmo lugar, numa previsão de longa duração, recursos lenhosos que obtendo a sustentação das margens e encostas, geravam simultaneamente materiais para estacarias de suporte (também das margens) e material de potencial energético.

No âmbito da Graça Régia e da economia agrícola em quatro anos apenas o esforço desenvolvido parecia ter obtido resultados muito superiores aos realizados nos três reinados anteriores. De facto, em 1788, com a minimização do impacto das cheias, a Intendência das Obras do Tejo alcançara cinco feitos de monta, tanto em propriedades da Coroa como em áreas circundantes:

- Redução de quadros sistemáticos de fome.
- Eliminação de focos de águas estagnadas e manutenção de águas potáveis correntes, com benefício tanto para a saúde pú-

¹⁰³ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas: Informação de todas as obras que se tem feito nas lezírias de Villa Franca de Xira desde o princípio do anno de 1785 te o fim de 1786 e das que se estão actualmente fazendo', Documentos. 177-196.

¹⁰⁴ Idem.

blica como para a agricultura (pois as culturas não apodreciam debaixo de água)

- Aumento da extensão dos terrenos para cultivo
- Acréscimo de rendimentos para coroa resultantes do cultivo das áreas agrícolas recuperadas para este efeito (atestado pelo Almojarife das Lezírias)¹⁰⁵.

Mas a quebrar este intervalo de sossego entre 1788 e 1789 o drama da devastação de colheitas pelas cheias fluviais repete-se. A barreira silvo-arbustiva só fora instalada em troços de grande vulnerabilidade de inundação nas áreas de Salvaterra. Não acompanhava o rio da foz até às zonas aluviais a norte na Golegã ou a jusante de Muge. O problema da destruição de culturas persistia portanto em grandes extensões da lez  ria ribatejana.

Por outro lado o desvio causado pelas ilhas existentes no leito do rio e pela derrocada de sebes e entulho dali provenientes para dentro das   guas, se permitia criar nateiros ótimos    agricultura na margem norte, obrigava ao desvio das águas para sul, aumentando o potencial de destruição nos terrenos de cota mais baixa da margem esquerda do Tejo. Para proteger o lado sul havia que rebentar com terrenos aráveis na parte norte do rio¹⁰⁶.

A questão agudiza-se entre os funcionários régios do Almojarifado das Lezírias, da Intendência das Obras do Tejo e das coutadas reais. Tr  s instâncias com responsabilidades perante a Coroa no sentido de proteger o seu património que para cumprir com as respetivas obrigações têm de propor e lutar por ações opostas ou contraditórias.

Tal como na Intendência das Obras do Tejo nas lezírias, os couteiros e monteiros da Rainha tinham por função arborizar e providenciar para que as novas planta   es vingassem. Num polo diferente, cabia ao Almojarifado das Lezírias do Tejo desenvolver os máximos esforços para obter a maior produção possível nas terras agrícolas da Coroa e, manter ou aumentar os proveitos agrícolas para a Casa Real.   reas

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Cabral, E., Memória Sobre os Danos Causados pelo Tejo, 1991.

agrícolas e de pastagens de grade qualidade da Casa Real que o Intendente das Obras queria fazer explodir para nivelar o leito rochoso do rio e eliminar obstáculos geomorfológicos ao livre curso dos caudais¹⁰⁷ situados dentro do rio. Vivendo em coutadas, a rainha podia avaliar estes problemas diretamente.

D. Maria I nas suas travessias entre Lisboa e vala de Salvaterra de Magos terá experimentado melhores ou piores atracagens dependendo da degradação ou sustentação das margens para aproximação à margem. Do mesmo modo, podia observar o efeito benigno ou prejudicial do tipo de paliçadas e barreiras florestais introduzidas dentro do rio em ambas as margens.

Porém, os argumentos justificativos do rebentamento de propriedades produtivas da Coroa para regularização das águas do rio não devem ter sido bem recebidos por D. Maria I, pois em 1789, chamou outro perito muito apreciado na Corte, a dar parecer sobre matéria complexa, a de travar os males provocados pelas cheias do Tejo e do Mondego.

De forma quase agressiva, o Padre Estêvão Dias Cabral, especialista em engenharia hidráulica salienta que a obra empreendida até então [por Valadares] na arborização das margens para sustentação teria sido quase inútil, por diminuta na escala de intervenção e no processo de plantio.

Na prática Estêvão Cabral reforça as posições de Valadres com uma nuance: os métodos de reforço de arbustos silvestres e espécies florestais só seriam eficientes adotando não uma *cortina vegetal* mas uma mata densa de arvoredos e florestas¹⁰⁸. O engenheiro ensina então como fazer porque tinha testemunhado a eficácia da densidade arbórea praticada *pelas gentes locais* noutras áreas: “Vi alguns exemplos de como devem ser: e um dos bons existe vizinho à Azinhaga nas Praias

¹⁰⁷ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos 192-268; 'Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo', caixa 1756-1821, [Ministério do Reino (MR) – 34-], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, Documentos numerados de 1-161

¹⁰⁸ Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo', 1783-1790, [Ministério do Reino MR 43 –], Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, documentos 1-366

do Infantado; e são infinidades de pequenas vergas de salgueiro plantadas em muita vizinhança umas das outras”¹⁰⁹.

Na realidade quase citando o relatório de Valadares (de 1788), apresenta como exemplo de sucesso a arborização das areias de Martinina pois “estas demonstram que à força de plantações de árvores, entre arbustos e ervas costuma o rio depor o lodo e areia mais facilmente”¹¹⁰. O exame prossegue para jusante na direção da Chamusca e Santarém em total desalento face ao impacto da destruição das cheias: “Deste sítio das Praias do Infantado e Chamusca [margem esquerda] a Santarém [margem direita], já disse, são três léguas de confusão, §21 [a zona intervencionada por Valadares aparentemente com pouco sucesso]. O mal parece-me desesperado nem sei que cousa se possa obrar, senão como se faz nas doenças graves, que se tome tempo”¹¹¹.

Como receita genérica de regularização do leito do rio advoga o plantio massivo de povoados florestais com regeneração silvestre para gerar matos e brenhas impenetráveis para que: “se faça bosques de árvores à direita, e à esquerda em todos os areais para que com o tempo venha a ser restituído o terreno que falta”¹¹².

Relativamente aos mouchões do Tejo, aqui confirma plenamente o diagnóstico e soluções já propostas por Valadares defendendo claramente a sua destruição assim como dos mouchões e salgueiros no leito ou proximidade das margens; onde quer que fosse que aquelas estruturas obrigassem o rio a desviar a sua corrente natural.

A posição académica do engenheiro, ao contrário do que sucedia com os agentes diariamente no terreno, esquecia que se por um lado a Coroa aparentava ter todos os meios para agir, só podia intervir de forma direta nas áreas sob sua tutela. Os limites de intervenção encontravam-se associados, ao que tudo indicia, ao regime e direitos de propriedade privada de senhorias nobres e eclesiásticas.

¹⁰⁹ Cabral, E., *Memória Sobre os Danos Causados pelo Tejo*, 1991, p. 192.

¹¹⁰ Idem, p. 188.

¹¹¹ Idem, p. 192.

¹¹² Idem, p. 194

Para entrar neste assunto importa mencionar um ponto prévio: no Antigo Regime, os direitos da Coroa exercem-se sobre todos os terrenos marginais de águas correntes fluviáveis e navegáveis – ao longo de todo o ano, por motivos de segurança – proteção. Porém só são aplicáveis a uma estreita faixa de terreno- a cota máxima de área banhada ao longo do ano e não em situações de exceção, portanto a coroa não podia agir sobre a globalidade dos perímetros das bacias hidrográficas primárias (cursos principais)¹¹³.

A Graça Régia na proteção das margens do Tejo seria exercida por motivos de calamidade pública mas limitada aos direitos e regime de propriedade. A hipótese de correção hidráulica de Estêvão Cabral podia desenvolver o modelo ideal livre de constrangimentos de atuação que no final, só poderá ser imposta/realizada nas propriedades da Casa Real.

À Coroa e às populações não convinha perder área agrícola por causa das inundações nem de arborização que invadissem áreas tradicionalmente cultivadas e recuperadas nos terrenos dos mais férteis do Reino. Entre 1790 e 1800 num cadinho de efervescência e debate fisiocrático outra solução vai sendo congeminal articulando e satisfazendo, aparentemente, a extensa gama de interesses invocados ao nível da produção agropecuária e silvícola.

Na viragem do século, a solução é encontrada num golpe de inteligência e elegância magistral pelo Ministro do Príncipe Regente D. João: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Arguto e pragmático inventa uma solução para as águas do Tejo e florestas que prospectiva tanto o aumento de rendimentos como o prestígio do monarca; uma via de conciliação que permite manter os mouchões do Tejo, expandir a área agrícola para toda a superfície resgatada nas Lezírias aos areais e produzir mais floresta em zonas de fraca aptidão agrícola¹¹⁴.

¹¹³ Cordeiro, J. *Indústria E Energia Na Bacia Do Ave (1845-1959)*, Texto Policopiado – Trabalho De Síntese Para Provas De Aptidão Pedagógica E Capacidade Científica, Universidade Do Minho, Braga, 1993; Lobão, M., *Tractado Pratico E Compendiario Das Águas, Dos Rios Públicos, Fontes Públicas, Ribeiros E Nascentes Dellas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827; M. Garcia, *Dissertação Inaugural*, 1862.

¹¹⁴ Melo, C., *Menos coutadas*, 2019, pp. 456-487.

É neste processo que (finalmente) se entende a proposta de descoutamento florestal das matas reais do sul do Tejo, na região de Salvaterra de Magos em 1800, nomeadamente na área do Pinhal de Escaroupim e, se pretende reforçar massivamente a floresta em áreas menos produtivas do ponto de vista agrícola.

Retomamos agora o tópico sobre a geografia de produção florestal nas coutadas de Tomar e Abrantes, ou seja, nas áreas mais escarpadas dos vales do Alge, Zezere e Nabão assim como de outros vales da bacia hidrográfica do Tejo Alto, reservadas no novo Regimento das coutadas de 21 de Março de 1800 como áreas vocacionadas a produção de árvores. Por sua vez a atividade principal das terras de lavoura nas lezírias do Tejo, seria a agricultura, inclusive nas áreas das coutadas reais¹¹⁵.

Descoutar o pinhal de Escaroupim e áreas circundantes nas terras de Salvaterras de Magos à Chamusca, não significava eliminar a floresta para arroteamentos. Pelo contrário o Regimento de 21 de Março de 1800 obrigou à sua florestação. Tal alteração saldava-se em benefício duplo para a Casa Real: produção agro-silvícola¹¹⁶.

Os argumentos convincentes? Seguir a par com as nações civilizadas da Europa explorando as diferentes geografias e multiplicando os seus recursos de acordo com as aptidões naturais de cada área para se obterem melhores resultados económicos. Paralelamente, exercendo novamente a faculdade da Graça Régia em benefício das populações ao conceder novas áreas para agricultura e inaugurando o plantio de espécies trazidas da América, como Batatas. D. João, Príncipe Regente aceitou todas estas propostas¹¹⁷.

Promulga-se o novo regimento de 1800. Com esta medida eliminavam-se as sobreposições administrativas. Cumpria ao Almojarifado das Lezírias garantir que a terra do pinhal de Escaroupim assim como o plantio de novos pinhais era executado nas margens do rio; retirou-se esta área da tutela da Montaria Mor do Reino a qual foi encarregue

¹¹⁵ Idem

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

de reforçar a floresta na restante área das coutadas de caça e de mata da margem norte do Tejo e nas áreas das do Sado¹¹⁸. Reitera-se a ordem de plantar novos pinheiros em Escaroupim, Leiria e coutadas de Alge e Abrantes entre 1802 e 1804.

Afinal na viragem do século e antes das invasões napoleónicas a Coroa de Antigo Regime lança um novo plano de ordenamento agro-florestal nas suas propriedades destinado tanto à recuperação como incremento silvícola e agrícola.

O sucesso ou insucesso destas medidas terá de ser ainda avaliado. O epílogo desta história é que, no âmbito das invasões napoleónicas e com a transferência da Corte para o Brasil em 1807 a manutenção de floresta parece ter sido acarinhada pela gestão Francesa e descuidada pelo consulado britânico em Portugal¹¹⁹, impressão que carece de confirmação mais cuidada em análise posterior.

Notas conclusivas

Aproximamo-nos do fim sem responder à maioria das questões levantadas ao longo do texto. Todavia há algo de novo a afirmar. Emergindo da plêiade de exemplos apresentados sobre ação para o resgate dos ecossistemas e da sustentabilidade, novo horizonte se perfila na história ambiental para a segunda metade do século XVIII em Portugal: o das repostas humanas positivas a desafios paisagísticos de equilíbrio ambiental na manutenção dos ecossistemas e na defesa das condições da vida das populações.

Na nossa história, como vimos, tal pensamento implicou equacionar soluções ambientais promovidas pelo agente humano em reposição de património vegetal e arbustivo considerando o estabelecimento de uma reserva florestal de produtos lenhosos para diversos usos sociais e manufactureiros, preservação ecológica dos solos (pedolo-

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ 'Livros de Registo de Correspondência', 1755-1796, [Montaria Mor do Reino, MMR1], Biblioteca e arquivo Histórico de Obras Publicas, 1800-1833.

gia), controlo da saúde e segurança públicas. Então, um equivalente de boas práticas e soluções ambientais no Antigo Regime poderá ser apontado para épocas passadas da História de Portugal.

Na prática, acaba por se perceber que houve regeneração florestal em localizações diferenciadas, em intervalos longos, nas coutadas reais, pela recorrência de abate das mesmas espécies na longa duração realizado também, nas mesmas zonas de extração. Tal verificação sugere tempos de pousio e regeneração florestal natural. Mas a proporcionalidade desta realidade face ao desbaste no século XVIII e para períodos anteriores encontra-se por aferir. Não se conseguindo medir o *quantum* da densidade vegetativa reposta, podemos concluir apenas que teria sido impossível cortar e expedir carradas de troncos da Região de Abrantes para Lisboa se as árvores não existissem naquelas localizações.

A mola de expansão florestal nas coutadas reais, mais uma vez, terá sido impulsionadas por três ordens de fatores: quadro de guerra externa e dificuldade de fornecimento de madeiras do exterior em particular do Brasil; calamidades públicas e graça régia; usos sociais e evolução do pensamento económico e evolução científica de lógica de naturalização e transferência de culturas¹²⁰ que permite romper com uma cultura secular de regime e direitos de propriedade de formas de produção estáticas.

Atendendo às considerações previamente elaboradas afigura-se oportuno realçar a importância do contexto Histórico na interpretação ambiental. Só se consegue entender a ideia de resgate ambiental a partir do exercício da faculdade de Graça Régia considerando as obrigações dos soberanos, e os limites à sua atuação numa arquitetura social de privilégios entre pares, o que implica limitações ao ordena-

¹²⁰ Fernandes, M., ‘Silent Passengers – On The Long-Distance Transportation Of Plants Across Oceans In The Era Of Navigations’, *Peoples Natures And Environment*, A. Roque, C. Veracini (Ed.), Chapter 17, Cambridge UK, Cambridge Scholars Publishing, pp. 238-251; Idem, ‘Acácias Errantes acácias Infestantes: notas de ascensão e queda de uma utopia florida’ in *Lucanos, Ambiente e Sociedade*, Vol II, 2018, pp. 180-191. http://www.lucanus.cm-lousada.pt/wp-content/uploads/2017/11/2018_Lucanus.pdf (acedido em 15 de Junho de 2020).

mento do território dependente do direito de propriedade. Para analisar as questões ambientais do século XVIII importa articular dimensões múltiplas nos campos do social, político, religioso, económico e mesmo ecológico já muito distinto de períodos anteriores. Entender por exemplo porque o terremoto de Lisboa provoca desarborização e as inundações florestação e reconfiguração de paisagens.

A consequência desta chamada de atenção é que mesmo arquitetando e moldando a paisagem para se obter uma dinâmica de fruição-renovação de recursos em equilíbrio, há aspetos civilizacionais de uma teia de relações de interdependências de direitos e deveres seculares urdidas desde a Idade Média ao fim do Antigo Regime. Essa espessura cultural não se altera nem em quadros de calamidade pública e urgência de intervenção para o bem comum.

No plano mais específico da exploração e regeneração florestal *in situ* num regime de propriedade específica, as coutadas reais, há várias considerações a tecer. As ações desenvolvidas entre a promulgação dos regimentos de 1751 e 1800, no âmbito da arborização vão abranger áreas diversas. No intervalo de cinquenta anos, ambos os diplomas, não só foram promulgados para repor floresta como para a expandir e perpetuar numa exploração ordenada; esta ação inclui arborizar parcelas nas encostas e terrenos marginais para contenção de torrentes.

No plano do desenvolvimento florestal na Europa haverá pontos a clarificar. A cronologia do plantio de sebes silvo-arbustivas para aqueles fins em Portugal antecipa em décadas a adoção de medidas equivalentes sobre correção hidro-florestal de bacias hidrográficas noutras nações europeias. Eventualmente a diferença reside na escala? Este ponto carece de muito maior aprofundamento. Face aos elementos enunciados talvez haja matéria para reequacionar algumas questões dadas como adquiridas na historiografia europeia sobre inovação silvícola e reação ambiental aos desastres naturais tanto no período contemporâneo como na Época Moderna.

Outro elemento fascinante que brotou neste trabalho é o do levantamento de manchas florestais em estrutura defensiva, em sebe ou em paliçadas de entramado arbustivo e arbóreo como sede de floresta reprodutiva na continuidade. É quase tão óbvio que se torna banal.

Mas o encarregado das obras do Tejo defendeu este mecanismo como abastecedor regular de carvão da Casa Real para evitar o recurso a carvoaria em árvores. A dimensão económica de produção de lenhas

e frutos que as barreiras florestais de sustentação das margens ou, podemos extrapolar, de delimitação de propriedades, poderá constituir elemento interessante no quadro de subsistência de Antigo Regime. Podemos intuir mas não afirmar mimetismo deste mecanismo para propriedades confinantes da nobreza e igreja.

Indiretamente é no estudo sobre meios para contenção de inundações torrenciais que se demonstrou constituir prática corrente a multifuncionalidade e a explorabilidade da copa das árvores. A utilização de recursos anualmente regeneráveis responde a uma parte da gestão da floresta invisível que, como também se enunciou, se poderá obter estudando contratos de exploração fundiária e respetiva tributação relativa a elementos agro-silvestres. Esta análise não cabe na economia deste texto mas poderá afirmar-se como um elemento utilíssimo no conhecimento sobre floresta nativa portuguesa.

É esta floresta invisível assim como a floresta visível na propriedade senhorial régia, laica e eclesiástica que importa ainda estudar. Só analisando a exploração de floresta nos senhorios laicos e eclesiásticos, em futuras sínteses, poderemos obter então uma perspetiva mais global sobre a exploração da floresta portuguesa e confirmar ou propor novas teses sobre as dinâmicas de evolução desse património nas épocas Moderna e Contemporânea.

CAPÍTULO 5

TAPADAS E CAÇADAS REAIS NOS FINAIS DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

Pedro Urbano

Investigador integrado (IHC – NOVA FCSH)

Investigador convidado (CEC – FLUL)

Tapadas e caça: introdução

Em 1721, no seu *Vocabulário portuguez e latino*, o clérigo Rafael Bluteau (1638-1734) definia tapada como o “*espaço de terra, tapado com muro, em que se cria caça*”¹. Quase setenta anos depois, quando o lexicógrafo António de Moraes Silva (1755-1824) elabora o seu dicionário a partir do de Bluteau, caracteriza melhor este espaço, como sendo uma “*cerca de arvoredo e mata onde se cria caça*”². As duas definições assentam em dois pressupostos: uma propriedade

¹ ‘Tapada’, in R. Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*, vol. VIII, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1721, p. 44.

² ‘Tapada’, in A. Silva, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, vol. 2, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 444.

delimitada e protegida com fins específicos, nomeadamente o desenvolvimento de recursos cinegéticos, cabendo à mais recente a caracterização do terreno, nomeadamente a sua arborização silvestre.

A tapada é, portanto, na sua génese, uma realidade indissociável da caça. Ao longo dos séculos, esta foi sempre a actividade de lazer e diversão não só da família real, como da aristocracia, mimetizando, em certa medida, a arte da guerra, pelo uso das armas e no confronto físico, neste caso com os animais. Herdeira dos rituais reais carolíngios, na qual participavam o rei e a sua comitiva³, evoluiu, já na Baixa Idade Média, para um direito inerente ao domínio do solo e tributada quando exercida pelos grupos populares. A partir da segunda metade do século XIV, a legislação régia tendeu a limitar os exercícios cinegéticos⁴. Embora estando salvaguardada a utilização dos recursos cinegéticos a toda a população, estavam previstas modalidades diversas de caça, de acordo com o estatuto social dos seus praticantes⁵. Efectivamente, ao longo da Idade Moderna, a caça perdeu a sua função principal – a de conseguir alimento – para passar a ser considerada como uma diversão e entretenimento, pelos grupos privilegiados, como a aristocracia⁶, como símbolo do seu estatuto social e *modus vivendi* mas também económico, pois pressupunha a posse de armas – desde cedo representante do seu estatuto social⁷; a posse e manutenção de gado cavalari (já de si um emblema

³ J. Nelson, 'Carolingian royal ritual' in D. Cannadine and S. Price (eds.), *Rituals of Royalty. Power and ceremonial in traditional societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 166-169.

⁴ 'Caça' in J. Serrão (dir), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Figueirinhas, 1990, p. 418-419.

⁵ C. Melo, *Coutadas Reais (1777-1824). Privilégio, Poder, Gestão e Conflito*, Lisboa, Montepio Geral, 2000, p. 24.

⁶ C. Caro López, 'La caza en el siglo XVIII: sociedad de clase, mentalidad reglamentista', *Hispania*, vol. 66, n.º 224, 2006, p. 997-1018.

⁷ G. Muto, 'I segni d'honore'. Rappresentazioni delle dinamiche nobiliari a Napoli in età moderna, in M.A. Visceglia (cura di), *Signori, patrizi, cavalieri nell'età moderna*, Roma-Bari 1992, pp. 171-192.

de poder, status e riqueza aristocráticos)⁸ e vestes apropriadas para montar e tempos livres para a praticar⁹.

O interesse pela caça nas monarquias medievais ibéricas era tão evidente, que o rei de Castela Afonso XI (1311-1350) terá redigido um tratado de caça intitulado *Livro de la Monteria*¹⁰, exemplo seguido por D. João I (1357-1433) de Portugal, também com o mesmo título¹¹. O interesse pela arte da caça não se ficou apenas pela literatura, mas alargou-se a outras artes, como a pintura e as artes decorativas. A celebração e promoção da caça nas artes decorativas na posse da família real deverá ser entendida como uma forma de elaboração e projecção da própria identidade régia¹². Exemplo disso é, por exemplo, o centro de mesa da baixela Germain (1729-1731) integrada nas colecções reais em 1759, cuja base é decorada com uma natureza-morta composta por espécies vegetais e de caça, com dois galgos e trompas de caça; a tapeçaria oferecida por Carlos III de Espanha (1716-1788) a D. Maria I (1734-1816), em 1784, da Real Fábrica de Tapeçarias de Santa Bárbara de Madrid, representando uma cena de caça; o meio adereço de ouro, prata e rubis composto de alfinete de peito e brincos com lebres, veados e trompetas de caça oferecidos por D. Luís (1838-1889) a D. Maria Pia (1847-1911) em 1874 ou ainda o óleo de 1876, de autoria de Joseph-Fortuné Séraphin Layraud (1833-1913), representado a família real em Queluz, durante uma caçada. O próprio rei

⁸ D. Cannadine, *Aspects of aristocracy*, London, Penguin Books, 1995, p. 55.

⁹ J. Howe, 'Fox hunting as ritual', in *American Ethnologist*, vol. 8, n.º 2, May, 1981, pp. 278-300.

¹⁰ *Libro de la Montería del Rey D. Alfonso XI*, Madrid, s.n., 1877.

¹¹ *Livro da Montaria feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Portugal de Lisboa, publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa por Francisco Maria Esteves Pereira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

¹² J. Plax, 'J.-B. 'Oudry's Royal Hunts and Louis XV's hunting park at Compiègne: landscapes of power, prosperity and peace', *Studies in the History of Gardens & Designed Landscapes*, vol. 37: 2, 2017, pp. 102-119.

D. Carlos (1863-1908) chegou a pintar algumas cenas de caça, como o quadro “Partida para uma caçada de porcos no Alentejo”¹³.

A Casa Real, sendo um organismo de apoio às actividades governativas do rei e às suas necessidades domésticas, vai criar uma estrutura que não só gerisse as florestas do reino, como velasse pela preparação do exercício da caça. Conhece-se a existência da monteiros na corte desde as cortes de D. Afonso III (1210-1279)¹⁴ e D. Dinis (1261-1325)¹⁵, com o objectivo prestar auxílio ao rei na caça. O monteiro-mor superintendia a conservação e aproveitamento florestais, especialmente na defesa das espécies venatórias¹⁶ e a sua jurisdição estendia-se a diversos cargos, em particular os monteiros da câmara, monteiros a cavalo e moços do monte¹⁷, bem como a nível territorial, sobre as florestas reais¹⁸. A este ofício, pertencente à família dos Melo desde 18 de Dezembro de 1521¹⁹, é-lhe outorgado um regimento em 1605, para defesa e gestão e exploração do património florestal e cinegético da coroa, através do qual se reduziu o número de guardas e monteiros, dando resposta ao *deficit* de madeira para a frota naval, pelo que a

¹³ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao Conde de Sabugosa’, s.l., 4 de Maio de 1904, [MOR I, Gaveta L4, Caixa 1, Maço 1], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço, doc. 32.

¹⁴ L. Ventura, ‘A nobreza de Corte de Afonso III’, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1993, p. 135.

¹⁵ M. Maurício, ‘Para a história do quotidiano na idade média. Usos e costumes da nobreza ao tempo de D. Dinis’ *Revista Clio*, vol. V, 1985, p. 12.

¹⁶ A. Baião, ‘Dois altos funcionários da Casa do Infante D. Henrique, no concelho de Ferreira do Zêzere: um monteiro mor e outro, o seu vedor’ *Revista Ocidente*, Vol. LVIII, 1960, p. 281.

¹⁷ ‘Título LXVII: Do Monteiro Moor, e cousas que a seu officio pertencem’, *Ordenações do Senhor Rey D Affonso V*, Livro I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792, pp. 398-405.

¹⁸ A. Carvalho, ‘A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468’, Tese de mestrado, Universidade do Porto, 2001, p. 37; P. Cardim, ‘O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do antigo regime’, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 498.

¹⁹ J. Martinez Millán e S. Fernández Conti (dirs.), *La monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, Madrid, Fundacion Mapfre Tavera, 2005 p. 867.

jurisdição seria doravante exercida também sobre matas particulares²⁰. Nele se reafirmava a jurisdição do monteiro-mor sobre os demais ofícios referidos, mantendo-se todavia sob a autoridade do mordomo-mor²¹. Aquele ofício foi perdendo importância, devido à ausência do rei durante a Monarquia Dual²², uma vez que a sua principal função era a preparação das caçadas régias²³. Seria, no entanto, a legislação liberal quem terminaria com este ofício, pelo menos do ponto de vista administrativo, com a publicação do decreto de 8 de Fevereiro de 1821, o qual extinguiu todas as coutadas abertas e consequentemente todos os empregos e ofícios relativos à sua guarda e administração. Salvaguardava, no entanto, a existência das “coutadas muradas” ou seja, as tapadas²⁴. O ofício de monteiro-mor só foi extinto definitivamente com a abolição da montaria-mor do reino em 1834, mas mantendo-se como ofício da Casa Real²⁵. De facto, este ofício ainda é mencionado no *Almanaque de 1826*, integrando ainda a Casa Real²⁶, embora a última referência no exercício efectivo do ofício nesta instituição remonta ao século anterior, durante a recepção da comitiva

²⁰ ‘Regimento do Monteiro Mor destes Reinos de Portugal’, 1605 [Manuscrito da Livraria, livro 1221], Arquivo Nacional Torre do Tombo, fol. 81; Regimento do Monteiro Mor, *Collecção chronológica da legislação portuguesa, (...) 1603-1613*, p. 109.

²¹ ‘Regimento do Monteiro-mor do Reino’, 20 de Março de 1605 in *Collecção Chronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva, 1603-1612*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, pp. 109-124.

²² J. Martinez Millán e S. Fernández Conti (dirs.), *La monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, p. 869.

²³ Nesta época, a Casa Real de Castela possuía também um monteiro-mor, coadjuvado por outros funcionários. J. Jurado Sanchez, *La economía de la corte. El gasto de la Casa Real en La Edad Moderna 1561-1808*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2005, p. 35.

²⁴ ‘Decreto de extinção das Coutadas para caça’, *Diário do Governo* n.º 44, 20 de Fevereiro de 1821, p. 4.

²⁵ C. Melo, ‘Coutadas Reais entre 1777 e 1824: poder, gestão privilégio e conflito’, Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp. 64-67.

²⁶ *Almanaque Português*, Ano de 1826, Lisboa, Impressão Régia, 1826.

régia no contexto de uma caçada na qual a família real se encontrava presente.²⁷

Outro dos ofícios da Casa Real era o de couteiro-mor, o qual era responsável pela guarda das coutadas reais. Dependente do monteiro-mor, que o nomeava, segundo o regimento de 1605, o couteiro estava encarregado da vistoria geral e manutenção do estado e limpeza dos pinhais, dos quais informaria o monteiro-mor, segundo o regimento de 11 de Janeiro de 1783²⁸. O decreto de 28 de Agosto de 1821 extinguiu a jurisdição de monteiro-mor e todos os ofícios e privilégios que dela dependiam, embora não referindo o de couteiro-mor em particular²⁹.

Por fim, refira-se ainda a existência do ofício de caçador-mor. Além de prover o número de caçadores, era responsável pela falcoaria e estava dependente do estribeiro-mor. Datando pelo menos da segunda dinastia, esteve desde o reinado de D. Sebastião (1554-1578) ao de D. João IV (1604-1656) na casa dos condes de Redondo, não se tendo provido durante a dinastia filipina. Com D. João V (1689-1750) passou para a casa dos condes de Sabugal³⁰. A última menção que temos conhecimento data de meados do século XVIII³¹.

Do que ficou dito, percebe-se que há uma mudança de paradigma relativamente às questões da caça no seio da Casa Real, nomeadamente a nível dos ofícios-mores, a partir de meados do século XVIII e que se acentua no primeiro quartel do século seguinte, que acompanha a redução

²⁷ F. Câncio, *O Paço da Ajuda*, Lisboa, s.n., 1955, p. 96.

²⁸ J. Sousa, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo IV, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 549-551.

²⁹ ‘Decreto de extinção da jurisdição de Monteiro mor’, *Diário do Governo*, n.º 208, 3 de Setembro de 1821, p. 331.

³⁰ A. Sampayo, *Nobiliarchia portugueza. Tratado da nobreza hereditaria e politica*, Lisboa, Oficina de Francisco Vilela, 1676; J. Troni, ‘A casa Real Portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)’, Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2012, pp. 152-153.

³¹ D. Castro, *Política Moral e civil, aula da nobreza lusitana autorizada com todo o género de erudição sagrada e profana para a doutrina, e direcção dos príncipes e mais políticos ...*, tomo IV, Lisboa, Officina de Francisco Luís Ameno, 1751, pp. 477 e segs.

da totalidade dos ofícios-mores nesse mesmo período, mas reflecte sobretudo a extinção das coutadas, restringidas às tapadas que correspondem a uma área infinitamente menor, rodeando os principais palácios reais.

Importa, portanto, interrogar qual o papel da monarquia constitucional nas questões cinegéticas, não apenas na estrutura da Casa Real propriamente dita, como realçámos até agora, como nas próprias tapadas e caçadas régias. Nesse sentido, torna-se necessário compreender se as tapadas continuaram apenas a cumprir as suas funções venatórias tradicionais ou começaram a desempenhar outro tipo de funções. Por outro lado, outra questão que se impõe é perceber se as caçadas se mantiveram uma actividade preferida da família real e da corte e se estiveram confinadas ao seu espaço tradicional, as tapadas. Finalmente, em que medida é que a caça pode ter influído na imagem do rei e da monarquia em particular.

A Casa Real e a Administração das tapadas

No seio da Casa Real, durante o reinado de D. Carlos, encontramos apenas a menção ao monteiro-mor e ao couteiro-mor. Todavia, aquele ofício embora fosse mencionado no Anuário diplomático de 1898³², estaria vago. Quanto ao couteiro-mor, esteve presente nas cerimónias de corte durante o reinado de D. Luís, nas cerimónias fúnebres do rei de Itália Victor Emanuel (1820-1878)³³ e durante o reinado de D. Carlos foi desempenhado por dois aristocratas, o 8.º e 9.º condes de Galveias, sendo-lhes concedidas as honras do cargo, pelo que se pressupõe que fôsse meramente honorífico³⁴, não auferindo qualquer tipo de vencimento³⁵.

³² *Annuário Diplomático e Consular Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

³³ F. Câncio, *O Paço da Ajuda*, p. 401.

³⁴ *Annuário Diplomático e Consular Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1891, 1894-1896, 1898-1903; 1905-1909. *Índice de Correspondência expedida*, [Ministério do Reino, Livro 2347, n.º 249], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

³⁵ P. Machuqueiro, ‘Nos bastidores da corte’: o rei e a Casa na crise da Monarquia 1889-1908’, Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013, vol. I, p. 111.

Esta situação dos oficiais-mores portugueses contrastava com as dos seus congéneres europeus. Nas cortes espanhola e austríaca, o monteiro-mor detinha alguma notoriedade, sobretudo a nível simbólico, fazendo o seu titular parte das cerimónias da corte³⁶, muito embora tenha sido abolido em Inglaterra em 1901, após a morte da rainha Vitória (1819-1901)³⁷. No entanto, anteriormente a essa data, para além deste *Master of the Buckhounds*, realce-se a existência de outros ofícios venatórios, como o de *Grand Falconer*. Este ofício hereditário, desempenhado pelos duques de St. Albans, auferia em 1871, 1.700£ anuais³⁸.

Em finais do século XIX, cada uma das diferentes propriedades régias estava sob uma administração própria denominada almoxarifado, à cabeça da qual existia geralmente um almoxarife ou, na sua vez, um encarregado administrativo. Consoante as dimensões de cada uma delas, a frequência com que eram visitadas e utilizadas, possuíam um número variável de funcionários de diferentes categorias. Detinham, por isso, um importante papel nas jornadas que a família real fazia aos seus diferentes palácios, na preparação da estadia³⁹, na aquisição de bens necessários para a viagem propriamente dita⁴⁰ e também nas visitas oficiais de soberanos estrangeiros a Portugal. A principal função do almoxarife era a da gestão financeira da propriedade à sua guarda, estando encarregado de enviar as

³⁶ A. Pineda y Cevallos Escalera, *Casamientos régios de la Casa de Borbón en España (1701-1879)*, Madrid, Imprenta de E. de la Riva, 1881, pp. 314, 449 e 526.

³⁷ A. Taylor, *Lords of Misrule, Hostility to Aristocracy in Late Nineteenth and Early Twentieth Century Britain*, London Palgrave, 2004, p. 86.

³⁸ A. Taylor, 'Pig-Sticking Princes': Royal Hunting, Moral Outrage, and the Republican Opposition to Animal Abuse in Nineteenth and, Early Twentieth-Century Britain', *History* 89 (293), 2004, pp. 30-48.

³⁹ 'Carta do Inspector do Real Palácio à Rainha D. Amélia', s.l., 13 de Setembro de 1901, [Casa Real caixa 7379], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

⁴⁰ 'Despesas da jornada de Suas Majestades a Coimbra em Junho de 1892', s.l., 17 de Setembro de 1892, [caixa 239, doc. 13], Arquivo Histórico do Tribunal de Contas.

contas de receita e despesa mensais do seu almoxarifado ao administrador da Fazenda da Casa Real⁴¹.

De acordo com os Anuários diplomáticos e as folhas de vencimento da Casa Real, apenas a Real Tapada da Ajuda possuía uma administração própria, separada do Palácio propriamente dito, a cargo de Feliciano José dos Reis⁴². Desta repartição faziam igualmente parte um apontador e carpinteiro, guardas e um porteiro. O almoxarife recebia apenas gratificação de 15\$000, uma vez que acumulava igualmente com a função de almoxarife das Reais Propriedades do Alfeite, pela qual auferia 50\$000. Nesta propriedade, os funcionários eram mais diversos, contando-se entre eles, para além de funcionários administrativos, vários guardas, nomeadamente da mata, da lagoa e do areal. Alguns dos restantes palácios possuíam alguns funcionários destinados às suas tapadas. É o caso de Queluz, que empregava um encarregado da mata e um guarda das propriedades e a Pena, que tinha ao seu serviço um guarda da tapada, bem como das lagoas e das edificações ali existentes, como o castelo dos mouros e o convento dos capuchos⁴³.

No entanto, ao confrontar esta documentação com a produzida pela contabilidade propriamente dita da Casa Real, percebemos que, para além da Tapada da Ajuda, existem igualmente referências à Tapada de Mafra, omissa na documentação referida anteriormente. Esta presença ocorre tanto nas despesas, quer nas receitas ao longo de todo o reinado de D. Carlos. Pontualmente, existem referências também ao Parque da

⁴¹ ‘Ofício do Almoxarife de Queluz ao Administrador da Fazenda da Casa Real’, [Queluz], 9 de Dezembro de 1904 [Casa Real, caixa 5887], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

⁴² Embora nas folhas dos ordenados surja referida apenas a partir de 1892, já era referida nos anuários desde 1889. *Anuário Diplomático e Consular Português*. ‘Folha dos ordenados’, [Lisboa], meses de Dezembro, 1889-1907, [Casa Real, caixas 5607; 5641; 5684; 5717; 5797; 5831; 5831; 5897; 5930; 5963; 6076; 6114; 6155; 6196; 6242] Arquivo Nacional Torre do Tombo.

⁴³ Machuqueiro, ‘Nos bastidores da corte’: o rei e a Casa na crise da Monarquia 1889-1908’, vol. II, pp. 65-76.

Pena⁴⁴ nos anos de 1889-93⁴⁵ e à real Tapada de Queluz, referida nas despesas de 1893. Isto significa que, à excepção clara da Tapada da Ajuda, quer administrativamente, quer financeiramente, a gestão das tapadas régias esteve sempre dependente do responsável do almoxarifado correspondente. Os casos pontuais de relativa autonomia financeira são a Tapada de Mafra e, pontualmente do Parque da Pena e Queluz. Genericamente, também se constata que o montante das despesas é superior nas propriedades com Tapadas, quer no caso da Tapada da Ajuda, com administração própria, quer nas restantes: Mafra, Pena, Queluz e Alfeite. Nalguns casos, as despesas com algumas destas Tapadas, nomeadamente a de Mafra, vão ter igualmente um peso significativo no crescimento das despesas dos bens imóveis, nomeadamente em 1892 e 1895-96⁴⁶.

A utilização das tapadas

A historiografia recente tem realçado o papel desempenhado pelos Palácios Reais e os seus espaços envolventes – jardins e tapadas – como reflexo da evolução da organização política e como um espaço social, cortesão, que transforma e reestrutura paisagens⁴⁷.

No caso concreto das tapadas portuguesas já se realçou, do ponto de vista das ciências agrárias, a progressiva adaptação destes locais às práticas agro-pecuárias, sem subverter totalmente a sua função venatória. De resto, não é uma novidade, sobretudo se as compararmos às antigas coutadas, extintas em 1821, nas quais se desenrolavam actividades variadas, onde a exploração cinegética e agro-florestal se com-

⁴⁴ Engloba também o Palácio, pois não surge diferenciado na documentação.

⁴⁵ O parque Real da Pena surge ainda designado nas despesas de 1891, 1892, 1893.

⁴⁶ Machuqueiro, ‘Nos bastidores da corte’: o rei e a Casa na crise da Monarquia 1889-1908, vol. 1 p. 250 e vol II, p. 97-214.

⁴⁷ F. Labrador Arroyo e K. Trápaga Monchet, ‘La configuración del espacio y la explotación forestal de un enclave singular: el Real Sitio del Soto de Roma durante la dinastía Habsburgo’, *Studia historica*, História moderna, 39, n. 2, 2017, p. 293-327.

plementavam⁴⁸. A Tapada da Ajuda, constituída a partir de 1645⁴⁹, serviu à criação de gado bovino e ovino desde 1830, apostando-se também na produção de cereais, forragens e proteaginosas, como a fava; algumas culturas hortofrutícolas e olival, que nos finais dos anos de 1890 já se encontravam estabilizadas, sem perder, no entanto, as características de reserva florestal – com espécies vegetais variadas como zambujeiros, carrascos, urze, giesta, alcachofras, espargos silvestres, alfazema, alecrim ou piorno⁵⁰. A Tapada de Mafra, formada através de expropriações realizadas a partir de 1734, teve entre 1840 e 1859, por iniciativa do rei D. Fernando (1816-1885), um potril para a criação de gado cavalar proveniente de Alter do Chão⁵¹. Estas adaptações, verificadas a partir da década de 1830, vão ter também reflexo na Tapada de Vila Viçosa, que embora não sendo uma tapada régia, estava na posse privativa da família real enquanto duques de Bragança. Aqui, a rentabilização económica é mais evidente, desde a morte e posterior venda da carne de espécies venatórias como javalis, gamos e veados, uma vez que a inexistência de caçadas na primeira metade do século fez aumentar as populações destas espécies; a venda de bolota; a exploração agrícola da zona oriental, sobretudo do cultivo de feijão e batatas e a divisão em courelas na tapada de baixo, destinadas à plantação de cereais como trigo, cevada e aveia, por meio de aforamento⁵².

Para além da componente agropecuária que as tapadas vão adquirir a partir da monarquia constitucional, resta avaliar os outros usos das

⁴⁸ Melo, 'Coutadas Reais entre 1777 e 1824: poder, gestão privilégio e conflito', p. 11

⁴⁹ M. Gomes, 'Notícia sobre a tapada da Ajuda', *Agros*, ano XVII, II série, n.^{os} 2 e 3, 1935, pp. 13-14.

⁵⁰ M. Silva e A. Alarcão 'A Real tapada da Ajuda na transição do antigo para o novo regime agrário.' Uma visão económico-social em 1888, para a história da sua administração' *Anuário Instituto Superior de Agronomia*, 49, 2003, pp. 401-443.

⁵¹ C. Neves, 'A tapada de Mafra e a investigação cinegética', *Gazeta das aldeias*, 2638, s.d., separata.

⁵² A. Cabral, *Notícia histórica e estatística do Palácio e real tapada de Vila Viçosa*, Évora, s.e., 1889, pp. 76-78.

tapadas régias nos finais da monarquia portuguesa. Para isso, nada melhor que a análise de documentação privada, sobretudo nos arquivos de família. Na verdade, os egodocumentos, sejam diários, seja correspondência, ajudam-nos a compreender melhor as actividades quotidianas dos seus produtores e interlocutores, sobretudo os que desempenhavam ofícios no seio da Casa Real e privavam directamente com a família real, sendo por isso atentos observadores das suas actividades diárias e do seu quotidiano. A análise desta documentação permite-nos afirmar que a prática venatória não era uma actividade exclusiva das tapadas. De facto, são descritas outros tipos de actividades de recreio que aqui eram efectuadas.

Em primeiro lugar, pela sua frequência, destacam-se os passeios, de carruagem, cavalo ou a pé efectuados sobretudo pela rainha, acompanhada pela sua dama ou vedor de serviço. A condessa de Sabugosa e de Murça (1856-1952), dama camarista de D. Amélia (1865-1951), no seu diário, dedica algumas passagens a descrever estes passeios: de coupé, vitória, apeando-se algumas vezes e regressando a pé⁵³: “*Rainha recebeu tia Ponte, [marquesa de] Monfalim, [viscondessa da] Várzea e às 2 [horas e] ½ foi com [ilegível] de coupé à tapada. Apeou-se lá em cima e veio até cá abaixo a pé. Fomos depois ver os potros. Às 4 h[oras] vim com a rainha para casa (...)*”⁵⁴ ou “*Fui às 4 horas com a rainha de vitória à Tapada da Ajuda, estrada militar, sair a Carnaxide. Andámos um bocado a pé. Voltámos por Algés*”⁵⁵. Estes passeios decorriam habitualmente ao longo de todo o ano – excepto na altura em que a corte se fixava em Sintra e depois Cascais – e tanto aconteciam na tapada pertencente ao Palácio das Necessidades, a residência oficial dos soberanos a partir de 1892⁵⁶, como na Tapada da Ajuda, próxima ao palácio de residência da rainha D. Maria

⁵³ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 1895-1901, 7 vol. [Diário da condessa] Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

⁵⁴ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 20 de Maio de 1896.

⁵⁵ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 13 de Fevereiro de 1897.

⁵⁶ Machuqueiro, ‘Nos bastidores da corte’: o rei e a Casa na crise da Monarquia 1889-1908’, vol. I, pp. 39-40.

Pia. Para além de proporcionarem momentos de distração e lazer, propiciavam igualmente alguns momentos de maior privacidade, longe dos olhares atentos dos membros da Corte. Num desses passeios, a rainha aproveitava para desabafar algumas questões que a preocupavam ao seu vedor e mordomo-mor da sua casa, o conde de Sabugosa (1851-1923): “*Depois de almoço, a cavalo com a Rainha. Tapada, Benfica, Carnaxide, Belém. Falou-me na história [do conde] de S. Mamede. Disse-me que estava irremediavelmente perdido na sua estima. Além de mau administrador [da Fazenda da Casa Real], não lhe pode perdoar por ter seduzido a M. C.º. É verdade que são motivos muito fortes para não lhe perdoar. Mas pensava que há 4 meses ainda ele era o favorito de El-Rei facto Deus ex maquina. Eu disse à Rainha que sentia isto tudo e que sempre tive pena que o fizessem subir tanto e lhe dessem tantas atribuições com que na cabeça pouco forte não podia. Subiu-lhe o paço à cabeça, asneou, e agora deu grande trambolhão*”⁵⁷.

Outros membros da família real frequentavam igualmente a tapada, para passear, não apenas a cavalo⁵⁸, mas também de bicicleta: “*Fui às 3 horas com a Rainha na corrente à Tapada. [...] Príncipes e Isabel andavam nas bicicletas [...]*”⁵⁹.

A frequência dos passeios nas Tapadas não se cinge em exclusivo aos membros da família real. A existência de guardas das mesmas pressupõe que estes locais estavam abertos à população, ainda que os relatos que nos cheguem, pela natureza das próprias fontes, se refiram a elementos da alta aristocracia, com ligações à Casa Real. A título de exemplo, refira-se o caso da camareira-mor, a duquesa de Palmela (1841-1909) que passeia com os netos: “*às 12 horas fui com a rainha à tapada. Andamos muito a pé. À volta achámos a Duquesa [de Palmela] com os 3 netos*”⁶⁰ e variados exemplos do mordomo-mor da

⁵⁷ Conde de Sabugosa, ‘Diário’, 1890, [Diário do conde de Sabugosa] Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço, 18 de Janeiro de 1890.

⁵⁸ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 14 de Novembro de 1901.

⁵⁹ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 24 de Janeiro de 1898.

⁶⁰ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 18 de Fevereiro de 1901.

rainha em passeio com os filhos⁶¹, ou a utilização da tapada para a apanha da Espiga, no quinta-feira de Ascensão⁶². Este hábito seria alargado à própria família real: “R[ainha] foi de manhã à Tapada com os príncipes para apanharem a espiga. António foi a cavalo à Tapada para apanhar a espiga para todos nós”⁶³.

A recolha de espécies vegetais não se resumia, no entanto, a este fim. Algumas espécies, quer das tapadas, quer dos jardins reais, eram enviadas para outras coleções reais europeias. Em carta ao irmão, a infanta D. Antónia (1845-1913) fala dos espécimes que trouxe de Portugal, durante a sua visita em 1887: “As plantas que levei do jardim d’Ajuda estão todas em muito bom estado e as nêsperas já estão deste tamanho, tenho-as no meu quarto, sendo que as sementes do cisto⁶⁴ que tirei do Alfeite também começam a vir, e as agaves⁶⁵ das Necessidades, tudo isto está debaixo da minha protecção”⁶⁶.

A Real Tapada da Ajuda afigura-se como um exemplo especial no contexto geral das suas congéneres, pois desde muito cedo diversifica as suas funções primordiais. A 11 de Março de 1861 é lançada a primeira pedra do Observatório Astronómico de Lisboa e, em 1884, a Tapada alberga pela primeira vez a terceira edição da Exposição Agrícola Portuguesa⁶⁷, inaugurando o Pavilhão de Exposições, onde se realizariam posteriormente várias exposições, como a das Alfaias Agrícolas em 1898⁶⁸, inserida nas comemorações do centenário de

⁶¹ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 10 de Abril de 1901.

⁶² Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 23 de Maio de 1895.

⁶³ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 16 de Maio de 1901.

⁶⁴ *Cistus*: pertencentes à família *Cistaceae*, são geralmente plantas arbustivas, conhecidas pelo nome comum de estevas.

⁶⁵ Agave: género de plantas suculentas da família *Agavaceae*, oriundas essencialmente do México e de grande parte do continente americano.

⁶⁶ Infanta D. Antónia de Bragança, ‘Carta ao Rei D. Luís I’, Sigmaringen, 30 de Julho de 1887, [Casa Real, Caixa 7335, 16/310/57], Arquivo Nacional, Torre do Tombo.

⁶⁷ ‘Aviso da Comissão executiva da Exposição Agrícola Portuguesa’ *Diário do Governo*, n.º 77, 4 de Abril de 1884, p. 869.

⁶⁸ *Exposição de Alfaia Agrícola na Real Tapada da Ajuda em 1898: documentos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Vasco da Gama⁶⁹. A tapada da Ajuda acolheu pelo menos uma das várias quermesses, organizadas pela rainha D. Maria Pia, nomeadamente a de 1884, destinada ao funcionamento de creches, onde terão participado cerca de 70 mil pessoas⁷⁰. Assiste-se, portanto, a partir do reinado de D. Luís, a uma abertura da tapada ao conhecimento científico, à assistência social e, em última análise ao alargamento ao grande público e, consequentemente, do tecido social. Partindo do pressuposto que os jardins e os parques régios – onde podemos incluir as tapadas – incorporaram ao longo do tempo uma idealização do Estado, reflectindo as estratégias políticas do monarca reinante⁷¹, percebe-se que a abertura da tapada ao público em geral e não apenas para a usufruição da ociosidade da família real, especialmente nas suas vertentes científica e de beneficência, não é uma questão de somenos importância, pois consubstancia o que poderá ser entendido como uma estratégia da família real de transformação da sua própria imagem pública, de adequação às expectativas dos seus súbditos. Nesse sentido, as tapadas não são simplesmente um modo de utilização da terra – e da natureza – mas também um discurso, onde os diversos grupos sociais se enquadram e se relacionam entre si⁷².

A actividade venatória

Embora as tapadas régias tenham alargado o âmbito das suas funções para além das actividades cinegética e agropecuária, a caça continuou não só a ser uma actividade preferida da família real, como também continuou a ser desempenhada nas tapadas régias. No entan-

⁶⁹ *O Occidente*, n.º 704, 20 de Julho de 1898, p. 163-166.

⁷⁰ *O Occidente*, n.º 196, 1 de Junho de 1884, p. 122. A propósito desta quermesse em particular vide I. Vaquinhas, 'As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O Caso da Quermesse da Tapada da Ajuda em 1884', *Biblos*, vol. LXXII, 1996, p. 273-291.

⁷¹ Plax, 'J.-B. 'Oudry's Royal Hunts and Louis XV's hunting park at Compiègne: landscapes of power, prosperity and peace', pp. 102-119.

⁷² D. Cosgrove, *Social Formation and Symbolic Landscape*, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1984, p. xi.

to, a caça já deixara de ser um privilégio do rei e da aristocracia. De facto, embora durante a Idade Moderna coexistissem relativamente à prática venatória o direito de *res nullius* – os animais bravios, pela sua mobilidade, não possuem dono, não estando por isso dependentes dos bens de raiz – e o direito de coutada – o direito de apropriação daqueles pelo proprietário da mesma⁷³, o direito à caça como direito individual do cidadão, que se iniciou com o decreto de 18 de Agosto de 1821, que extinguiu a montaria-mor, ficou por fim consignado no primeiro código civil português, em 1867, no seu artigo 384.⁷⁴, permitindo que se tornasse um desporto popular e democrático⁷⁵. No entanto, como estamos a tratar as tapadas régias, é também sobre as caçadas régias que a nossa atenção se vai debruçar.

A caça estava dependente não apenas das espécies animais, mas também das munições. A aquisição destas, nomeadamente pólvora, chumbo e demais artigos era realizada através da requisição efectuada pelo encarregado da Real Casa das Armas das Reais Caçadas de Suas Majestades ao estribeiro-mor. Este solicitava-as através de requerimento ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, alegando ser “*sempre costume este fornecimento ser feito pelo Comando Geral de Artilharia*”. Em Dezembro de 1892, porém, o então ministro Jorge Cândido Pinheiro Furtado, embora procedendo à entrega do material, refere que a conta do mesmo iria ser expedida. No entanto, o estribeiro-mor relembra-o “*que sempre foi uso e costume serem fornecidos gratuitamente aqueles artigos para as caçadas reais pelo dito comando por isso que também pela casa real sempre se forneceu e fornece da Real Quinta do Alfeite a areia precisa para a fundições do arsenal do exército.*”⁷⁶ A cedência de

⁷³ Melo, *Coutadas Reais entre 1777 e 1824*, pp. 24-25.

⁷⁴ Melo, ‘Coutadas Reais entre 1777 e 1824: poder, gestão privilégio e conflito’, pp. 63-67.

⁷⁵ A. Marques, ‘Aspectos da vida quotidiana’ in A. Marques (coord.) *Portugal da monarquia para a República* in J. Serrão e A. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991, p. 673.

⁷⁶ ‘Ofícios do estribeiro-mor ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da

extração de areia do almoxarifado do Alfeite justificava a gratuitidade das munições. Não sabemos se o fornecimento continuou ou não a ser feito gratuitamente pelo Comando Geral de Artilharia, no entanto já em 1904 o rei encomendava, através da loja do espingardeiro Ferreira, localizada no Rossio, cartuchos ingleses⁷⁷, embora o pudesse fazer de forma apenas pontual.

A existência de determinadas espécies ditava a escolha das tapadas régias onde se iria desenrolar a caçada. Quando tinha notícias que em determinada tapada existiam galinholas, D. Carlos combinava uma caçada, fosse no Alfeite⁷⁸, Queluz⁷⁹ ou Mafra: *“Agora outro assunto, como há uma mão cheia de galinholas em Mafra, e o tempo vai para o bom, e eu preciso fazer exercício e respirar outro ar que não o ar viciado das capitais, como diria o defunto Eduardo Coelho, tem como ir sábado pelas cinco da tarde, para Mafra para voltar segunda para jantar. Desejo que tu escrevas ao José Olivais e ao Manolo, convidando-os da minha parte e desejava também que falasses ao [marquês de] Faial dizendo-lhe que aqueles dois estão convidados, mas como eu não sei em que termos ele está com eles, eu lhe deixo a liberdade, de ir ou não conforme quiser. A partida será da Estação do Rossio, pelas cinco horas da tarde de sábado. Agora tu! Como está cá a Réjane, e tu podes preferi-la a ir a Mafra demais a mais na dúvida da caçada ser boa, deixo-te completa*

Guerra’, Repartição das Reais Cavalariças, 12 e 19 de Dezembro de 1892, [Comissão de inquérito entre Tesouro Público e Família Real, 1895-1909, cx 408], Arquivo Histórico Parlamentar, docs. 43 e 46.

⁷⁷ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., 5 de Abril de 1904, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3289.

⁷⁸ Rei D. Carlos I, ‘Cartas ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.ºs 2943 e 3124.

⁷⁹ Rei D. Carlos I, ‘Cartas ao secretário particular conde de Arnoso’, s.l., 16 de Janeiro de 1902, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3262.

liberdade. A mais desses que te disse vão só o Malaquias⁸⁰ e o Waddington^{81,82}.

Estas caçadas, por vezes combinadas de improviso e que reflectem sobretudo o gosto pessoal do rei, são demonstrativas das suas actividades privadas. Por um lado, era acompanhado apenas pela sua comitiva de serviço – o seu camarista de semana, o ajudante de campo, o oficial às ordens, o médico e o secretário pessoal⁸³ e, por outro demonstrava também alguma descontração na etiqueta, como, por exemplo, a dispensa de casaca à hora de jantar: “*No dia 3 às nove horas da manhã partiremos de Alcântara-terra para Mafra d’onde voltaremos no dia 5 para jantar. Vamos daqui já em toilettes de caça porque vamos direitos para a Tapada. [...] Dispensa da casaca para a noite*”⁸⁴.

As caçadas não se limitavam, no entanto, às tapadas régias. Ocorriam também nas propriedades da Casa de Bragança, de forma bastante frequente na principal propriedade ducal, a Tapada de Vila Viçosa, mas também em outros terrenos rústicos, nomeadamente Vendas Novas⁸⁵, na Herdade do Vidigal⁸⁶, também pertença da Casa de Bra-

⁸⁰ Filipe Malaquias de Lemos, tenente coronel de cavalaria, Ajudante de campo de D. Carlos

⁸¹ António Luís Teófilo de Araújo Waddington, capitão de infantaria, oficial às ordens de D. Carlos

⁸² Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., 10 de Janeiro de 1901, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3249.

⁸³ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3134.

⁸⁴ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3026.

⁸⁵ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao marquês de Soveral, Monte Real’, Vendas Novas, 10 de Fevereiro de 1907, [Arquivo Soveral, P 8, 25], Arquivo Histórico da Casa de Bragança.

⁸⁶ D. Teresa Saldanha da Gama, ‘Carta para seu filho Francisco’, Lisboa, 13 de Maio de 1906, Arquivo Ponte, n.º 422.

gança. Há referências a outros locais nos quais o rei caçava, embora de forma mais esporádica: a Lagoa de Albufeira⁸⁷, Santa Susana, perto de Alcácer do Sal⁸⁸, Lagoa de Óbidos⁸⁹, Caldas da Rainha⁹⁰ ou Pedras Salgadas. Através da descrição desta última caçada, percebe-se que nem sempre eram estas o principal intuito da viagem, mas sim o resultado do gosto e vontade pessoal do rei: *“Tem um parque lindo e admiravelmente arranjado cheio de plantas e d’árvores raras e em toda a parte em volta há muita caça. Ontem de tarde dei uma voltinha d’uns 15 kms a pé e levei um cãozito que arranjei aqui a espingarda e matei uma data de codornizes. Um destes dias irei aos porcos há muitos aqui mesmo ao pé e lobos.”*⁹¹ Refiram-se também as caçadas efectuadas no Sado, na zona da Comporta, para o tiro aos patos bravos⁹²: *“Fui hoje de tarde um bocado Sado acima para os lados da Comporta! Ideal! Poucas cousas mais bonitas existem nesta terra. Vimos milhões de patos, mas muito bravos. Ainda assim matei uma mão cheia deles.”*⁹³ Repare-se, por estes exemplos, como a extinção das coutadas reais não confinou o exercício da caça por parte da figura régia às suas tapadas, apenas abolindo o estatuto de exclusividade que até então usufruía.

⁸⁷ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 23 de Janeiro de 1897.

⁸⁸ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 27 de Janeiro de 1897.

⁸⁹ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3206.

⁹⁰ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, Caldas [da Rainha], 19 de Maio de 1896, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3214.

⁹¹ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, Pedras Salgadas, 21 de Julho de 1906, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3313.

⁹² D. Isabel Saldanha da Gama, ‘Carta para sua irmã Maria Joaquina’, s.l., 15 de Janeiro 1905, Arquivo Ponte, n.º 402.

⁹³ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, Yacht Amélia, 4 de Janeiro de 1901, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3248.

Em Vila Viçosa, D. Carlos gabava a quantidade e variedade de caça: “*Isto está aumentadíssimo de caça, sobretudo de coelhos, há tantos como na tapada da Ajuda, ou mais. Tem-se muitas perdizes, bastantes galinholas e hoje já se mataram alguns gamos*”⁹⁴. Há notícias também de serem caçados também veados⁹⁵, gansos⁹⁶ e porcos, provavelmente javalis⁹⁷. No entanto, a abundância de espécies animais não era sinónimo de resultados positivos, conforme confessa o próprio rei: “*Tem-se caçado muito mas os meus companheiros têm-se fartado de errar... e eu ontem, até cora de o dizer, erreí onze perdizes a fio*”⁹⁸.

Na verdade, a caça continuava a ser entendida como um símbolo do vigor, vitalidade e ostentação régia, na qual as proezas eram quantificadas pelo número de animais mortos⁹⁹. Parte do produto da caça era oferecido às pessoas da relação do rei, como à segunda mulher do seu secretário pessoal, Matilde Munró dos Anjos (1865-1963), geralmente galinholas¹⁰⁰, mas também perdizes¹⁰¹. Outra das

⁹⁴ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 2908.

⁹⁵ Condessa de Sabugosa e Murça, ‘Diário’, 17 de Dezembro de 1900.

⁹⁶ Conde de Sabugosa, ‘Carta a sua mulher condessa de Sabugosa e de Murça’, Vila Viçosa, s.d. [1886], [MOR I, Armário L, Gaveta 1, Caixa 2, Maço 6, 15], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

⁹⁷ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3042.

⁹⁸ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, Paço de Vila Viçosa, 28 de Janeiro de 1894, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3204.

⁹⁹ Taylor, ‘Pig-Sticking Princes’: Royal Hunting, Moral Outrage, and the Republican Opposition to Animal Abuse in Nineteenth and, Early Twentieth-Century Britain’, pp. 30-48.

¹⁰⁰ Rei D. Carlos I, ‘Cartas ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., sd., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.ºs 3029, 3080, 3124, 3125 e 3134.

¹⁰¹ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., 17 de Janeiro de 1902, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3263.

contempladas era a uma das pretensas amantes régias, Regina Pacini (1871-1965)¹⁰², cantora lírica, filha do empresário responsável pela exploração artística do Teatro de São Carlos e cantora da Real Câmara¹⁰³: “*Juntas vão dez galinhas guarda as que quiseses e manda as outras à linda Pacini*”¹⁰⁴.

Ainda que os troféus da caça fossem por vezes oferecidos às senhoras, estas também caçavam, não se limitando a acompanhar a actividade venatória, não sendo por isso uma actividade exclusivamente masculina, pelo menos desde o século XVIII¹⁰⁵. Para além da rainha¹⁰⁶, também as suas damas camaristas eram caçadoras. D. Isabel Saldanha da Gama (1850-1918), ao serviço dos príncipes, descreve a sua irmã como na Tapada de Vila Viçosa acompanhou o rei e o príncipe D. Luís Filipe (1887-1908), caçando: “*Diga ao Francisco que fui dois dias a fio à caça com el-rei e o Príncipe. No primeiro dia, aos coelhos, nada matei. No segundo, aos gamos, matei dois e o primeiro caú morto com o primeiro tiro. Mandeí arranjar a cabeça, o que ele gostaria. O Príncipe matou coelhos e gamos*”¹⁰⁷. Na verdade, pelo menos no caso inglês, no início do século XIX as mulheres pertencentes às elites participavam activa-

¹⁰² Casou com Marcelo Torcuato de Alvear, futuro Presidente da República Argentina.

¹⁰³ ‘Nomeação de Cantora da Real Câmara’, [Lisboa], 11 de Fevereiro de 1893, [Casa Real, Mordomia-mor, Livro 30], Arquivo Nacional Torre do Tombo, fol. 62v.

¹⁰⁴ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 2960.

¹⁰⁵ É o caso da rainha D. Mariana Vitória (1718-1781). P. Braga, ‘Divertimento, utilitarismo e barbárie: a caça’, I. Braga e P. Braga (coord.), *Animais e companhia na História de Portugal*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2015, p. 199.

¹⁰⁶ ‘Lista de caçadores e caça’, Tapada Real do Paço de Vila Viçosa, 20 de Dezembro de 1895, [Arquivo Soveral, P34, 127] Arquivo Histórico da Casa de Bragança; A. Cabral, *Notícia histórica e estatística do Palácio e real tapada de Vila Viçosa*, p. 83.

¹⁰⁷ D. Isabel Saldanha da Gama, ‘Carta para a sua irmã Teresa’, Paço de Vila Viçosa, 18 de Dezembro de 1898, Arquivo Ponte, n.º 345.

mente em diversas actividades desportivas, na qual se incluía a caça e o tiro¹⁰⁸, muito embora no caso da caça só tenha acontecido de forma regular a partir do final da década de 1850¹⁰⁹.

As caçadas continuavam a assumir-se como um motivo de convívio e sociabilidade, para as quais se convidavam amigos e familiares próximos, proporcionando negócios e casamentos e possibilitando, pelo menos no caso inglês, a ascensão social¹¹⁰. Nelas também se discutiam assuntos importantes como aconteceu com os condes de Paris, pais da rainha D. Amélia: “(...) *Caçada de montar na Tapada. 7 gamos. Acompanhei a rainha e Conde de Paris, esteve-lhe falado em coisas sérias com muito bom senso e dando-lhe bons conselhos.*”¹¹¹

Por funcionar como uma forma de sociabilidade e uma actividade típica das elites reinantes e transversal à aristocracia, que adicionava capital simbólico aos seus praticantes¹¹², pensar-se-ia que as caçadas integrariam as visitas oficiais, ombreando com os cortejos, visita a exposições, concertos musicais, jantares oficiais e récitas de gala na ópera. Todavia, ao analisar os programas oficiais das visitas de soberanos estrangeiros a Portugal durante o reinado de D. Carlos e as descrições jornalísticas na imprensa periódica, não existe qualquer referência a caçadas, à excepção da ocorrida em 1903, durante a de Afonso XIII de Espanha: “*O dia hoje apareceu chuvoso. Só saíram para a tapada os caçadores, depois de almoço, um triste lindo, e uma excelente caçada. Esteve em um posto com a rainha, rei de*

¹⁰⁸ N. Tranter, *Sport, economy and society in Britain, 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 82.

¹⁰⁹ P. Horn, *Pleasures & Pastimes in Victorian Britain*, Gloucestershire, Amberley, 2011, p. 134.

¹¹⁰ Taylor, ‘Pig-Sticking Princes’: Royal Hunting, Moral Outrage, and the Republican Opposition to Animal Abuse in Nineteenth and, Early Twentieth-Century Britain’, pp. 30-48.

¹¹¹ Conde de Sabugosa, ‘Diário’, 23 de Janeiro de 1890.

¹¹² P. Bourdieu, ‘Postface’, in M. de Saint Martin e D. Lancien, *Anciennes et Nouvelles Aristocraties de 1880 à nos jours*, Paris, Maison des sciences de l’homme, 2007, p. 385-97.

Espanha, príncipe Real, Helena [de Sousa Holstein, marquesa do Faial], *Alvim, Duque de Sottomayor e ministro dos estrangeiros espanhol. O reizito divertiu-se muito, atirou bem, e agrada a todos pela sua boa feição*”¹¹³.

Pelo contrário, durante as visitas oficiais de D. Carlos a França, Inglaterra e Madrid há referências a bastantes caçadas. A título de exemplo, na viagem efectuada em 1902 por D. Carlos a França, Inglaterra e Madrid, contabilizam-se 12 caçadas, em menos de dois meses de viagem. No entanto, muitas delas não parecem fazer parte do programa oficial das visitas, mas sim o resultado de convites da aristocracia local, inseridas nas visitas às suas propriedades, como as dos duques de Chartres, marqueses de Castellane ou barões de Rothschild¹¹⁴.

Na verdade, outra actividade começava a evidenciar-se, não apenas no quotidiano régio, como nas visitas oficiais, nomeadamente nas de Eduardo VII (1841-1910) e Afonso XIII (1886-1941) em 1903¹¹⁵. Tratava-se do tiro aos pombos, modalidade olímpica desde a primeira edição dos Jogos modernos, em 1896. A mais antiga referência que encontrámos data ainda de 1876, quando são aprovados os primeiros estatutos da associação de recreio denominada *Tiro de Carabinas e aos pombos*, que anos depois passa a denominar-se *Sociedade de Tiro aos Pombos* e da qual eram sócios fundadores os reis D. Luís e D. Fernando e o infante D. Augusto (1847-1889), estando sedeadada na Tapada da Ajuda¹¹⁶.

¹¹³ Conde de Sabugosa, ‘Carta à mulher, Condessa de Sabugosa e Murça’, Paço de Vila Viçosa, 15 de Dezembro de 1903, [MOR I, L1, caixa 2, maço 22] Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

¹¹⁴ Conde de Sabugosa, ‘Algumas viagens de Sua Majestade el-Rei D. Carlos I’, 1902-1906 [Arca do Escritório, 95], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

¹¹⁵ *Diário Ilustrado*, n.º 10805 e 11058, 1 de Abril e 12 de Dezembro de 1903, pp. 1 e 1-2, resp.

¹¹⁶ *Tiro aos pombos*, Lisboa, Tipografia Viúva Costa Sanches, 1877.

Era igualmente uma actividade à qual D. Carlos se dedicava¹¹⁷, pelo menos desde 1885¹¹⁸, mas também a rainha D. Amélia: “(...) *A rainha só esteve na tapada até às duas horas até então não tinha havido quase caça, calculo que depois os caçadores tiveram mais sorte. Vim com a rainha para o Paço [de Mafra] e estivemos nos terraços para ela atirar aos pombos*”¹¹⁹. Na verdade, os estatutos da Sociedade de Tiros aos pombos de 1876 previam que as senhoras não precisavam de bilhete de admissão em dias de tiro particular e não pagavam quantia alguma “*a não ser o preço dos pombos se tomarem parte no tiro*”¹²⁰.

O tiro aos pombos funcionava igualmente como uma forma de sociabilidade, sobretudo em Cascais, na esplanada de tiro construída para o efeito em Santa Marta¹²¹, sendo frequentada pela aristocracia, como atiradora ou espectadora¹²²: “(...) *às 3 horas fui para o tiro aos pombos. Estava a rainha na tribuna. R[ainha] M[aria] Pia em baixo, Atalaias, Arnosos, Streets, Paratys, Guardas, Sabugosas, O'Neill. (...)*”¹²³

¹¹⁷ Rei D. Carlos I, ‘Cartas ao secretário particular, conde de Arnoso’, s.l., s.d., [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.ºs 2962, 3002 e 3011; Condessa de Sabugosa e de Murça, ‘Diário’, 29 de Abril de 1896.

¹¹⁸ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao seu secretário particular, conde de Arnoso’, Palácio da Ajuda, Julho de 1885, [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3163.

¹¹⁹ Condessa de Sabugosa e de Murça, ‘Carta para a filha Maria’, Mafra, 21 de Janeiro de 1891, [MOR1, Gaveta LI, Caixa 3, Maço 19], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

¹²⁰ *Tiro aos pombos*.

¹²¹ Não pudemos apurar a data de constituição do recinto de tiro aos pombos em Cascais, apenas que foi concedido pelo Ministério da Guerra ao Sporting Club de Cascais a 17 de Julho de 1910. No entanto, há notícias da sua existência anteriormente a esta data. ‘Registo das Sessões’, 17 de Julho de 1910 [Arquivos Associativos, Sporting Club de Cascais, Órgãos do Clube, Direcção, Registo das Sessões, Livro 10], Arquivo Histórico Municipal de Cascais, p. 11.

¹²² Condessa de Sabugosa e de Murça, ‘Diário’, 1 e 28 de Outubro de 1896, 8 de Outubro de 1898.

¹²³ Condessa de Sabugosa e de Murça, ‘Diário’, 25 de Outubro 1897.

A par desta actividade, surge também o tiro aos pratos, tendo a família real uma máquina própria para o fazer, no Palácio da Pena¹²⁴ e ainda o tiro com arco, como aconteceu no piquenique organizado pela rainha D. Maria Pia em Monserrate: “*Chegámos às 4 a Monserrat, Senhoras toilette claras. Homens toilette de campo. Passeou-se, atirou-se ao arco, todos os homens, a M[aria] Sabugosa, a R[ainha] e Maria Clementina. Primeiro prémio [ilegível], segundo o Bernardo [Pinheiro de Melo, conde de Arnoso], dizem que houve batota. Meninas ganhou a M[aria] Sabugosa que ganhou um berloque bonito.*”¹²⁵

Efectivamente, a partir do final do século XIX, a aristocracia começou a praticar outros desportos para além da caça: ténis, corridas de caça, golfe e pólo que, pela sua dificuldade e despesas que acarretavam, envolvidas numa rede pródiga de redes sociais, se tornaram igualmente um elemento de distinção¹²⁶. No caso português, para além do tiro aos pombos, aos pratos e ao alvo, contava-se também a prática por parte da família real do ténis.

A caça e a imagem pública da monarquia

Sendo a caça considerada um divertimento e uma das principais ocupações do rei D. Carlos, cabe questionar em que medida era vista como algo depreciativo, podendo causar alguns efeitos negativos na imagem pública do rei. Embora o papel do rei constitucional não fosse governar, mas sim o exercício dos seus poderes moderador e de representação da Nação Portuguesa, como eram consignados na Carta Constitucional de 1826, ser-lhe-iam permitidas outras actividades, no caso concreto a caça?

¹²⁴ Infante D. Manuel de Bragança, ‘Carta à Rainha D. Amélia’, s.l., 29 de Agosto de 1904, [Casa Real, Caixa 7363], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

¹²⁵ Condessa de Sabugosa e de Murça, ‘Diário’, 25 de Julho de 1896.

¹²⁶ J. Hernández Barral, ‘Polo: Social Distinction and Sports in Spain, 1900-1950’, *The International Journal of the History of Sport*, 36: 2-3, 2019, pp. 149-168.

Antes da sua subida ao trono, D. Carlos em carta ao seu futuro secretário particular, dava conta que outra das suas actividades de lazer, a pintura, estava relegada para segundo plano, pois dedicava-se quase em exclusivo à prática venatória: “*bem sabes que pinto pouco, a minha pintura é como as entradas de galinhas, uns anos dá muito e outros nada. As galinhas entraram em força e a minha pintura refloresceu nos intervalos, que as ditas me dão, que não são muitos. Em todo o caso aceita este pobre esboço que junto vai, desejaria pagar com algo de melhor, mas não o tenho, e vai havendo tantas galinhas que a pintura vai fenecendo, porque os extremos tocam-se*”¹²⁷.

A imagem do rei-caçador é já uma realidade logo no início do seu reinado. Pouco depois do *Ultimatum* inglês de 1890, o escritor Guerra Junqueiro (1850-1923) publica no livro *Finis Patriae*, o poema “O caçador Simão”, dedicado a Fialho de Almeida (1857-1911), no qual critica aberta e duramente a actividade venatória praticada por D. Carlos e a sua indiferença não só ao luto pelo seu pai, o rei D. Luís, mas sobretudo face à humilhação sentida pela nação face a Inglaterra. O apelo à revolução republicana e o incitamento ao regicídio, patentes nas últimas estrofes do poema, levaram ao afastamento de Guerra Junqueiro do grupo literário do Cenáculo e ilustram como, pelo menos os republicanos, condenavam esta prática, por desviarem o chefe de Estado da sua actividade política.

No entanto, também a aristocracia de corte condenava o excesso da prática venatória e tinha consciência dos efeitos que podia produzir na opinião pública. Embora já despontassem as noções de crueldade animal e o consequente surgimento de associações protectoras dos animais¹²⁸ e de preservação da natureza¹²⁹, a noção de direitos dos

¹²⁷ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular conde de Arnoso’, s.l., 3 de Dezembro de 1886, [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3183.

¹²⁸ Como a *Royal Society for the prevention of cruelty to animals*, fundada em 1824.

¹²⁹ M. Tichelar, ‘Royalty and opposition to blood sports in twentieth-century Britain: from Imperial spoils to wildlife conservation?’ *History*, 103, 2018, pp. 588-609.

animais dificilmente existiria no século XIX. Ainda assim, a caça começava a ser vista nalguns países europeus, como o Reino Unido, como o resultado da ociosidade e aborrecimento e, por isso, um comportamento disfuncional¹³⁰.

Quando em 1889 Agostinho Augusto Cabral publica a sua obra *Notícia histórica e estatística do Palácio e real tapada de Vila Viçosa*, na qual realça a actividade venatória de D. Carlos e D. Amélia, então ainda duques de Bragança, tem a preocupação de evidenciar e elogiar outras características dos futuros monarcas, nomeadamente as preocupações agrárias do Príncipe Real: “*muito se engana, quem cuida que só trata de recrear-se, não é somente honorífico o título que por aqui lhe damos, de Príncipe Lavrador*”; e da prática caritativa da princesa, visível na visita às escolas e no auxílio financeiro prestado em diversas ocasiões naquela vila¹³¹.

Já em 1891, o mordomo-mor da rainha, em resposta a uma sua carta, desaconselha-a a deslocar-se a Mafra para caçadas, numa época tão conturbada, pelo impacto que teria na opinião pública, mesmo havendo um desmentido público e apostando em actividades consideradas mais favoráveis à imagem da monarquia, como a visita a estabelecimentos de caridade, escolas ou instalações militares: “(...) La reine me fait l’honneur de me demander mon opinion sur un séjour à Mafra pendant le Carnaval. Je crains qu’aller trois jours à Mafra soit plus, pour un désir; se pose le deuil, des ennuis de la politique, etc, etc. Je vois aussi des journaux annoncer que «*A Família Real foi passar três dias a Mafra, onde estão organizadas caçadas, et, etc.*» On peut démentir, mais... En tout cas, si dans deux ou trois jours, le mouvement se calme un peu, si les esprits sont plus tranquilles, si il y a encore de temps de faire quelques visites à les établissements de charité, d’instruction, d’armée, Vôtres Majestés auront l’occasion de prendre une décision qu’il peut-être ne sera pas alors si inopportune et

¹³⁰ Taylor ‘Pig-Sticking Princes’: Royal Hunting, Moral Outrage, and the Republican Opposition to Animal Abuse in Nineteenth and, Early Twentieth-Century Britain’ pp. 30-48.

¹³¹ Cabral, *Notícia histórica e estatística do Palácio e real tapada de Vila Viçosa*, p. 86.

ne répéterai pas des interprétations si diverses. (...)”¹³² O que estava em causa foi aquilo que A. Taylor demonstrou para o caso inglês, nomeadamente a incoerência da caça com o papel filantrópico da monarquia. Em finais do século XIX, as funções da monarquia baseavam-se na noção de dever, devoção e beneficência, que colidiam abertamente com os prazeres da caça, entendida pelos críticos da monarquia como um luxo e excesso, ao desrespeitar a sua função natural, que seria reinar no sentido dos interesses do seus súbditos¹³³. Esta situação, verificada no Reino Unido e com alguma expressão em Portugal, afasta-se do que acontece em Espanha com Afonso XIII. Aqui, a construção da imagem do rei desportista, através da própria monarquia e que é visível na produção cinematográfica informativa que tem como principal sujeito o rei, este é identificado como caçador ou jogador de pólo¹³⁴, exaltando sua ociosidade. A vertente desportiva de D. Carlos é igualmente realçada na imprensa periódica portuguesa de forma propagandista. Na verdade, como José Sardica demonstrou, a imprensa periódica portuguesa durante o reinado de D. Carlos, é essencialmente militante, agitadora e pedagógica, com os seus interesses próprios ou dando voz ou a partidos ou facções políticos ou a lobbies comerciais e industriais¹³⁵. No caso do periódico intitulado *Tiro e Sport*, procurava-se propagandear a prática dos desportos e dos seus benefícios, mas também reinventar a imagem do rei D. Carlos e, em última análise do próprio regime monárquico, com o objectivo de

¹³² Conde de Sabugosa, ‘Carta à Rainha D. Amélia’, Lisboa, Santo Amaro, 10 de Fevereiro de 1890, [Casa Real, Caixa 7382], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

¹³³ Taylor, Pig-Sticking ‘Princes’: Royal Hunting, Moral Outrage, and the Republican Opposition to Animal Abuse in Nineteenth and, Early Twentieth-Century Britain’, pp. 30-48.

¹³⁴ J. Montero Díaz, M. Paz e J. Sánchez Aranda, *La imagen pública de la monarquía. Alfonso XIII en la prensa escrita y cinematográfica*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001, pp. 229-230.

¹³⁵ J. Sardica, ‘O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia Constitucional, *Análise Social*, n.º 203, XLVII (2.º), 2012, pp. 344-368.

conquistar a simpatia da opinião pública¹³⁶. Veja-se, por exemplo, a edição de 15 de Janeiro de 1904, na qual é elogiado o papel do rei como “*um devotado apóstolo de todos os exercícios de agilidade física, de todas as práticas de sport*”, incluindo o desporto náutico, a caça e o tiro. No entanto, estas características do rei são aliadas a outras qualidades, como ser “*o primeiro, o mais inteligente e mais solícito dos lavradores*” ou o “*primeiro cidadão português que honra a pátria*”. A própria actividade do tiro desportivo é exaltada como forma prática para a defesa da nação. Existe, portanto, a necessidade de justificar a prática da caça e em particular do tiro, como não sendo exclusivamente uma prática de ociosidade, mas que pode, pelo contrário ser vista como uma actividade patriótica. De resto, o mesmo artigo pretende diferenciar o próprio papel do rei na monarquia constitucional: “*O que sabemos é que o rei moderno vive com a nação e para a nação, dirigindo-a com o conselho, incitando-a com o exemplo, engrandecendo-a com o reflexo do prestígio próprio, enobrecendo-a com o reflexo do prestígio próprio, enobrecendo-a com as irradiações da nobreza dos seus actos; e o que sabemos sobretudo é que Portugal recebeu do alto divino condão de ter o modelo dos reis modernos na pessoa de sua majestade D. Carlos I*”¹³⁷.

A aristocracia em si era também alvo de ataques por parte da imprensa republicana: “*Em Lisboa, ser hoje representante duma casa aristocrática, é, com raríssimas excepções, ser um insignificante, um snob; e fazer serviço no Paço, a título de representante dessa casa, é um diploma de degradação mental*”¹³⁸. Estava subjacente a uma certa ideia de inutilidade era no entanto reconhecida pelos próprios, como o marquês de Alvito (1826-1917). Em carta ao conde de Arnoso (1855-1911), é o próprio rei D. Carlos que conta uma anedota acerca daquele:

¹³⁶ R. Correia, *Fichas Históricas, Tiro e sport*, Hemeroteca Digital, 2014. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/TiroeSport.pdf> (acedido em 29 de Setembro de 2019).

¹³⁷ *Tiro e Sport*, n.º 274, 15 de Janeiro de 1904, p. 1-2.

¹³⁸ *Primeiro de Janeiro*, s.n., 21 e 22 de Janeiro, s.a., APUD Marquês de Lavradio, ‘Carta ao conde de Sabugosa’, s.l., 22 de Janeiro, s.a., [Mordomia 28B, 9], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

*“Alguém num daqueles dias de beija-mão em que ele veste a velha farda suja de oficial-mor com algumas condecorações penduradas, pergunta-lhe por lisonja, ou por ironia, como obtivera essas condecorações, ele com aquela resposta em que há um misto de esperteza e cinismo: “Todas ganhei com as armas na mãos... nas matas de Vila Viçosa, Mafra e Alfeite, caçando aos coelhos com vários príncipes”*¹³⁹.

Já durante o reinado de D. Manuel II, a ideia de a caçada ser um divertimento incompatível com actividades de assumida responsabilidade permanece, alargada a outros grupos sociais, que não apenas à aristocracia. Em carta ao seu filho, D. Teresa Saldanha da Gama (1842-?), irmã de D. Isabel, dama camarista da rainha D. Amélia, comenta a sua opinião acerca do juiz de Tábua: *“Pareceu-me parvo, um homem jurisconsulto, que se entretém com pombos e coelhos e está dito tudo”*¹⁴⁰

Conclusão

A caça e a tapada são duas realidades indissociáveis ao longo da história, bem como da própria história da Casa Real Portuguesa. A monarquia constitucional veio abolir as coutadas abertas, restringindo a exploração cinegética e florestal às coutadas fechadas, ou seja, as tapadas. Durante este regime, as tapadas régias não possuíam uma administração autónoma, estando dependentes do almoxarifado correspondente, à excepção da Tapada da Ajuda. Esta situação reflectia-se igualmente no oficialato-mor da Casa Real. O ofício de monteiro-mor encontrava-se vago, tendo apenas o de coureiro-mor sido alvo de nomeações, muito embora se tratasse de um ofício honorífico, que apenas estaria presente em cerimónias da monarquia.

No período final da monarquia, a tapada não era utilizada exclusivamente para a prática venatória ou agro-pecuária, embora continuas-

¹³⁹ Rei D. Carlos I, ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, Paço da Pena, 3 de Setembro de 1902, [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal, n.º 3529.

¹⁴⁰ D. Teresa Saldanha da Gama, ‘Carta de para seu filho Francisco’, Torres Vedras, 7 de Julho 1908, Arquivo Ponte, n.º 494.

se a ser um local de recreio e diversão: desde passeios a pé, cavalo ou bicicleta, mas também para a recolha de espécies vegetais. No caso concreto da Tapada da Ajuda, assiste-se a uma abertura deste espaço social a outros grupos sociais, através da realização de exposições e quermesses, tornando-se por isso também espaços de beneficência e científicos, o que ocorrera ainda desde o reinado de D. Luís, com a inauguração do Observatório Astronómico de Lisboa. Isto significava que as tapadas se começavam a constituir como locais de interesse e de utilidade pública, e não somente destinadas ao recreio exclusivo da família real. Sendo estas medidas de iniciativa régia, poder-se-á supor então que existe um esforço consciente da monarquia para o alargamento destes espaços ao público em geral, em consonância com o que opinião pública esperaria de um monarca constitucional.

Por seu lado, a caça praticada não se resumia às tapadas régias, mas a outras propriedades da família real, como as pertencentes à Casa de Bragança, mas um pouco por todo o território nacional, estando dependentes das várias espécies caçadas: galinholas, codornizes, perdizes, patos, gansos, gamos, veados e porcos.

Sendo predominantemente uma actividade masculina, que permitia em algumas situações a dispensa da formalidade protocolar, há registo igualmente de ser uma diversão praticada também por senhoras, embora não sendo uma novidade da monarquia constitucional. Todavia, as caçadas estavam habitualmente arredadas das visitas oficiais dos soberanos estrangeiros, à excepção da visita de Afonso XIII de Espanha, em 1903. Pelo contrário, nas diversas visitas ao estrangeiro de D. Carlos elas sucedem-se amiúde, muito embora num contexto mais privado, a convite de alguns aristocratas europeus.

Outras actividades começavam a evidenciar-se, como o tiro aos pombos, não só durante as visitas oficiais, mas também durante o quotidiano régio e aristocrata, nomeadamente com a prática de tiro aos pombos ou aos pratos nos palácios régios, por um lado, e por outro, da existência em Cascais de um espaço destinado para o efeito, restrito e aristocrático.

Finalmente, importa realçar o impacto negativo que a caça pode causar à imagem pública do rei – e em última análise da própria monarquia, por estar associada ao recreio e ociosidade, afastando o mo-

marca das suas obrigações e deveres como chefe de um regime constitucional, cujas preocupações deveriam ser os cidadãos e o bem-estar nacional. Assim se compreendem os esforços, sobretudo por parte de alguns periodistas e escritores, não só da reabilitação da caça como uma forma de preparação da defesa nacional, como da componente física que se espera de um rei moderno, a par de outras qualidades, nomeadamente de promotor das actividades agrícolas e de filantropo.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Capítulo 1: Florestas de Encanto

Bibliografia

- Huzui-Stoiculesco, A., Stoiculescu, R. et al, 'A Double Landscape Shaped by a Century of Logging industry and Resort Development on Prahova Valley and the surrounding Mountains', *Environmental History in the Making: Acting*, vol. 2, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 113-143.
- Keyser, R., 'Wood for Burning: The continuity of Woodland Management in Medieval and early Modern France', *Environmental History in the Making: Explaining*, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 307-340.
- Martin, M., 'Peopling Landscapes Through Art', *Environmental History In The Making: Explaining*, Vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 17-30.
- Niemi, S., 'Exploring Environmental Literacy from a Historical Perspective: how Observations of the Artic Natural Environment by a nineteenth-Century Scholar Resulted in a Proposal for Establishing National Parks, in the Nordic Countries' in *Environmental History in the Making: Explaining*, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 49-69.
- Pfeifer, N., 'Cognition and Natural disasters: Stimulating an Environmental Historical debate', *Environmental History in the Making: Explaining*, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 3-15.
- Pinto, L., Ramisio, P., Melo, C., Vaz, E., 'A sustainable and symbiotic relationship between human occupation and a natural waterscape. The Afife case study, from the XIIth to the XXth century, *Working Papers*, 66, Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA), Universidade do Minho, Braga, 2016.
- Schama, S., *Landscape and Memory*, New York Vintage Books, 1996.
- Woitschová, K., 'Hidden Treasures: Challenging Traps of Historical Sources for Environmental History', in *Environmental History in the Making:*

Explaining, vol 1, (E. Vaz, C. Melo, L. Pinto, Eds), Switzerland, Springer, 2017, pp. 109-142.

Capítulo 2: Entre Luz e Sombras

Bibliografia

- Barros, C., *O Vitral em Portugal, Séculos XV-XVI*, 2.^a edição, Lisboa, INCM, 1988.
- Bergmann, U. et al., *Stained Glass. An Introduction based on examples from the Vitro Musée Romont*, Romont, Vitromomusée Romont, 2006.
- Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1988, 14.^a ed.
- Butts, B. and Hendrix, L., with the assistance of Scott C. Wolf et al., *Painting on Light, Drawings and Stained Glass in the Age of Dürer and Holbein*, Los Angeles, The J. Paul Getty Museum / The Saint Louis Art Museum, 2000.
- Cannon, L., *Stained Glass in the Burrell Collection*, Edinburgh, Chambers, 1991.
- Cowen, P., *English Stained Glass*, London, Thames and Hudson, 2008.
- Delgado, J. *Vitrais da Charola do Convento de Cristo em Tomar. História e Caracterização*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Conservação e Restauro – especialização em Vitral na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.
- Ferraz, D., ‘A Oficina de Ricardo Leone’, in *O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 86-93.
- Foister, S., *Art of Light, German Renaissance Stained Glass*, London, National Gallery Company / Yale University Press, 2007.
- Jorge, V., ‘Vitral Medieval, História, Técnica e Estética’, *Separata do Boletim Cultural na Assembleia Distrital de Lisboa*, II Série, n.º 87 / T 1, 1981.
- Lorentz, P., ‘Peindre sur la lumière: le vitral à la fin du Moyen Âge’, in *Vitral Ve-XXe Siècle*, sous la direction de Michel Hérold et Véronique David, préface de Roland Recht, Paris, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, 2014, pp. 111-146.
- Mergenthaler, M., ‘Introduction’, K. Tiedmann, *Painted on Glass and Light, Stained Glass Panels from the Gothic to the Baroque Period*, J.H. Röhl / Knof Museum Iphofen, 2009, pp. 1-20.

- O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000.
- Quintas, F., *Vitral: contemporaneidade e sedução do poder*, Tese de Doutoramento em Belas Artes / Especialidade de Pintura, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2014.
- Raguin, Virginia Chieffo, with a contribution from Mary Clerkin Higgins, *The history of stained Glass: the art of light medieval to contemporary*, London, Thames and Hudson, 2003.
- Reau, L., trans. D. Alcoba, *Iconografia del Arte Cristiano, Iconografia de la Biblia, Nuevo Testamento*, Tomo 1 / Volumen 2, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996.
- _____, Louis, trans. D. Alcoba, *Iconografia del Arte Cristiano, Iconografia de los Santos*, Tomo 2 / Volumen 3, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1997.
- Redol, Pedro, *O Mosteiro da Batalha e o Vitral em Portugal no Séculos XV e XVI*, Câmara Municipal da Batalha, 2003.
- _____, ‘O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI, Contributos para o seu Estudo’, in *O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 12- 43.
- _____, ‘Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha’, 1.^a parte, in *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 1, Leiria, Textiverso, Maio, 2014, pp. 159-168.
- _____, ‘Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha’, 2.^a parte, in *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 1, Leiria, Textiverso, Ago. 2014, pp. 107-120.
- Redol, P., Delgado, J., e Vilarigues, M., ‘Stained Glass from the Convent of Christ in Tomar, Portugal: History and Characterization’, *Journal of Glass Studies*, Corning Museum of Glass, vol. 53, 2011, pp. 246-251.
- Riviale, L., ‘Nature et fonctions spécifiques du vitrail. Autor des troubles religieux du XVI^e siècle’, *Vitral Ve-XXe Siècle*, sous la direction de Michel Hérold et Véronique David, préface de Roland Recht, Paris, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, 2014, pp. 223-246.
- Santos, R., ‘Apontamentos para a História do Vitral no século XX’, in *O Vitral, História, Conservação e Restauro*. Encontro Internacional – Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, Ministério da Cultura / IPPAR, 2000, pp. 68-85.

- Shepard, M., Pilosi, L. and Strobl, S. (ed.), *The Art of Collaboration. Stained-Glass Conservation in the Twenty-First Century, Corpus Vitrearum United States of America Occasional Papers II*, Harvey Miller Publishers for the America Corpus Vitrearum, Inc. / An imprint of Brepols Publishers, 2010.
- Tiedmann, K., *Painted on Glass and Light, Stained Glass Panels from the Gothic to the Baroque Period*, J.H. Röhl / Knof Museum Iphofen, 2009
- Vieira, S., *Para a História do Vitral em Portugal no século XX – as principais oficinas e o papel dos artistas plásticos*, dissertação de Mestrado / Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- Vilarigues, M., *Estudo do efeito da adição de iões metálicos na corrosão de vidros potássicos*, Tese de Doutoramento / Especialidade em Ciências da Conservação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2008
- Vitral Ve-XXe Siècle*, sous la direction de Michel Hérold et Véronique David, préface de Roland Recht, Paris, Éditions du Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, 2014.

Webgrafia

- <https://sammlung.staedelmuseum.de/en/work/sketch-for-a-glass-painting-with-st-george> consultado em 2 de Junho de 2020
- <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/467832?searchField=All&sortBy=Relevance&ft=41.170.100&offset=0&rpp=20&pos=1> consultado em 2 de Junho de 2020
- <http://www.cathedrale-chartres.org/vitraux-cathedrale-chartres.php?id=2> consultado em 2 de Junho de 2020
- <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/471881> consultado em 2 de Junho de 2020
- <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/201428> consultado em 2 de Junho de 2020
- <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/16416> consultado em 2 de Junho de 2020

Capítulo 3: À Mesa Com a Floresta

Bibliografia

- Calado, R., *Faiança Portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro*, Porto: Câmara Municipal Porto, 2003.
- Cardoso, G., Gomes, J., Rodrigues, S., Batalha, L. ‘A produção oleira renascentista na bacia hidrográfica do baixo Tejo’, *Al-Madan Online. II.ª Série*, 20 (2), 2016, pp. 54-63.
- Carmona, R., Santos, C., *A Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV e XVI*, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 2005.
- Casimiro, T., ‘Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística’ *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, 2013, pp. 355-373.
- , Gomes, M. (eds.), *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2016, pp. 449-472.
- , T., *Portuguese Faience in England e Ireland*. British Archaeological Reports (B.A.R.), Oxford: Archaeopress, 2011.
- Castro, A., Paula, N., Torres, J., Curado, T., Teixeira, A., ‘Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa)’ *II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, pp. 1713-1731.
- Correia, Virgílio (1926) *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos da Mui Nobre e sempre Leal Cidade de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Gomes, M., Casimiro, T., Manuel, ‘Break the Code. A Contribution to the Classification e Interpretation of Portuguese Faience iconography (16th-18th centuries). Anthropomorphic representations as a case study’, in Gomes, R.
- Gomes, M., Casimiro, T., *On the World's Routes. Portuguese Faience (16th-18th centuries)*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2013.
- , ———, ‘Know the ropes’ – Boat representation in 17th and 18th centuries Portuguese tin glaze ware, *Proceedings IKUWA6*, Oxford: Archaeopress, 2020, pp. 73-90.
- Hamilakis, Yannis, *Archaeology and the Senses: Human Experience, Memory, and Affect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

- Henriques, J., Filipe, V., Casimiro, T.; Krus, A., ‘Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa)’, in: *Fragmentos de Arqueologia, Extrair e Produzir... Dos primeiros artefactos à Industrialização*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa, 2019, pp. 108-120.
- Lawrence, A., Hawthorne W., *Plant identification. Creating User-Friendly Guides for Biodiversity Management*, London, Routledge, 2006.
- Mangucci, C., ‘Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados dos séculos XVI aos meados do século XVIII’ *Almadan*, 1996, pp. 155-168.
- Matos, M., *A Casa das Porcelanas Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.
- Sebastian, Luís, *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Torres, C., *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na Cintura de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2010.
- Zorzi, F., ‘Approaches to the presence of Portuguese Faianças in the Archaeology of Buenos Aires, Argentina, in: Mário Gomes, Tânia Casimiro e Rosa Gomes (eds), Proceedings of the first International conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)’, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2016, pp. 345-354.

Capítulo 4: Floresta em Movimento

Fontes

Fontes Manuscritas

- Arquivo Alfredo Pimenta (AAP), Cota: 10-8-13-34 (*Livro de estatísticas do Município de Guimarães, (1867-1870)*).
- Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Publicas (BAHOP)
- BAHOP, Direção Geral do Comercio e Industria (DGCI), Repartição de Agricultura (RA), 1.ª Secção, Documentos Respeitantes a informações dos Governos Civis acerca do estado da agricultura nos respetivos distritos, 1860-1880.
- BAHOP, Ministério do Reino, MR-1, Livro único 1755-1812
- BAHOP, Ministério do Reino (MR) – 34-Documentos relativos a obras e administração das lezírias do Tejo, caixa 1756-1821.

- BAHOP, Ministério do Reino MR 43 – Correspondência do Conde de Valadares Encarregado das Obras do Ribatejo 1783-1790
- BAHOP, Montaria Mor do Reino, MMR1, Registo de Correspondência 1755-1796.
- BAHOP, Montaria Mor do Reino, MMR 17, Licenças de Cortes (1624-1833)
- BAHOP, Montaria Mor do Reino, MMR 2, Livros de Registo de Correspondência 1721-1777.
- BAHOP, Montaria Mor do Reino, MMR 20-27, Corridas (1774-1779)
- Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Manuscritos Reservados

Fontes impressas

- Cabral, E., ‘Memória Sobre Os Danos Causados Pelo Tejo Nas Suas Ribanceiras’, *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo I, José Luís Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 177-204.
- , ‘Memória Sobre Os Danos Do Mondego No Campo De Coimbra, E Seu Remédio’, *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991[1790], pp. 141-165.
- Câmara, M. ‘Ensaio De Descrição Física, E Económica Da Comarca Dos Ilhéus Na América’, *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1789], pp. 229-260.
- Castro, J. ‘Memória Sobre O Malvaíscio Do Distrito Da Vila Da Cachoeira No Brasil’, In *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 281-286.
- Censo No 1.º De Janeiro 1864 / Repartição De Estatística Do MOPCI*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Daniel, J., *Quinta Parte Do Thesouro Descoberto No Rio Maximo Amazonas: Contém Hum Novo Methodo Para A Sua Agricultura, Utilissima Praxe Para A Sua Povoação, Navegação, Augmento, E Commercio, Assim Dos Indios Como Dos Europeôs*, Rio De Janeiro, Imprensa Régia, 1820.
- Garcia, M., *Dissertação Inaugural Para O Acto De Conclusões Magnas*, Coimbra, Imprensa Da Universidade, 1862.
- Lago, A., *Estatística Histórico-Geográfica Da Província Do Maranhão Oferecida Ao Soberano Congresso Das Cortes Gerais E Extraordinárias E Constituintes Da Monarchia Portuguesa, Por António Bernardino Pe-*

- reira Do Lago, Coronel Do Corpo De Engenheiros*, Lisboa, Na Typ. Da Academia Real Das Ciências, 1822.
- Lobão, M., *Tractado Pratico E Compendiario Das Águas, Dos Rios Públicos, Fontes Públicas, Ribeiros E Nascentes Dellas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827.
- Lobo, C., *Resistência Das Madeiras Do Brasil*, Constantino António Botelho De Lacerda Lobo, 1808, Biblioteca Nacional De Portugal, Reservados, Manuscritos Reservados, 1808.
- Loureiro, J. ‘De Transplantação Das Árvores Mais Úteis De Países Remotos’ *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991, pp. 119-126.
- Magalhães, J. ‘Relatório Sobre A Arborisação Dos Terrenos Baldios No Concelho De Peniche’, In *O Archivo Rural; Jornal De Agricultura, Arte E Sciencias Correlativas*, Vol. VI, 1864, pp. 541-546.
- Mesquita, J., *Observações Practicas Sobre A Plantação Das Arvores, Offerecidas Ao Ill[ustríssi]Mo E Ex[celentíssi]Mo S[E]N[Ho]R D[Om] Rodrigo De Sousa Coutinho, Ministro, E Secretario De Estado Da Repartição Da Fazenda, Do Concelho De Principe Regente Nosso Senhor, Junto Á Sua Real Pessoa, Presidente Do Real Erario, Que Dedicou Em Huma Conciza Memoria, João Manoel De Campos E Mesquita*, 1801, Manuscrito, Biblioteca Nacional De Portugal, Reservados Manuscritos, 180.
- Mineiro, A., ‘A Propósito Das Medidas E Da Opção Política De Reedificar A Cidade De Lisboa Sobre Os Seus Escombros, Após O Sismo De 1 De Novembro De 1755: Reflexões’, In *1755: O Grande Terramoto De Lisboa*, Vol. I: Descrições, 2000, pp. 189-236.
- Portugal, T., ‘Memória Sobre A Cultura Dos Terrenos Que Há No Termo De Ourém’, In *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo II, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991, pp. 295-306.
- Regimento Para O Guarda Mor Dos Pinhais De Leiria E Superintendente Da Fabrica Da Madeira*, De 18 De Outubro De 1751, Biblioteca Nacional De Portugal.
- Relatório Da Arborização Geral Do País*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Ribeiro, C. E Delgado, N., *Relatório Da Arborização Geral Do País*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Vandelli, D., *Aritmética Política E Finanças 1770-1804*, Lisboa, Banco De Portugal, 1994.

- _____, ‘Memória Sobre Algumas Produções Naturais Das Conquistas, As Quais Ou São Pouco Conhecidas, Ou Não Se Aproveitam’ *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991, pp. 143-155.
- _____, ‘Memória Sobre As Produções Naturais Do Reino, E Das Conquistas, Primeiras Matérias De Diferentes Fábricas, Ou Manufacturas’ *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991[1789], pp. 229-260.
- _____, ‘Memória Sobre O Encanamento Do Mondego’ *Memórias Económicas Da Academia Real Das Ciências De Lisboa 1789-1815*, Tomo III, J. Cardoso (Dir.), Lisboa, Banco De Portugal, 1991 [1790], pp. 13-19.

Bibliografia

- Agar, N. *The Sceptical Optimist: Why Technology Isn't The Answer To Everything*, Oxford UK, Oxford University Press, 2015.
- Almeida, P. E Sousa, P. E (Coord.), *Do Reino À Administração Interna, História De Um Ministério (1736-2012)*. Lisboa: INCM E Ministério Da Administração Interna, 2015, pp. 574 ss.
- Amorim, I., Polónia, A. E Osswald, M., Porto (Ed), ‘Fomento E Ordenamento Florestal Nas Regiões Litorais Durante A Época Moderna’, *O Litoral Em Perspectiva Histórica (Séc. XVI A XVIII)*, Porto, Instituto De História Moderna, 2002, pp. 172-173.
- Barros, A., ‘O Porto De Viana E A Construção Do Cais Da Alfândega (1631- 1633)’, *Revista Da Faculdade De Letras*, III Série, Vol. 7, N.133, (2006), pp. 133-147;
- _____, *A Construção De Um Espaço Marítimo No Início Dos Tempos Modernos*, Lisboa, Academia de Marinha, 2015.
- Brach, F. ‘Syncretism And Shared Production Of Knowledge In 18th Century Portuguese India’, *Peoples Natures And Environment*, A. Roque E C. Veracini (Ed.), Chapter 19, Cambridge UK, Cambridge Scholaras Publishing, 2019, pp. 266-289.
- Cabral, D. e Cesco, S., ‘Árvores Do Rei, Florestas Do Povo: A Instituição Das ‘Madeiras De Lei’ No Rio De Janeiro E Na Ilha De Santa Catarina (Brasil) No Final Do Período Colonial’, *Luso-Brazilian Review*, Vol.44, N2, 2007. ISSN 0024-7413, University Of Wisconsin System.

- Cardim, P., ‘Centralização Política E Estado Na Recente Historiografia Sobre O Portugal De Antigo Regime’, *Nação E Defesa*, 87, Outono 98, 2.^a Série, Lisboa, Instituto De Defesa Nacional, 1998, pp. 129-158.
- , P., ‘Religião E Ordem Social Em Torno Dos Fundamentos Católicos Do Sistema Político Do Antigo Regime’, *Separata Da Revista De História Das Ideias*, Vol. 22, Coimbra, Faculdade De Letras, 2001, pp. 133-174.
- Carvalho, T., ‘From Fieldwork To Books: The Gathering Of Information By Portuguese Imperial Agents And Its Circulation In Early Modern Botanical Treatises’, *Peoples Natures And Environment*, A. Roque E C. Veracini (Ed.), Chapter 18, Cambridge UK, Cambridge Scholars Publishing, 2019, pp. 252-265;
- Congost, R., Gelman, J., Santos, R., ‘Property Rights In Land: Institutions, Social Appropriations, And Socioeconomic Outcomes’, *Property Rights In Land: Issues In Social, Economic And Global History*, Abingdon, Oxon E New York, Routledge, 2017, pp. 177-204.
- Cordeiro, J. *Indústria E Energia Na Bacia Do Ave (1845-1959)*, Texto Policopiado – Trabalho De Síntese Para Provas De Aptidão Pedagógica E Capacidade Científica, Universidade Do Minho, Braga, 1993.
- Costa, L., ‘A Indústria. A Construção Naval’, *História De Portugal. No Alvorecer Da Modernidade*, Vol3. Lisboa, Círculo De Leitores, 1995.
- Costa, L., Laíns, P., Munch, S., *História Económica De Portugal 1143-2010*, 3.^a Edição, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 2014, 539pp.
- Curto, D., ‘Conclusões: Nobreza Manuelina E Seus Descendentes’, *D. Álvaro Da Costa E A Sua Descendência, Séculos XV-XVII: Poder, Arte E Devoção*, (Coord. Maria Lurdes Rosa), Lisboa, IEM – Instituto De Estudos Medievais, CHAM – Centro De Estudos De Além-Mar, Lisboa, Caminhos Romanos, 2013, pp. 343-359.
- , *A Cultura Política Em Portugal (1578-1642). Comportamentos, Ritos E Negócios, Tese De Doutoramento Em Sociologia Histórica Apresentada À Faculdade De Ciências Sociais E Humanas Da Universidade Nova De Lisboa*, Lisboa, 1994.
- Devy-Vareta N., ‘Para Uma Geografia Histórica Da Floresta Portuguesa: As Matas Medievais E A ‘Coutada Velha, ‘Do Rei’, *Revista Da Faculdade De Letras – Geografia*, 1.^a Série, Vol. I, 1985, pp. 47-67.
- , ‘Para Uma Geografia Histórica Da Floresta Portuguesa: Do Declínio Das Matas Medievais À Política Florestal Do Renascimento (Séc. XV E XVI)’, *Revista Da Faculdade De Letras – Geografia*, 1.^a Série, Vol. I, 1986, pp. 5-37.

- Devy-Vareta, N. E Alves, A. 'Os Avanços e Recuos Da Floresta Em Portugal – Da Idade Média Ao Liberalismo', *Floresta E Sociedade: Uma História Em Comum*, Vol.7, Lisboa, FLAD/Publico/LPN, 2007, pp. 55-75.
- Domingues, Â., 'Uma Cidade À Beira-Mar: O Rio De Janeiro No Cenário Da Guerra De Sucessão', *Portuguese Studies Review*, Volume 22, N.º 2, December 2014, pp. 119-145. (ISSN 1057-1515).
- Fernandes, M., 'Silent Passengers – On The Long-Distance Transportation Of Plants Across Oceans In The Era Of Navigations', *Peoples Natures And Environment*, A. Roque, C. Veracini (Ed.), Chapter 17, Cambridge UK, Cambridge Scholars Publishing, pp. 238-251.
- Fonseca, H. e Santos, R., 'Três Séculos De Mudanças No Sector Agrário Alentejano: A Região De Évora Nos Séculos XVII A XIX', *Ler História*, N. 40, 2001, pp. 43-94.
- Fonseca, H., 'A Ocupação Da Terra', *História Económica De Portugal*, Vol. II, O Século XIX, pp. 83-118, Lisboa, ICS, 2005.
- Francesco, *Laudato Si. Sobre O Cuidado Da Casa Comum*, Lisboa, Paulinas, 2015.
- Gomes, R. E Monchet, K. (Coord.), *Árvores, Barcos E Homens Na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, IAP/Instituto De História Contemporânea-IHC, 2017.
- Gomes, R. E Gomes, M. (Coord.), *Portugal, The Management Of Iberian Forest Resources In The Early Modern Shipbuilding: History And Archaeology*, Lisboa, Forseadiscovery Project (PITN-GA-2013-607545) /Instituto De Arqueologia E Paleociências- IAP, 2015.
- Gonçalves, J., *Em Louvor Da Vida E Da Morte*, Lisboa, Colibri, 1998.
- Hall, M., 'The High Art Of Rewilding: Lessons From Curating Earth, In *Rewilding*, N. Pettorelli, S. Durant, & J. Du Toit, Cambridge, Eds., Cambridge, Cambridge University Press: Chap. 11, 2019, pp. 201-221.
- _____, *Restoration And History: The Search For A Usable Environmental Past (Studies In Modern History)*, Newyork And UK, Routledge, 2014.
- Hespanha, A., *Guiando A Mão Invisível. Direitos, Estado E Lei No Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004.
- Láins, P., *A Economia Portuguesa No Séc. XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa Da Moeda, 1995.
- _____, *Os Progressos Do Atraso: Uma Nova História Económica De Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS, 2003.
- Maltez, J., 'O Estado E As Instituições', *Nova História De Portugal. Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica*, (Dir. J. Serrão E A. Marques,

- Coord. Do Volume, J. Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 337-412.
- Martins, C., *Vinha, Vinho E Política Vinícola Em Portugal: Do Pombalismo À Regeneração*, Tese De Doutoramento Em História Contemporânea, Apresentada Na Universidade De Évora, Texto Policopiado, Évora, 1998.
- Melo, C., *Coutadas Reais Entre 1777-1824. Privilégio, Poder, Gestão E Conflito*, Lisboa, Montepio-Geral, 2000.
- , ‘The Primacy Of Goodness: The Naturalisation Of Species And The Will To Do Well In The 19th Century’ In *Peoples Natures And Environment*, A. Roque, C. Veracini (Ed.), Chapter 14, Cambridge UK, Cambridge Scholars Publishing, 2019, pp. 195-207.
- , ‘The Royal Preserves Portugal In The Modern Age: A Proto-Laboratory Of Forestry?’ In *Árvores, Barcos E Homens Na Península Ibérica (Séculos XVI XVIII)*, Lisboa, IAP/Instituto De História Contemporânea, 2017, pp. 117-124.
- , *An Analysis Of The Royal Preserves In Portugal. Issues Of Privilege, Power, Management And Conflicts*, Sheffield, Wildtrack, 2015.
- , *Arborizar Contra Cheias Tempestades E Marés (1834 1886). Políticas De Águas E De Florestas Em Portugal*, Zaragoza, IAP/IHC/Portico, 2017.
- Monchet, K. e Santos, A., ‘Forestry And Timber Supply In The Royal Forests Of The Iberian Peninsula Through 16th Century’, *Skyllis: Journal For Underwater Archaeology*, 15-1, 2016, pp. 62-68.
- Monteiro, N. e Costa, F., *As Comendas Das Ordens Militares: Comendadores E Rendeiros 1668-1832, Relatório Apresentado Á Junta Nacional De Investigação Científica* – JNICT, Lisboa, 1995, (Mimeo).
- Monteiro, N., Cardim, P., Cunha, M. (Ed.) *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas Do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa De Ciências Sociais, 2005.
- Munasinghe, M., *Sustainable Development In Practice*, UK, New York, Cambridge University Press, Cambridge, 2009.
- Neves, C. (Coord), *História Florestal, Aquícola E Cinegética*, 6 Vols., Lisboa, Ministério Da Agricultura E Pescas – Direcção-Geral Das Florestas, 1980-1991.
- Nunes, A. ‘Quadros Da Vida Militar: Das Ordenações Sebásticas Às Invasões Francesas’, *Nova História Militar De Portugal*, (Dir. Manuel Themudo Barata E Nuno Severiano Teixeira), Vol. 5, Lisboa, Círculo De Leitores, 2004, pp. 45-98.

- Oliveira, J., *A Beira Alta De 1700-A 1840. Gentes E Subsistências*, Viseu, Palimage, 2002.
- Optima Pars*, Projecto De Investigação Financiado Por FCT No Instituto De Ciências Sociais Da Universidade De Lisboa Sob A Orientação Do Prof. Nuno Gonçalo Monteiro, E A Coordenação Do Prof. Doutor António Manuel Hespanha, 1996-1999.
- Pádua, J., *Um Sopro De Destruição: Pensamento Político E Crítica Ambiental No Brasil Escravista, 1786-1888*, Rio De Janeiro, Zahar, 2002.
- Paiva, J., 'Um Corpo Entre Outros Corpos Sociais: O Clero', *Revista De História Das Ideias*, Vol. 33, 2012, pp. 165-182.
- Pedreira, J., *Estrutura Industrial E Mercado Colonial. Portugal E Brasil, 1780-1830*, Lisboa, Difel, 1994.
- , 'From Growth To Collapse. The Breakdown Of The Old Colonial System. Portugal And Brazil (1750-1830)', *The Hispanic American Historical Review*, Vol.80, N.4, 2000, pp. 839-865.
- Pereira, J. 'A Estrutura Social E O Seu Devir', *Nova História De Portugal. Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica*, (Dir. J. Serrão E A. Marques, Coord. Do Volume, J. Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.
- Pereira, J., Rego, F., Silva, J., Silva, T. [Eds], *Incêndios Florestais Em Portugal: Caracterização, Impactes E Prevenção*, Lisboa, ISA Press, 2006.
- Pfister, C., *Strategien Zur Bewältigung Von Naturkatastrophen Seit 1500, Am Tag Danach Zur Bewältigung Von Naturkatastrophen In Der Schweiz 1500-2000*, Bern, Haupt, 2001, pp. 209-255.
- Polónia, A., Domingues, F. Coords, *Shipbuilding: Knowledge And Heritage*, Porto, CITCEM – Centro De Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço E Memória, 2018.
- Queiroz, A., *A Paisagem De Terras Do Demo*, Lisboa, Gulbenkian/Esfera Do Caos, 2009.
- Radich, M. E Alves, A., *Dois Séculos De Floresta Em Portugal*, Lisboa, Edições CELPA, 2000.
- , 'A Agronomia Portuguesa No Século XIX', *Ler História*, N. 14, 1988, pp. 87-99.
- , *Agronomia No Portugal Oitocentista: Uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996.
- Ramos, L., *D. Maria I*, Lisboa, Círculo De Leitores, 2015 [2007].
- Ramos, R. (Coord.), Sousa, B. E Monteiro, N., *História De Portugal*, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 4.^a Ed., 2010, p. 975.

- Rego, F., *Florestas Públicas*, Lisboa, Direcção-Geral Das Florestas, 2001.
- Reis, J., *O Atraso Económico Em Perspectiva Histórica: Estudos Sobre A Economia Portuguesa Na Segunda Metade Do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa Da Moeda, 1993, pp. 87-155;
- Roboredo, F. e Pais, J., ‘A Construção Naval E A Destruição Do Coberto Florestal Em Portugal – Do Século XII Ao Século XX’, *Ecologia*, Vol.4, 2012, pp. 31-42.
- _____. e _____, ‘Evolution Of Forest Cover In Portugal: A Review Of The 12th –20th Centuries’, *Journal Of Forestry Research*, Vol. 25, N2, 2014, pp. 249-256.
- Rodrigues, T., *História Da População Portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2008.
- Rollo, M., Nunes, M., Pina, M., Queiroz, M. (Coords), *Espaços E Actores Da Ciência Em Portugal (XVIII-XX)*, Casal De Cambra, Caledoscópio, 2014.
- Salgueiro, A., Nunes, M., Rollo, M., Lopes, Q., *Internacionalização Da Ciência. Internacionalismo Científico*, Casal De Cambra, Caledoscópio, 2014.
- Santos, R. e Roxo, M., ‘A Tale Of Two Tragedies: The Case Of The Commons Of Serra De Mértola In The Alentejo (Southern Portugal) And Its Privatization, Eighteenth To Twentieth Centuries’, In *Rural Societies And Environments At Risk: Ecology, Property Rights And Social Organisation In Fragile Areas (Middle Ages-Twentieth Century)*, Bas Van Bavel E Erik Thoen (Eds.), Turnhout, Brepols, 2013, pp. 115-144.
- Santos, R. e Serrão, J., ‘Property Rights, Social Appropriations And Economic Outcomes: Agrarian Contracts In Southern Portugal In The Late 18th Century’, In *Property Rights, Markets In Land And Economic Growth In Europe, 13th-19th Centuries*, Turnhout, Brepols, Gérard Béaur E Phillipp Schoffield (Eds.), 2013, pp. 475-494.
- Serrão, J. e Santos, R., ‘Land Policies And Land Markets: Portugal, 18th To 19th Century’, In, *Property Rights, Markets In Land And Economic Growth In Europe, 13th-19th Centuries*, Gérard Béaur E Phillipp Schoffield (Eds.), Turnhout, Brepols, 2013, pp. 317-341.
- Silbert, A., *Le Portugal Méditerranéen A La Fin De l’Ancien Régime XVIII-Début Du XIX Siècle.*, 2.^a Ed., 3 Vols., Lisboa, I.N.I.C., 1979.

- Silveira, L., Alves, D., Lima, N., Alcântara, A. e Puig, J., 'The Evolution Of Population Distribution On The Iberian Peninsula. A Transnational Approach (1877-2001)' In *Historical Methods. A Journal Of Quantitative And Interdisciplinary History*, Vol. 46, 2014, pp. 157-174.
- Solórzano, A., Cabral, D., Oliveira, R., 'Revealing Hidden Forest Dialogues: Species Introduction, Charcoal Production And The Environmental History Of Rio De Janeiro's Urban Forests' In *Environmental History In The Making*, Vol II: Acting, Coord C. Melo; E. Vaz, L.Pinto, Switzerland, Springer, 2017, pp. 219-237.
- Versos, M., *Os Cavaleiros Da Ordem De S. João De Malta Em Portugal De Finais Do Antigo Regime Ao Liberalismo [Texto Policopiado]*, Orientação: Diogo Ramada Curto, Tese De Mestrado Em Sociologia E Economia, Faculdade De Ciências Sociais E Humanas Da Universidade Nova De Lisboa, Lisboa, 2003.
- Vicente, A. E Araújo, A., 'Memória E Mitos Da Guerra Peninsular Em Portugal. A Historia Geral Da Invasão Dos Franceses De José Acúrsio Das Neves', *Revista De História Das Ideias*, Vol. 2, 2008, pp. 241-274.

Webgrafia

- 'População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários', 2011 <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-512> acessado em 20 de Novembro de 2019.
- Arroyo, F. e Monchet, K., '*Recursos naturales en la Península Ibérica: los aprovechamientos forestales e hídricos (siglo XV-XIX)*', in *Revista Tiempos Modernos*, vol 9, n.39 (2019), pp. 279-543. <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm> acessado em 15 de Dezembro de 2019.
- Carvalho, A. e Pádua, J., l. 'Dossier, História e natureza na América Latina', *Fronteiras*, vol. 7, no.3 2018, pp. 11-20 DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2018v7i3>
- Domingues, Â. e Garcia, C. 'Viagens Científicas e Coleccionismo no Mundo Ibérico (séculos XVIII-XX)', *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, dossier temático, vol. 71 n.º 2, 2019, p. 269, pp. 1-4. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12>
- Domingues, Â., 'Museus, Colecionismo e Viagens Científicas em Portugal de Finais de Setecentos' *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 71, no.2, julio-diciembre, 2019, p. 271 [pp. 1-19] ISSN-L: 0210-4466 <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12>

- Fernandes, M., ‘Acácias Errantes acácias Infestantes: notas de ascensão e queda de uma utopia florida’ in *Lucanos, Ambiente e Sociedade*, Vol II, 2018, pp. 180-191. http://www.lucanus.cm-lousada.pt/wp-content/uploads/2017/11/2018_Lucanus.pdf
- Fonseca, H., *A Indústria Naval Baiana: A Contribuição da Comarca de Ilhéus na Última Década do Século XVIII*, Mestrando em História Social/UFBA, http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/halysson_gomes_da_fonseca.pdf
- _____, *Devastação e Conservação das Florestas na Terra de Tinharé (1780-1801)*, Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História, desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Hilda Baqueiro Paraiso e Coorientação da Prof.^a Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas, 2010, https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2010_fonseca_halysson_gomes_da_devastacao_e_conservacao_das_florestas_na_terra_de_tinhare_1780-1801.pdf
- Gonçalves, J., ‘A responsabilidade ambiental uma leitura medieval paradigmática: Redução das Ciências à Teologia de S. Boaventura’, *Veritas*, v.40, n.159, (1995). <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35995> DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.1995.159.35995>
- Melo, C., ‘Menos Coutadas Melhores Pinhais: Império, Inundações, Fisio-cracia, Guerra e Especialização das Matas Reais em Portugal (1777-1824)’, in *Revista Tiempos Modernos*, vol 9, n.39, pp. 456-487. <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm> acedido em 15 de Dezembro de 2019.
- Monchet, K., ‘Guerra y Deforestación en el Reino de Portugal (siglos XVI-XVII)’, *Tiempos Modernos*, vol.9, no.39, 2019, pp. 396-425. <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm> acedido em 15 de Dezembro de 2019.
- Neto, M., *Terra e Conflito. Região de Coimbra 1700-1834*, 2.^a ed., Palimage, Viseu, (2018[1997]), 532 pp, pdf-ACADEMIA. https://www.academia.edu/38306409/Terra_e_Conflito acedido em
- UNO, ‘Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development’, United Nations A/RES/70/1 General Assembly, 21 October 2015 Seventieth session Agenda items 15 and 116 15-16301 (E) *1516301*, Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E, acedido em 10 de Outubro de 2018.

Capítulo 5: Tapadas e caçadas Reais

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Casa de Bragança

‘Lista de caçadores e caça’, Tapada Real do Paço de Vila Viçosa, 20 de Dezembro de 1895, [Arquivo Soveral, P34, 127] Arquivo Histórico da Casa de Bragança.

Carlos I, Rei D., ‘Carta ao marquês de Soveral, Monte Real’, Vendas Novas, 10 de Fevereiro de 1907, [Arquivo Soveral, P 8, 25], Arquivo Histórico da Casa de Bragança.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

‘Despesas da jornada de Suas Majestades a Coimbra em Junho de 1892’, s.l., 17 de Setembro de 1892, [caixa 239, doc. 13], Arquivo Histórico do Tribunal de Contas.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

‘Registo das Sessões’, 17 de Julho de 1910 [Arquivos Associativos, Sporting Club de Cascais, Órgãos do Clube, Direcção, Registo das Sessões, Livro 10], Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Arquivo Histórico Parlamentar

‘Ofícios do estribeiro-mor ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra’, Repartição das Reais Cavalariças, 12 e 19 de Dezembro de 1892, [Comissão de inquérito entre Tesouro Público e Família Real, 1895-1909, cx 408], Arquivo Histórico Parlamentar.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Bragança, Infanta D. Antónia de, ‘Carta ao rei D. Luís I’, Sigmaringen, 30 de Julho de 1887, [Casa Real, Caixa 7335, 16/310/57], Arquivo Nacional, Torre do Tombo.

Bragança, Infante D. Manuel de, ‘Carta à Rainha D. Amélia’, s.l., 29 de Agosto de 1904, [Casa Real, Caixa 7363], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

‘Carta do Inspector do Real Palácio à Rainha D. Amélia’, s.l., 13 de Setembro de 1901, [Casa Real, caixa 7379], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

‘Folha dos ordenados’, meses de Dezembro, 1889-1907, [Casa Real, caixas 5607; 5641; 5684; 5717; 5797; 5831; 5831; 5897; 5930; 5963; 6076; 6114; 6155; 6196; 6242], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

‘Índice de Correspondência expedida’, [Ministério do Reino, Livro 2347, n.º 249], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

‘Nomeação de Cantora da Real Câmara’, [Lisboa], 11 de Fevereiro de 1893, [Casa Real, Mordomia-mor, Livro 30], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

‘Ofício do Almojarife de Queluz ao Administrador da Fazenda da Casa Real’, [Queluz], 9 de Dezembro de 1904 [Casa Real, caixa 5887], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

‘Regimento do Monteiro Mor destes Reinos de Portugal’, 1605 [Manuscrito da Livraria, livro 1221], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Sabugosa, Conde de, ‘Carta à Rainha D. Amélia’, Lisboa, Santo Amaro, 10 de Fevereiro de 1890, [Casa Real, Caixa 7382], Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Arquivo Privado dos Condes da Ponte

Gama, D. Isabel Saldanha da, ‘Carta para a sua irmã Teresa’, Paço de Vila Viçosa, 18 de Dezembro de 1898, Arquivo Ponte.

Gama, D. Isabel Saldanha da, ‘Carta para sua irmã Maria Joaquina’, s.l, 15 de Janeiro 1905, Arquivo Ponte.

Gama, D. Teresa Saldanha da, ‘Carta de para seu filho Francisco’, Torres Vedras, 7 de Julho 1908, Arquivo Ponte.

Gama, D. Teresa Saldanha da, ‘Carta para seu filho Francisco’, Lisboa, 13 de Maio de 1906, Arquivo Ponte.

Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço

Carlos I, Rei D., ‘Carta ao Conde de Sabugosa’, s.l., 4 de Maio de 1904, [MOR I, Gaveta L4, Caixa 1, Maço 1], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Lavrado, Marquês de, ‘Carta ao conde de Sabugosa’, s.l., 22 de Janeiro, s.a., [Mordomia 28B, 9], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Murça, Condessa de Sabugosa e de, ‘Carta para a filha Maria’, Mafra, 21 de Janeiro de 1891, [MOR1, Gaveta LI, Caixa 3, Maço 19], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Murça, Condessa de Sabugosa e de, ‘Diário’, 1895-1901, 7 vol. [Diário da condessa] Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Sabugosa, Conde de, ‘Algumas viagens de Sua Majestade el-Rei D. Carlos I’, 1902-1906 [Arca do Escritório, 95], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Sabugosa, Conde de, ‘Carta à mulher, Condessa de Sabugosa e Murça’, Paço de Vila Viçosa, 15 de Dezembro de 1903, [MOR I, L1, caixa 2, maço 22] Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Sabugosa, Conde de, 'Carta a sua mulher condessa de Sabugosa e de Murça', Vila Viçosa, s.d. [1886], [MOR I, Armário L, Gaveta 1, Caixa 2, Maço 6, 15], Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço

Sabugosa, Conde de, 'Diário', 1890, [Diário do conde de Sabugosa] Associação Cultural Sabugosa e São Lourenço.

Biblioteca Nacional de Portugal

Carlos I, Rei D., 'Carta ao conde de Arnoso', s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular conde de Arnoso', s.l., 3 de Dezembro de 1886, [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', s.l., 5 de Abril de 1904, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', s.l., 10 de Janeiro de 1901, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', Caldas [da Rainha], 19 de Maio de 1896, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', Pedras Salgadas, 21 de Julho de 1906, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', Yacht Amélia, 4 de Janeiro de 1901, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', s.l., s.d., [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', Paço de Vila Viçosa, 28 de Janeiro de 1894, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Carlos I, Rei D., 'Carta ao secretário particular, conde de Arnoso', s.l., 17 de Janeiro de 1902, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

- Carlos I, Rei D., ‘Carta ao secretário particular, conde de Arnoso’, Paço da Pena, 3 de Setembro de 1902, [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.
- Carlos I, Rei D., ‘Carta ao seu secretário particular, conde de Arnoso’, Palácio da Ajuda, Julho de 1885, [Espólio Conde Arnoso E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.
- Carlos I, Rei D., ‘Cartas ao secretário particular conde de Arnoso’, s.l., 16 de Janeiro de 1902, [Espólio do conde de Arnoso, E/32], Biblioteca Nacional de Portugal.

Fontes Impressas

- ‘Aviso da Comissão executiva da Exposição Agrícola Portuguesa’ *Diário do Governo*, n.º 77, 4 de Abril de 1884.
- ‘Decreto de extinção da jurisdição de Monteiro mor’, *Diário do Governo*, n.º 208, 3 de Setembro de 1821.
- ‘Decreto de extinção das Coutadas para caça’, *Diário do Governo* n.º 44, 20 de Fevereiro de 1821.
- ‘Regimento do Monteiro-mor do Reino’, 20 de Março de 1605 in *Collecção Chronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva, 1603-1612*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.
- ‘Tapada’, in A. Silva, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, vol. 2, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- ‘Tapada’, in R. Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, vol. VIII, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1721.
- ‘Título LXVII: Do Monteiro Moor, e cousas que a seu officio pertencem’, *Ordenações do Senhor Rey D Affonso V*, Livro I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792.
- Almanaque Português*, Ano de 1826, Lisboa, Impressão Régia, 1826.
- Annuário Diplomático e Consular Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1891, 1894-1896, 1898-1903; 1905-1909.
- Cabral, A., *Notícia histórica e estatística do Palácio e real tapada de Vila Viçosa*, Évora, s.e., 1889.

Castro, D., *Política Moral e civil, aula da nobreza lusitana autorizada com todo o género de erudição sagrada e profana para a doutrina, e direcção dos príncipes e mais políticos ...*, tomo IV, Lisboa, Officina de Francisco Luís Ameno, 1751.

Diário Ilustrado, n.º 10805, 1 de Abril de 1903.

Diário Ilustrado, n.º 11058, 12 de Dezembro de 1903.

Exposição de Alfaia Agrícola na Real Tapada da Ajuda em 1898: documentos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Libro de la Montería del Rey D. Alfonso XI, Madrid, s.n., 1877.

Livro da Montaria feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352 da Biblioteca Nacional de Portugal de Lisboa, publicado por ordem da Academias das Ciências de Lisboa por Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

O Occidente, n.º 196, 1 de Junho de 1884.

O Occidente, n.º 704, 20 de Julho de 1898.

Pineda y Cevallos Escalera, A., *Casamientos régios de la Casa de Borbón en España (1701-1879)*, Madrid, Imprenta de E. de la Riva, 1881.

Sampayo, A., *Nobiliarchia portugueza. Tratado da nobreza hereditaria e politica*, Lisboa, Oficina de Francisco Vilela, 1676.

Sousa, J., *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo IV, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

Tiro aos pombos, Lisboa, Tipografia Viúva Costa Sanches, 1877.

Tiro e Sport, n.º 274, 15 de Janeiro de 1904.

Bibliografia

‘Caça’ in J. Serrão (dir), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Figueirinhas, 1990.

Baião, A., ‘Dois altos funcionários da Casa do Infante D. Henrique, no concelho de Ferreira do Zêzere: um monteiro mor e outro, o seu vedor’ *Revista Ocidente*, Vol. LVIII, 1960.

Bourdieu, P., ‘Postface’, in M. de Saint Martin e D. Lancien, *Anciennes et Nouvelles Aristocraties de 1880 à nos jours*, Paris, Maison des sciences de l’homme, 2007, pp. 385-97.

Braga, P., ‘Divertimento, utilitarismo e barbárie: a caça’, I. Braga e P. Braga (coord.), *Animais e companhia na História de Portugal*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2015.

Câncio, F., *O Paço da Ajuda*, Lisboa, s.n., 1955.

- Cannadine, D., *Aspects of aristocracy*, London, Penguin Books, 1995.
- Cardim, P., ‘O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do antigo regime’, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 498.
- Caro López, C., ‘La caza en el siglo XVIII: sociedad de clase, mentalidad reglamentista’, *Hispania*, vol. 66, no. 224, 2006, pp. 997-1018.
- Carvalho, A., ‘A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468’, Tese de mestrado, Universidade do Porto, 2001.
- Cosgrove, D., *Social Formation and Symbolic Landscape*, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1984.
- Gomes, M., ‘Notícia sobre a tapada da Ajuda’, *Agros*, ano XVII, II série, n.^{os} 2 e 3, 1935, pp. 3-14.
- Hernández Barral, J., ‘Polo: Social Distinction and Sports in Spain, 1900-1950’, *The International Journal of the History of Sport*, 36: 2-3, 2019, pp. 149-168.
- Horn, P., *Pleasures & Pastimes in Victorian Britain*, Gloucestershire, Amberley, 2011.
- Howe, J., ‘Fox hunting as ritual’, in *American Ethnologist*, vol. 8, n.º 2, May, 1981, pp. 278-300.
- Jurado Sanchez, J., *La economía de la corte. El gasto de la Casa Real en La Edad Moderna 1561-1808*, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 2005.
- Labrador Arroyo, F. e Trápaga Monchet, K., ‘La configuración del espacio y la explotación forestal de un enclave singular: el Real Sitio del Soto de Roma durante la dinastía Habsburgo’, *Studia historica*, Historia moderna, 39, n.º 2, 2017, pp. 293-327.
- Machuqueiro, P., ‘Nos bastidores da corte’: o rei e a Casa na crise da Monarquia 1889-1908’, Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- Marques, A., ‘Aspectos da vida quotidiana’ in A. Marques (coord.) *Portugal da monarquia para a República* in J. Serrão e A. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991.
- Martinez Millán, J. e Fernández Conti, S. (dirs.), *La monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, Madrid, Fundación Mapfre Tavera, 2005.
- Maurício, M., ‘Para a história do quotidiano na idade média. Usos e costumes da nobreza ao tempo de D. Dinis’ *Revista Clio*, vol. V, 1985, pp. 9-20.
- Melo, C. *Coutadas Reais (1777-1824). Privilégio, Poder, Gestão e Conflito*, Lisboa, Montepio Geral, 2000

- _____, 'Coutadas Reais entre 1777 e 1824: poder, gestão privilégio e conflito', Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- Montero Díaz, J., Paz, M. e Sánchez Aranda, J., *La imagen pública de la monarquía. Alfonso XIII en la prensa escrita y cinematográfica*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001.
- Muto, G., 'I segni d'honore'. Rappresentazioni delle dinamiche nobiliari a Napoli in età moderna, in M.A. Visceglia (cura di), *Signori, patrizi, cavalieri nell'età moderna*, Roma-Bari 1992, pp. 171-192.
- Nelson, J., 'Carolingian royal ritual' in D. Cannadine and S. Price (eds.), *Rituals of Royalty. Power and ceremonial in traditional societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 166-169.
- Neves, C., 'A tapada de Mafra e a investigação cinegética', *Gazeta das aldeias*, 2638, s.d., separata.
- Plax, J., 'J.-B. 'Oudry's Royal Hunts and Louis XV's hunting park at Compiègne: landscapes of power, prosperity and peace', *Studies in the History of Gardens & Designed Landscapes*, vol. 37: 2, 2017, pp. 102-119.
- Sardica, J., 'O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia Constitucional', *Análise Social*, n.º 203, XLVII (2.º), 2012, pp. 344-368.
- Silva, M. e Alarcão, A., 'A Real tapada da Ajuda na transição do antigo para o novo regime agrário.' Uma visão económico-social em 1888, para a história da sua administração' *Anuário Instituto Superior de Agronomia*, 49, 2003, pp. 401-443.
- Taylor, A. 'Pig-Sticking Princes': Royal Hunting, Moral Outrage, and the Republican Opposition to Animal Abuse in Nineteenth and, Early Twentieth-Century Britain', *History* 89 (293), 2004, pp. 30-48.
- _____, *Lords of Misrule, Hostility to Aristocracy in Late Nineteenth and Early Twentieth Century Britain*, London Palgrave, 2004.
- Tichelar, M., 'Royalty and opposition to blood sports in twentieth-century Britain: from Imperial spoils to wildlife conservation?' *History*, 103, 2018, pp. 588-609.
- Tranter, N., *Sport, economy and society in Britain, 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.
- Troni, J., 'A casa Real Portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)', Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2012.
- Vaquinhas, I., 'As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O Caso da Quermesse da Tapada da Ajuda em 1884', *Biblos*, vol. LXXII, 1996, pp. 273-291.

Ventura, L., 'A nobreza de Corte de Afonso III', Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1993.

Webgrafia

Correia, R. *Fichas Históricas, Tiro e sport*, Hemeroteca Digital, 2014.
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/TiroeSport.pdf>
(acedido em 29 de Setembro de 2019).

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

APARTADO 42 001 – 1601-801 LISBOA

TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**

www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt
